Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Camilla Estevam Dantas Gomes

Temos ainda muito que lutar: presença, reivindicações e demandas das mulheres trabalhadoras nas páginas da imprensa da cidade do Rio de Janeiro (1889 – 1919)

Rio de Janeiro

2024

Camilla Estevam Dantas Gomes

Temos ainda muito que lutar: presença, reivindicações e demandas das mulheres trabalhadoras nas páginas da imprensa da cidade do Rio de Janeiro (1889 – 1919

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.ª Dra. Paula Leonardi

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

G633 Gomes, Camilla Estevam Dantas.
Temos ainda muito que lutar: presença, reivindicações e demandas das mulheres trabalhadoras nas páginas da imprensa da cidade do Rio de Janeiro (1889 – 1919). – 2024.
151 f.

Orientadora: Paula Leonardi.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação.

1. Educação – Teses. 2. Trabalho feminino – Teses. 3. Imprensa – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. I. Leonardi, Paula. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

br CDU 37

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____
Assinatura Data

Camilla Estevam Dantas Gomes

Temos ainda muito que lutar: presença, reivindicações e demandas das mulheres trabalhadoras nas páginas da imprensa da cidade do Rio de Janeiro (1889 – 1919)

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 28 de março de 2024.

Banca Examinadora:

_____

Prof.ª Drª. Paula Leonardi (Orientadora)

Faculdade de Educação - UERJ

_____

Prof.ª Drª. Alexandra Lima da Silva

Faculdade de Educação - UERJ

_____

Prof.ª Drª. Márcia Cabral da Silva

Faculdade de Educação – UERJ

_____

Profª. Dr. Marcelo Gomes da Silva
Universidade Estadual de Santa Cruz

_____

Prof. Dr. José Antônio Miranda Sepulveda
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2024

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos *miúdos* Manuella Estevam, Sofia Corrêa, Valentino Barroso e Sofia Alvear por me fazerem acreditar que *sonhos não envelhecem*

AGRADECIMENTOS

Antes de agradecer aqueles que estão comigo aqui, no Àiyê, preciso agradecer aqueles que guiaram meus caminhos, meus orixás. Agradeço à Ogum e a minha mãe, Iemanjá, por guiarem minha cabeça e por me acompanharem nos momentos difíceis enfrentados ao longo da escrita e da feitura da tese.

Agradeço também a minha avó Irany, por ser exemplo, mesmo sem eu ter tido o prazer de conhecê-la em vida; ao meu avô Durval, que em 2009, já na companhia dos seus, no Orun, me soprou um recado que me permitiu chegar até aqui. Agradeço à minha avó Suely por todo afeto e amor dedicados a mim e aos meus pais antes mesmo dessa pesquisadora que vos escreve chegar ao mundo. Agradeço também aos meus avós paternos, Ady e Francisco, pelo DNA nordestino e firme, vocês também são parte disso.

Agradeço aos meus pais, por toda dedicação, empenho, afeto, amor e parceria. Sem D. Dilma e S. Beto, nada, absolutamente, nada disso seria possível. Eles me ajudam a caminhar quando as minhas pernas cansam, são refúgio quando as emoções se esgotam e motivação para seguir sendo a pessoa que eles formaram, sem esquecer a minha origem de classe, meus valores e a minha própria história

Agradeço ao meu companheiro, meu amor, Leandro Ribeiro, por todo encorajamento, pelo afago, por cada respiro em meio ao caos, por cada palavra de incentivo, por alimentar meus sonhos, pelo apoio incansável, pela parceria, pelo carinho, pelos transbordamentos, por ser meu encantamento pelo novo. Obrigada por ser meu acalanto.

Agradeço aos meus tios, Denise e Arnaldo, e a minha madrinha, Loana, por estarem comigo desde quando eu ainda estava na barriga da minha mãe e pela torcida genuína. Agradeço também à minha prima, Danielle, por estar comigo desde sempre e por proporcionar o meu maior encontro dessa vida, o meu encontro com a Manuella Estevam Motta, minha afilhada, minha força motriz para continuar lutando e defendendo os ideais feministas.

Agradeço às famílias que eu construí ao longo da vida adulta. Obrigada D. Renata (mi mamacita), Sofia (minha mana), Nananda, vovys Vilma, vovos Pedro, nosso encontro foi concebido pela *barriga da história* e escrita em forma de poesia. Também agradeço às minhas amadas Ale e Deise, que sorte ter vocês na minha vida.

Agradeço à minha amiga Ana Sant'Anna por ser parte da minha história e por ter me presenteado, antes de sair dos solos brasileiros em direção à Portugal, com meu trio preferido,

as minhas parceiras Luíza Regazzi, Marcella Portugal, Thaís Susewind, que chegaram no meio da pandemia, quando o medo, a incerteza e o negacionismo coloriam a bandeira desse país.

Agradeço aos amigos e parceiros que a Universidade me deu. Obrigada Jéssica Chaves, Larissa Ayres, Mariana Sommerlatte, Vanusa Fontes, sem o nosso encontro, ainda na Graduação em Pedagogia, eu não teria chegado nessa etapa e não teria me tornado pesquisadora. Também preciso agradecer ao meu querido Pedro Henrique Oliveira, amigo que o Doutorado me deu e à minha querida Rebeca Natacha de Oliveira Pinto, amiga desde os tempos de UFF, vocês são grandes inspirações.

Agradeço aos meus amigos do PPGE-UFF, vocês estiveram comigo, mesmo de longe. Agradeço ao meu amigo, professor de Matemática e inspiração acadêmica, Josimar Xavier, o maior pesquisador de Sobral. Você é incrível meu amigo, meu irmão.

Gostaria de agradecer à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, pelo incentivo através do programa de bolsas FAPERJ NOTA 10, sem esse auxílio, não seria possível permanecer no curso de Doutorado em Educação. Também agradeço ao PropEd-UERJ pela estrutura e pela formação crítica e responsável.

Agradeço aos meus companheires do Geher-Rio, sem as nossas trocas não teria sido fácil chegar até aqui. Um salve especial para Carol, Léo, Tati Reis e Veronete vocês são luz, potência e inspiração. Gostaria de agradecer aos professores Marco Aurélio e Evelyn Orlando pelos debates de sempre, vocês compõem as páginas dessa pesquisa.

Agora, preciso agradecer nominalmente cada membro da minha banca, eles são parte da minha trajetória. Vou começar agradecendo à dupla Marcelo Gomes da Silva e Alexandra Lima. Quando os conheci eles estavam iniciando o percurso acadêmico e já eram grandes inspirações, eu almejava ser pelo menos a metade dos intelectuais que eles sempre foram e agora vocês estão comigo, dessa vez, como membros da minha banca de defesa de tese.

Agradeço aos meus queridos José Antônio Sepulveda e Marcia Cabral da Silva. Minha dupla de “quase” orientadores, vocês não poderiam deixar de estar aqui comigo. Vocês me formaram enquanto intelectual, me ensinaram que a Academia também é lugar de encontro, afeto e cordialidade.

Agradeço à querida Renata Moraes por toda a sua contribuição para a construção de minha trajetória enquanto intelectual no campo dos estudos históricos, suas pesquisas foram inspiradoras para a feitura desse e de outros trabalhos.

Agradeço também a alguns dos muitos professores que fizeram parte da minha vida na Escola e na Universidade. Obrigada Irma Rizzini, Jucinato Marques, José Gonçalves Gondra,

Vinícius Monção, Elisangela Barbosa (minha professora dos tempos de escola) e Glória Guedes.

Agradeço à Paula Leonardi pela orientação humana e sensível. Obrigada por me receber de braços abertos, por ter uma escuta atenta e por capitanear um grupo de pesquisa tão potente, comprometido com a feitura da Ciência e com debates profundos.

Agradeço aos pequenos que fizeram parte desse processo, trazendo cor e leveza para tempos tortuosos. Muito obrigada Manuella, Valentino, Sofia Alvear, Vicente e Benício. Toda vez que a bruxa me assombrou, vocês me deram a mão.

Por fim, dedico meus agradecimentos para algumas mulheres que, de alguma maneira, atravessaram e contribuíram para a escrita desta tese, seja através de suas poesias, seja em virtude da indignação que sua partida me provocou, seja pelo fato de sua perda ter me deixado com uma pontinha de tristeza. Este trabalho foi embalado pelas poesias interpretadas pela nossa gigante Gal Costa, construído como bandeira de luta para que não esqueçamos da artista Julieta Hernández e com a lembrança de algumas tardes de café e conversas potentes com uma das mulheres mais inteligentes e incríveis que eu já conheci, tia Kiki.

existir mulher
é mergulha fundo
nas dores
guardar cicatrizes
costurar retalhos de si
para erguer outras
e dizer:
vamos juntas, mana
vamos RESISTIR, MULHER!

Camilla Gomes – Existir mulher (2021)

RESUMO

GOMES, Camilla Estevam Dantas. *Temos ainda muito que lutar*: presença, reivindicações e demandas das mulheres trabalhadoras nas páginas da imprensa da cidade do Rio de Janeiro (1889 – 1919). 2024. 151 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

O presente trabalho tem como objetivo central investigar, através das páginas da imprensa de grande circulação da cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1889 e 1919, a presença, as reivindicações e as demandas por parte das mulheres trabalhadoras. Pretende-se analisar de que maneira homens e mulheres que faziam parte dos *mundos do trabalho* utilizavam os impressos como meio de divulgação de pautas como a emancipação feminina, a equiparação salarial e a formação intelectual da classe trabalhadora. Dessa maneira, a imprensa se apresenta como fonte privilegiada para o desenvolvimento dessa pesquisa, não somente pelo fato de, naquele momento, os impressos estarem vivendo um momento de profícuo desenvolvimento da então Capital Federal, mas também pelo fato de os jornais se apresentarem como espaços de disseminação de ideias e debates em torno das condições de trabalho de homens e mulheres pertencentes às camadas populares, como espaços de difusão das culturas letradas e associativas. Através dessas análises, vislumbramos evidenciar os debates que estavam sendo propostos ao longo daquelas folhas, compreendendo que a formação intelectual feminina se configura como algo fundamental para o exercício da liberdade e da participação nas organizações associativas. Desse modo, a tese investiga aquilo que significava *existir mulher* naquela conjuntura, além de explicitar que as mulheres eram tanto parte do universo laboral como também atuavam enquanto representantes ativas nas ações em prol de melhores condições de vida para aqueles que vinham experimentando um novo regime de trabalho livre e assalariado. Em decorrência dessas perspectivas, investigamos a atuação de Albina Quitéria Ribeiro y Gil, Belmira de Campos, Julieta Rodrigues de Almeida e Silva, Maria de Oliveira Pinto Machado, Leonidia Barros, Constança Gutierres dos Santos, Maria do Amparo Esteves e Rosa Joaquina de Jesus, a fim de corroborar nossas assertivas acerca da atuação e presença feminina em diferentes cargos nos quadros associativos, a inserção das mulheres ao longo das páginas dos *mundos do trabalho* e aquilo que estava sendo pautado por e para elas a partir de discursos morais, intelectuais e políticos veiculados em jornais de diferentes correntes ideológicas. Portanto, a partir das experiências dessas figuras no *movimento operário*, pretendemos reafirmar o fato de as mulheres serem personagens ativas nas páginas da História, que a partir da presença e das ausências de cada uma delas é possível esmiuçar aquilo que estava em voga na cena associativa da cidade.

Palavras-chave: Mulheres Trabalhadoras. Formação Intelectual. Instrução. História das Mulheres. História Social da Educação.

ABSTRACT

GOMES, Camilla Estevam Dantas. *We still have a lot to fight for*: presence, claims and demands of working women on the press pages (1889 – 1919). 2024. 151 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

The central objective of this work is to investigate, through the pages of the mass circulation press in the city of Rio de Janeiro, between the years 1889 and 1919, the presence, demands and claims of working women. The aim is to analyze how men and women who make up the two worlds of work use printed matter as a means of disseminating guidelines such as female emancipation, equal pay and the intellectual training of the working class. In this way, the press presents itself as a privileged source for the development of this research, not only because, at that moment, prints were experiencing a moment of proficient development in the Federal Capital, but also because of the fact that these days will be presented as spaces disseminating ideas and debates around the working conditions of men and women belonging to popular groups, as spaces for disseminating literate and associative cultures. Through these analyses, we see evidence of debates that have been proposed for a long time, understanding that female intellectual training is fundamental to the exercise of freedom and participation in associative organizations. Thus, this research investigates what it means to exist as a woman in this context, as well as explaining that women were both part of the world of work and also acted as active representatives over the years in favor of better living conditions for those who live a new regime of free and salaried work. Based on these perspectives, we investigated the actions of Albina Quitéria Ribeiro e Gil, Belmira de Campos, Julieta Rodrigues de Almeida e Silva, Maria de Oliveira Pinto Machado, Leonidia Barros, Constança Gutierres dos Santos, Maria do Amparo Esteves and Rosa Joaquina de Jesus, To corroborate our statements about the attitude and presence of women in different positions at the associative tables, the insertion of women in the long pages of two worlds of work and what was being guided by and for them based on moral, intellectual principles and discourses politicians broadcast on days of different ideological currents. Therefore, based on the experiences of these figures from the operational movement, we intend to reaffirm that the fact that women are active personalities in the pages of History, that based on the presence and absence of each one of them, it is possible to reveal what was in vogue at dinner city association.

Keyword: Working Women. Intellectual Formation. Instruction. Women’s History. Social History of Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Grupo de operárias grevistas 55

Figura 2 Perigosa Influência 88

Figura 3 Selecção 100

Figura 4 Associadas da União dos Empregados do Comércio.....117

Figura 5 Mulheres na Confederação Brasileira do Trabalho 128

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Jornais publicados por e para trabalhadoras e trabalhadores.....49
Quadro 2 - Jornais utilizados para o desenvolvimento da pesquisa.....54
Quadro 3 - Lista nominal de mulheres trabalhadoras que compunham associações de classe.....122

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BND	Biblioteca Nacional Digital
UOED	União Operária do Engenho de Dentro
EFCB	Estrada de Ferro Central do Brasil
POI	Partido Operário Independente

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	14
1	***O operario passou a substituir o escravo,* mas *com pequenas differenças*: o processo de organização e desenvolvimento do movimento de trabalhadoras e trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro**.....	21
1.1	**Trabalhadoras e trabalhadores em movimento: o Rio de Janeiro daqueles que labutavam**.....	25
1.2	**A imprensa como lugar de formação para a classe trabalhadora**.....	42
1.3	**Elas são a massa, elas fazem parte da luta!**.....	55
2	**Quando se escreve a história, por onde elas andam? A representação das mulheres trabalhadoras nas páginas da imprensa do Rio de Janeiro**.....	64
2.1	***A funcção da mulher, mais moral do que político social*: aquilo que se pensa e o que se escreve sobre as mulheres *honestas e trabalhadoras***.....	69
2.2	***Perigosa influencia*: aquilo que se pensa e que se escreve sobre os feminismos e as feministas**.....	82
2.3	***Temos ainda muito que lutar*: aquilo que era proposto por mulheres e para as mulheres nas páginas da imprensa**.....	96
3	**E não somos nós, mulheres, representantes e parte da classe trabalhadora?**	105
3.1	**Um Rio de mulheres: aquilo que *corria* pelas margens**.....	109
3.2	***Quem vive na margem está exposto, mas não aparece*.**.....	117
3.3	***O avesso do mesmo lugar*: *as histórias que a História não conta***.....	128
	CONCLUSÃO.....	138
	REFERÊNCIAS.....	143

– INTRODUÇÃO –

Se construir enquanto pesquisadora é um exercício contínuo de encontros e desencontros, não apenas com a pesquisa, mas também com aquilo que nos instiga, que nos desperta interesse pelas fontes, aquilo que nos permite elencar um objetivo para o delimitar nosso ponto de partida. Não por acaso, os personagens com os quais nos deparamos, ao longo de nossas investigações, costumam nos atravessar na vida como um todo, não porque nossos estudos estão destinados a ser feitos por nós, porque incorrer nesse equívoco significa que acreditamos na existência de uma certa linearidade dos fatos que envolvem as trajetórias, sejam as nossas ou a dos personagens que pretendemos investigar; significaria, portanto, desenrolar os *novelos* da vida a partir daquilo que Bourdieu (2006) chama de ilusão biográfica.

Desse modo, essa pesquisa, que em breve vocês conhecerão de maneira mais profunda, nasceu desse lugar, nasceu dos atravessamentos da vida de uma intelectual do pensamento (SILVA, 2018), que se encontrou com os ideais feministas, já na vida adulta e, desde essa página da sua própria trajetória, não se furtou de perguntar: como aquelas que vieram antes de nós não sucumbiram e não deixaram a nossa história *virar maré* mansa?

Assim, a pergunta dessa tese emerge dessa inquietação. Na verdade, nasce da inconformidade de quem estuda a história vista de baixo, compreendendo a importância das mulheres e da classe trabalhadora para as mudanças do *status quo*. Desse modo, antes de adentrarmos naquilo que diz respeito à pesquisa da tese, precisamos, antes, conhecer os caminhos que nos trouxeram até aqui.

Ao longo de nosso percurso acadêmico, que foi iniciado com estudos que nos apresentaram as trajetórias de intelectuais negros no pós-abolição, por meio de rolos de microfilme que guardavam as páginas da imprensa, nos deparamos com incontáveis possibilidades de investigação. Mas os fatos de *existir mulher*, ter nascido no subúrbio do Rio de Janeiro, ser filha da classe trabalhadora e ter aprendido que somente o estudo nos promove algum tipo de mobilidade social, política e econômica, fomos encaminhadas para os *mundos do trabalho* e suas páginas de luta. Sendo assim, se o encontro com os abolicionistas nos proporcionou reflexões acerca da importância da educação para a luta em prol da liberdade, na etapa seguinte de nossa formação, nos deparamos com o operariado suburbano, aquele que nos levou a perquirir *os projetos, as disputas e as demandas por instrução para trabalhadores na imprensa do Engenho de Dentro* entre os anos de 1890 e 1905 (GOMES, 2019).

Quando nos encontramos com os trabalhadores, também nos deparamos com aquilo que estava em voga na cidade do Rio de Janeiro, nos anos que sucederam a República, em especial, com aquilo que homens e mulheres, habitantes dos *subúrbios da Central*, estavam reivindicando em prol da formação intelectual da classe trabalhadora. Desse modo, além de conhecermos as páginas do movimento de trabalhadores e trabalhadoras dos subúrbios, nos deparamos com a *União Operária do Engenho de Dentro*. Uma organização pluriprofissional que nos apresentou a inúmeros personagens que tiveram extrema relevância nas páginas do *movimento operário*.

Fosse pelo protagonismo nas páginas da imprensa operária ou daquelas que permeavam a imprensa de grande circulação, algumas mulheres que compuseram o quadro de associados e dirigentes daquela organização nos despertaram profundo interesse, especialmente por serem pouco conhecidas entre pesquisadoras e pesquisadores do campo da Educação. Assim, nos deparamos com Elisa Scheid – professora, líder operária e presidente do *Partido Operário Independente* – e Appolonia Theresa Leite da Silva – bibliotecária e empregada doméstica.

E, a partir das lacunas presentes na trajetória dessas duas personagens, decidimos ampliar nossa lente de análise em direção a uma delas, mais precisamente, aquela que foi presença recorrente na cena do magistério público, que liderou o operariado do Engenho de Dentro: Elisa Scheid. Uma personagem que nos pareceu, no mínimo, instigante, em virtude de sua atuação em prol da formação intelectual dos trabalhadores, pelo fato de ela, possivelmente, ter sido a primeira mulher a presidir um partido operário e pela sua presença expressiva nas páginas da imprensa.

Nesse cenário, iniciamos nossas investigações, a fim de perquirir a trajetória da filha de Sabina e Henrique Scheid, que eram, respectivamente, uma mulher indígena e um homem alemão, a *Cleopatra do Operariado Brasileiro*, conforme anunciou o *Jornal do Brasil*, publicado em 15 de janeiro de 1908; contudo, nossa rota precisou ser recalculada. Assim, fizemos uso das palavras de Chico Science, quando o compositor aponta para o fato de que *o homem coletivo sente a necessidade de lutar* e seguimos em direção a algumas das mulheres que estiveram em torno de Elisa e, a partir delas, nos deparamos com outras possibilidades de pesquisa.

Naquela conjuntura, decidimos investigar, nas páginas da imprensa da cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1889 e 1919, a presença, as reivindicações e as demandas das mulheres trabalhadoras, vislumbrando esmiuçar de que maneira as novas relações de trabalho influenciaram a agência daquelas que labutavam e, mais do que isso, como a imprensa, além de ter veiculado debates em torno das representações femininas, foi espaço primaz para a

circulação de ideias, se apresentando como terreno para a formação intelectual e moral da classe trabalhadora.

Para tanto, consideramos, *a priori*, o uso dos impressos mantidos por associações, partidos e grupos de trabalhadores que, conforme destaca Maciel (2016, p. 419), "revela[va] uma significativa diversidade de sujeitos envolvidos com a redação, edição e distribuição de uma profusão de títulos e formatos", mas assim como a mesma autora afirma, a maioria deles compõe coleções reduzidas, por vezes, em difíceis condições de acesso, fato que acaba dificultando e inviabilizando a realização da pesquisa, por isso, decidimos caminhar em direção aos jornais de grande circulação, para conhecer aquilo que estava sendo veiculado acerca das mulheres trabalhadoras.

A partir disso, optamos por analisar impressos que tivessem sido publicados entre os anos de 1880-1889; 1890-1899; 1900-1909 e 1910-1919 e estivessem disponíveis no site da Hemeroteca Digital e, a partir dessa definição, decidimos utilizar o termo "mulheres trabalhadoras" como palavra de busca para a nossa pesquisa no acervo. A partir dessas definições, foi possível localizar um total de 1.517 ocorrências, que foram divididas a partir das seguintes categorias: cenário dos mundos do trabalho, condição de trabalho das mulheres, instrução e representação das mulheres e mulheres trabalhadoras.

Além desse caminho de busca, compreendendo que a coletividade se estabelece como peça fundamental para ações propostas pela classe trabalhadora, precisávamos esmiuçar as trajetórias de outras personagens que tivessem tido experiências como representantes de associações de classe, para reafirmar que as mulheres labutaram e atuaram como representantes de associações e estiveram presentes em eventos dedicados às causas operárias. Por isso, deslocamos nossos olhares para trajetórias de mulheres que tivessem sido localizadas a partir das buscas anteriores e que também circundaram as redes de sociabilidade de Elisa Scheid.

A partir disso, decidimos recorrer, novamente, à Hemeroteca Digital. Dessa vez, a fim de realizar uma busca nominal para localizar informações sobre a trajetória de Albina Quitéria Ribeiro y Gil, Belmira de Campos, Julieta Rodrigues de Almeida e Silva, Maria de Oliveira Pinto Machado, Leonidia Barros, Constança Gutierres dos Santos, Maria do Amparo Esteves e Rosa Joaquina de Jesus, as personagens que nos acompanharão nas páginas a seguir.

Após a apresentação de nossas definições metodológicas, é importante destacar que a escolha pelo período cotejado por essa pesquisa não se deu em virtude somente de um fato histórico, como a chegada da República, promulgada em 1889, ou em função da abolição da escravidão, que aconteceu no ano de 1888 e resultou em novos contornos para os *mundos do trabalho*: nossa escolha se deu pelo fato de, naquele momento, a imprensa de grande circulação

se apresentar como uma importante ferramenta de análise para investigarmos os meandros e os debates realizados e propostos por e para as mulheres trabalhadoras. Desse modo, tanto o *pontapé* inicial, demarcado pela chegada do golpe republicano, e o *apito final*, acionado para o ano de 1919, se dão a partir da disposição dos impressos localizados no acervo da Biblioteca Nacional.

Sob essa égide, compreendemos que, ao utilizar a imprensa como fonte de análise e a Hemeroteca Digital Brasileira como ferramenta de pesquisa, é necessário observá-las de maneira crítica, compreendendo os limites e as indagações que elas podem nos oferecer, pois ao encontrarmos aquilo que nos interessa através de um termo específico, podemos fragmentar a nossa relação com os documentos. Nesse sentido, concordamos com as análises de Brasil e Nascimento (2020), quando os autores destacam que a mudança na materialidade da fonte histórica viabiliza uma nova relação com o modo com o qual lidamos com as informações contidas, no nosso caso, nas páginas dos jornais.

Assim, ao delimitarmos o recorte temporal da pesquisa entre os anos de 1889 e 1919, nos interessava perquirir os debates acerca daquilo que significava *existir mulher* naquele contexto, compreendendo que os ideais feministas e os debates em torno dessa temática estavam postos antes mesmo daquilo que as ditas *ondas feministas* costumam demarcar como os marcos para o movimento das mulheres. Além disso, também pretendemos reafirmar que os debates em torno da instrução não foram inaugurados com o advento da República, tampouco foi estabelecida a partir da década de 1920, este trabalho encontra-se assentado na ideia de que as disputas e os projetos em torno da formação intelectual das classes populares – incluindo as mulheres – vinha se desenvolvendo desde os tempos do Imperador.

Nesse cenário, nosso estudo encontra-se vinculado ao campo da História Social da Educação e da História das Mulheres, tendo em consideração que vislumbramos analisar a experiência das mulheres enquanto agentes em movimento (SCOTT, 1995). Também acreditamos que os estudos de gênero tenham impacto primaz para esta tese, tendo em vista que, conforme destaca Silva (2016, p.: 154), esta categoria se apresenta como uma possibilidade de analisar as concepções históricas das feminilidades e masculinidades e como uma maneira de explicitar as hierarquias entre os sexos, “apontando a historicidade do “ser homem” e “ser mulher” numa determinada sociedade, segundo uma relação espaço-tempo”.

Nesse sentido, nossa pesquisa tem como *espaço*, a cidade do Rio de Janeiro e, como *tempo*, os anos que sucederam a Proclamação da República e o estabelecimento de um novo regime de trabalho, livre e assalariado e de experimentação da emergência da cultura associativa que, conforme denota Batalha (2004), abarcava duplo significado, em que o primeiro estava

vinculado ao hábito de associar-se e o segundo comportava não apenas a produção cultural, como produções teatrais, musicais ou conferências, mas também a partir das celebrações – como os festejos do Primeiro de Maio; de costumes e normas que regiam as associações operárias e, mais do que isso, faziam com que seus membros percebessem o mundo e a si mesmos.

Desse modo, aquilo que compunha o universo associativo formava a classe trabalhadora, não só como mão de obra, mas também viabilizava sua construção moral e intelectual, a partir de iniciativas em torno da instrução, como bibliotecas, instituições de ensino, além da divulgação de seus ideais ao longo das páginas da imprensa. Por isso, concordamos com Rizzini e Schueler (2018), quando as autoras reiteram que a imprensa, naquele período, se apresentava como espaço de diálogo e discussão em que homens – e mulheres – apresentavam ideias e reivindicavam direitos.

Ainda nesse tocante, Garzoni (2012) salienta que, para as mulheres, a imprensa de grande circulação, veiculada no início do século XX, se apresentava como um *lugar* de debates que não estavam circunscritos apenas ao ambiente doméstico, tampouco àquele que representava as mulheres como responsáveis pela família e pela educação de sua prole, essa mesma imprensa também era espaço para debates políticos, reivindicação de direitos por parte das trabalhadoras, além de pautas relacionadas aos feminismos.

A partir dessa análise, podemos afirmar que, nas páginas a seguir, pretendemos corroborar com a assertiva da autora (2012) e ampliar os debates em torno do *processo de organização e desenvolvimento do movimento de trabalhadoras e trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro*, considerando que nos anos que sucederam a Proclamação da República, *o operário passou a substituir o escravo*, mas *com pequenas differenças*. Ainda que não possamos comparar a exploração da população escravizada com a daqueles que estavam labutando sob a égide do novo regime de trabalho, agora assalariado, ponderamos que, naquele momento, as agruras da classe trabalhadora se modificaram e se apresentaram como eco das desigualdades dos *tempos do Imperador*.

Neste cenário, o capítulo inicial desta pesquisa se preocupará em lançar luz sobre *o Rio daqueles que labutavam*, a fim de analisar aquilo que estava em disputa com a chegada da República, considerando o adensamento populacional e a ampliação dos debates em torno da instrução, que se expandia de maneira considerável por todos os distritos da cidade. Também analisaremos a *imprensa como lugar de formação para a classe trabalhadora*, compreendendo que, naquela conjuntura, a cidade do Rio de Janeiro, então Capital Federal, a cultura e a forma escolar estavam permeando os diferentes movimentos em prol da consolidação dos ideais de

ordem e progresso, inclusive, a partir da manutenção de alguns debates oriundos do Império, como a urgência do ócio para a população, em especial, a pertencente as camadas populares.

Por fim, ainda no mesmo capítulo, abordaremos a participação feminina em movimentos grevistas a partir das páginas da imprensa, considerando que elas não só participaram, como foram personagens importantes para a consolidação de ações que haviam sido deliberadas tanto no Primeiro quanto no Segundo Congresso Operário que aconteceram, respectivamente, no anos de 1906 e 1913 e que traziam, entre as suas deliberações, a realização de greves unificadas, além do uso dos impressos para a divulgação de pautas da classe trabalhadora.

Já no capítulo seguinte, vislumbramos compreender as representações das mulheres trabalhadoras que estavam sendo veiculadas nas páginas da imprensa do Rio de Janeiro. Para tanto, o periodismo carioca será fonte primaz para analisarmos aquilo que estava sendo escrito por e direcionado às mulheres, tendo em vista que naquela conjuntura os jornais se apresentavam tanto como espaço para formação de opinião como para a consolidação das concepções do *ser mulher*.

Ainda nessa perspectiva, com o intuito de investigar *a funcção da mulher*, analisaremos *aquilo que se pensava e se escrevia sobre as mulheres honestas e trabalhadoras*, a partir de colunas que denunciavam as agruras das senhoras que, segundo as notícias, apontavam para a boa conduta e o sustento de suas famílias, as mulheres que não poderiam ser contaminadas por outras personagens que permearam as páginas desta pesquisa: as feministas. Sobre elas, discorreremos acerca da sua *perigosa influência*, analisando *aquilo que se pensava e o que se escrevia* não somente por aquelas que se intitulavam como tal, assim como sobre os feminismos.

Assim, concordando com aquilo que anunciamos no título desta tese, que *temos ainda muito que lutar*, analisaremos aquilo que estava sendo proposto *por mulheres e para as mulheres nas páginas da imprensa* que giravam em torno, sobretudo, do direito e da urgência da instrução e da necessidade de uma formação voltada para a emancipação e para o trabalho. Para tanto, não utilizaremos apenas as colunas veiculados ao longo do período cotejado pela pesquisa, uma vez que realizaremos análises de algumas charges que ilustram a forma como alguns veículos compreendiam as feministas.

Considerando nosso caminho até aqui, no capítulo de conclusão do trabalho, recorremos ao caminho metodológico de Natalie Zemon Davis (1997), para investigar a trajetória das personagens citadas anteriormente, a partir d*aquilo que corria pelas margens*, analisando, primeiramente, os meandros da atuação das mulheres naquele contexto de transformação

política, econômica e laboral, um momento de reivindicações capitaneadas por personagens imbuídas de anseios diversos, oriundos de amplas e complexas experiências de classe.

Desse modo, concordando e parafraseando as análises propostas pelo artista Gilberto C. Oliveira, ao retratar suas experiências com o território amazônico, analisaremos que *quem vive na margem está exposto, mas não aparece*, com o intuito de [re]conhecer a atuação de Albina Quitéria Ribeiro y Gil, Belmira de Campos, Maria Oliveira Pinto Machado, Leonidia Barros nas páginas dos *mundos do trabalho*, principalmente como integrantes da *União Operária do Engenho de Dentro*, e para corroborar com nossa assertiva para a construção desta tese, que compreende que as mulheres não somente faziam parte da classe trabalhadora, como também atuavam como representante dela.

Por fim, para concluirmos as páginas de nossa pesquisa, *costuraremos os fios deixados* por outras personagens, que compõem o *avesso do mesmo lugar* das páginas d*as histórias que a História não conta*. Para tal fim, a partir dos poucos rastros localizados nas páginas da imprensa, vamos acompanhar aquilo que vinha sendo feito por Maria do Amparo Esteves, Julieta Rodrigues de Almeida e Silva, Rosa Joaquina de Jesus e Constança Gutierres dos Santos.

Agora que apresentamos o *desenrolar* desta tese, é hora de seguirmos em direção às páginas dos nossos capítulos e conhecermos aquilo que aquelas que vieram antes de nós precisaram galgar para que nós chegássemos até aqui.

- CAPÍTULO 1 -

O operario passou a substituir o escravo, mas *com pequenas differenças*: o processo de organização e desenvolvimento do movimento de trabalhadoras e trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro

> *O 13 de maio de 1888 não é só o maior dia de nossa história; é maior que a nossa história [...].*
> *Não ha mais escravos; todos são livres; todos são iguaes; todos têm aberta diante de si uma carreira por onde podem avançar até onde seus talentos o permittirem*[1].

A História, conforme destaca March Bloch (2001), não é só uma ciência em marcha, ela é também uma ciência infantil; ela, como um empreendimento de análise, é jovem, mas a história, aquela que construímos a partir das dinâmicas, das tensões e das nossas experiências, se desenrola, se apresenta e representa lugar de encontro e ruptura. No caso das linhas acima, vimos um pouco daquilo que circulou na imprensa no dia seguinte à assinatura da lei que simbolizaria o tão sonhado fim da escravidão.

Nas linhas assinadas por José do Patrocínio[2], podemos perceber que o dia 14 de maio de 1888 poderia representar o fim dos senhores e de qualquer tipo de senzala, o fim do açoite e, como o próprio autor sugere, no último parágrafo do artigo, aquela data não deveria ser marcada com esplendor na verdade, para ele, era o momento para se pensar sobre tudo o que sucessivas gerações haviam sofrido e que todos os séculos de exploração deveriam ser encarados com arrependimento.

Daquele dia 13 de maio de 1888 em diante, as relações de trabalho e dominação passaram por significativas mudanças, não por bondade ou concessão da classe senhorial ou mesmo sem luta do lado da população negra e seus aliados, mas principalmente em função do interesse pela ascensão e consolidação do capitalismo como sistema econômico. A partir da promulgação da Lei n. 3.353/1888, os trabalhadores não produziriam bens para o seu consumo direto, ao contrário, eles passariam a produzir artigos, cuja existência independeria de suas

---

[1] *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 14 de maio de 1888, ano. XIV, n. 135, p. 1.

[2] Filho da negra Justina Maria do Espírito Santo com o cônego João Carlos Monteiro, estudante de Farmácia na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, atuou na edição de folhas acadêmicas, também foi preceptor, tendo sido, no fim da vida, responsável pela abertura de uma escola primária no subúrbio da cidade do Rio de Janeiro. José do Patrocínio foi um dos incontáveis homens de cor presentes na luta em prol da abolição da escravidão, através de sua rede de sociabilidade e escreveu, em parceria com André Rebouças, o Manifesto da Confederação Abolicionista. (SCHUELER, 2016).

necessidades; eles participariam do mercado não somente enquanto compradores de mercadorias, mas também como vendedores de força de trabalho (Safioti, 2013).

Desse modo, nossa marcha se encaminha em busca dessa nova conjuntura, a conjuntura de lutas dos trabalhadores livres, que estavam nas ruas, nas oficinas, nas casas, ou seja, homens e mulheres que estavam em movimento. Desse modo, nas páginas a seguir, nos preocuparemos em (re)conhecer mais das transformações enfrentadas pela classe trabalhadora, especialmente, a parcela das mulheres que labutavam.

Assim, a coluna que intitula esse capítulo trata justamente dessa conjuntura, onde a mão de obra escravizada havia sido, há pouco, abolida, dado lugar àquilo que Ynaê Lopes dos Santos (2022) chama de exploração sistêmica do trabalho livre. A notícia, publicada no ano de 1904 – seis anos após a promulgação da lei que poria fim à exploração da mão de obra escravizada – apontava para a necessidade da criação de associações, como o *Centro Operario Fluminense*[3], que havia sido fundada na cidade de Niterói[4], em 27 de fevereiro daquele mesmo ano[5], em virtude de os patrões não cercarem seus empregados com a atenção merecida, pois seus principais objetivos eram garantir o maior resultado possível nos espaços de labuta.

Dentre as críticas ressaltadas pela coluna, em torno dos "abusos" dos patrões, estava o fato de *alguns industriaes a prohibirem nas suas fabricas a entrada de homens, para só admitirem mulheres e creanças* para pagarem salários menores para ambos que seriam mais fácil de explorar. Nesse cenário, de encapamento de lutas por parte dos trabalhadores, as mulheres, que estavam atuando de maneira ativa nos *mundos do trabalho*, se apresentam como personagens fundamentais, tanto para o desenvolvimento das transformações políticas, econômicas e sociais quanto nas pautas que estavam em disputa por aquela classe trabalhadora imbuída dos ideais da República recém-proclamada.

Por isso, nos interessa perquirir os movimentos de luta daqueles que labutavam, investigar suas demandas por melhores condições de vida e de trabalho, além dos debates em torno daquilo que se esperava para a formação intelectual da classe trabalhadora a partir das páginas da imprensa de grande circulação, que serão nossa fonte de análise e investigação, não somente pelo fato de essas *guardarem* os fatos, mas também por elas nos apresentarem aquilo que estava em disputa em torno e por parte das mulheres trabalhadoras.

---

[3] *O Fluminense*, 12/03/1904, anno: XXVII, nº.: 5.490, p. 1.

[4] De acordo com o *Almanak-Laemmert do Rio de Janeiro*, publicado no ano de 1904, a associação teve sede em dois logradouros na cidade de Niterói. O primeiro deles esteve localizado na Rua P. Domiciano, nº.: 2 e, já no ano de 1906, passou a ocupar um segundo endereço, um sobrado, na R. Barão do Amazonas, nº.: 158.

[5] *A União*, 01/05/1905, anno: I, nº.: 119, p. 2.

Conforme nos aponta Maciel (2006, p. 288), ao trabalharmos a perspectiva política da escrita e da cultura letrada sob a ótica da História Social, nos interessa "resgatar motivações pelas quais pessoas comuns, trabalhadores [e trabalhadoras] urbanos[as] escreviam e publicavam", nos instiga investigar as razões que levavam esses sujeitos a escrever o que eles escreviam e como a imprensa se fez como meio de circulação de ideias, disseminação de saberes e anseios por um cotidiano mais digno. Assim, ao longo das páginas a seguir, nos interessa conhecer mais da cidade do Rio de Janeiro e das mulheres que compunham a classe trabalhadora da então Capital Federal.

Se, por um lado, o cenário republicano inseria as mulheres dos setores médios e mais elevados da população no mundo do trabalho e reverberava discussões nas colunas da imprensa operária, de grande circulação ou suburbana, em torno da luta por trabalho, por outro, esses debates não eram novidade para as mulheres pobres, que desde sempre estiveram em busca de sua sobrevivência. Assim, enquanto parte das primeiras reivindicavam o sufrágio feminino e lutavam pelo direito ao voto, outras reivindicavam aspectos relacionados aos ofícios por elas realizados e, dessa maneira, a luta das mulheres trabalhadoras se encaminhava e se entrelaçava de acordo com as necessidades e a origem de classe de cada uma delas.

Por esse motivo, as mulheres que nos interessam são aquelas que estavam pleiteando a sobrevivência através do trabalho, tendo em vista que, naquele momento, as condições da vida material da classe trabalhadora não favoreciam, por exemplo, a reprodução das relações entre homens e mulheres das classes dominantes (Chalhoub, 2001), já que a eminência pela sobrevivência acabava sendo um fator de diferenciação entre as ações de ambos os gêneros na sociedade que vinha buscando efetivar uma espécie de apagamento das marcas do "atraso" deixadas pelos tempos do Império, mas que convivia com as desigualdades da "moderna" República.

Naquele momento, além dos debates em torno da presença e da ação feminina no cenário político, a influência e a importância dada à instrução para as lutas do movimento operário eram recorrentemente apresentadas em diferentes espaços – dentre eles, os impressos – em virtude da promulgação da Constituição de 1891 que, mesmo tendo abolido a exigência de renda para a participação nas eleições, determinava que somente cidadãos alfabetizados e maiores de 21 anos poderiam fazer parte do corpo de eleitores e também não deixava explícito o impedimento ou o consentimento da participação de mulheres nos pleitos.

Assim, conforme salientam Prado e Franco (2018), a atuação das mulheres, ao longo do século XIX, de um modo geral, foi efetiva e constante e a presença dessas personagens na política não se restringia às ações realizadas por aquelas que reivindicavam direitos nas

instituições relacionadas ao Estado, essas mulheres encontravam brechas em diferentes espaços, fosse em suas casas, em seus espaços de trabalho, fosse em seus momentos de diversão ou na imprensa.

Dessa maneira, nos interessa perquirir os movimentos de luta das mulheres, as demandas por melhores condições de vida e de trabalho, os debates em torno daquilo que se esperava para a formação intelectual da classe trabalhadora, em virtude dos percalços encontrados ao longo de nossa pesquisa, especialmente, privilegiaremos algumas páginas da imprensa de grande circulação, a fim de ampliar nossas possibilidades de análise e hipóteses acerca das questões relacionadas, principalmente, com a formação intelectual e das demandas em torno do cotidiano das mulheres trabalhadoras.

Assim, embora reconheçamos a existência expressiva de periódicos mantidos e elaborados por parte de associações e partidos políticos, a imprensa de grande circulação viabilizou nosso encontro com personagens cujas trajetórias ainda são pouco conhecidas e, mais do que isso, corroborou com a assertiva proposta por Costa (2012, p. 77), quando a autora afirma que os trabalhadores não se associavam somente para autoproteção, mas também com o intuito de se instruir, tendo em vista que a educação também era considerada, por parte daqueles sujeitos, “como condição de existência e instrumento na luta pela sobrevivência”.

Ainda de acordo com a autora (2012), tais impressos adotavam estratégias discursivas que tinham o intuito de conduzir seus leitores às aprendizagens almejadas e tinham consciência do papel educativo que cumpriam ao lado das associações e dos partidos operários. Nesse sentido, é fundamental refletirmos sobre as mulheres enquanto agentes em movimento, em movimentos de luta e considerando suas relações sociais como um todo (Scott, 1995) e não somente como sujeitos passivos e dependentes de uma figura masculina para se posicionarem ou reivindicarem direitos.

Nessa conjuntura, nos interessa salientar que, não por acaso, os debates em torno da vida dos trabalhadores e das trabalhadoras se desenvolveu de maneira exponencial pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro, principalmente, ao longo da primeira década do século XIX, quando a cidade se defrontou com os adventos republicanos que envolviam transformações na cena política, demográfica e territorial.

Sob esse cenário, consideramos as diferenças e a pluralidade de identidades e vivências históricas das mulheres para colocar em xeque, conforme destacam Gondra e Schueler (2008), a existência de uma suposta natureza feminina e uma existência de um sujeito universal, compreendendo que as relações entre homens e mulheres se davam para além da subalternidade ou patriarcado, já que elas forjavam espaços de luta e ação para se colocarem no campo de

disputas políticas, tão em voga no período que sucedeu a Proclamação da República, promulgada no ano de 1890.

1.1. Trabalhadoras e trabalhadores em movimento: o Rio de Janeiro daqueles que labutavam

> *Uma greve muito forte*
> *O dia amanheceu bonito em 19 de abril.*
> *Era como se a natureza agradecesse aos metalúrgicos aquela folga poluidora das indústrias. Como se declarasse: "nessa briga entre patrões e empregados, nesse choque entre lucro e vida, estou com a vida".*

De alguma maneira, pode parecer que o excerto do texto acima tem pouca relação com a nossa pesquisa que se dedica a investigar a presença e a atuação das mulheres no movimento dos trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1889 e 1919. Porém, os movimentos de greve, ao longo da história, se apresentam como importantes elementos e ações de resistência por parte da classe trabalhadora.

Desse modo, ainda que, neste momento, não tenhamos a pretensão de aprofundar as questões relacionadas às greves, a máquina da história permanece ligada e os teares da vida podem repetir alguns nós e tramas de tecidos da experiência de luta e labuta. Por isso, iniciamos nossas linhas com os escritos de uma paralisação mais recente, mais precisamente ocorrida em 19 de abril de 1989, cem anos após o marco inicial de nossa pesquisa, a partir de um texto escrito por trabalhadores sobre a greve dirigida pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo que contava, conforme a entidade afirma na publicação *História da Greve de 89: 30 anos de luta* (s.d.), com cerca de 100 fábricas completamente paralisadas e mais de 100.000 operários demandando melhores condições de trabalho e acordos com seus patrões e sinalizando a importância dos movimentos de paralisação para uma – ou todas – as categorias. Portanto, a escolha de *fato histórico* para iniciarmos nossa investigação acerca do *existir mulher*[6] nos anos que sucederam a Proclamação da República, ainda no ano de 1889, praticamente um século antes da greve encapada por trabalhadores na cidade de São Paulo.

[6] A terminologia *existir mulher* intitula uma poesia escrita pela autora desta pesquisa. Ao longo da obra intitulada *Ventres*, Gomes (2021) e as demais integrantes do Coletivo de Mulheres Poetas de Niterói, apresentam seus versos imbuídos de reflexões em prol das lutas feministas e da igualdade de gênero. A partir disso, ao longo deste estudo, o uso dessa expressão será recorrente por compreendermos que a existência das mulheres se dá, conforme a poesia sugere, a partir da *quebra de correntes*.

Desse modo, a publicação – dedicada ao operário que, décadas após a greve de 1989, seria o primeiro ex-metalúrgico[7] a ocupar a cadeira da presidência da República do Brasil – nos instiga a refletir sobre como a história do movimento dos trabalhadores e trabalhadoras se deu em nosso país, em nosso caso, mais precisamente, na cidade do Rio de Janeiro, no fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, e considerando, como protagonistas, as mulheres.

O fato de termos escolhido esta greve para reiterar a ideia de que as mobilizações organizadas por parte da classe trabalhadora se apresentavam – e continuam se apresentando – como um caminho possível para que aqueles que *labutavam* tivessem suas necessidades atendidas, se deu a partir da necessidade de salientarmos que as paralisações não foram inauguradas somente na República, mas que elas se configuram como ferramenta importante para as páginas do *mundo do trabalho* e que possibilitaram que tanto figuras femininas quanto masculinas ultrapassassem os limites das organizações sindicalistas e passassem a compor, por exemplo, os capítulos da história da política, como foi o caso do personagem homenageado pela excerto de texto que inicia nosso capítulo.

Mais do que um exemplo de homem, cujas experiências no universo laboral o inseriram na arena política, se trata de um sujeito que, ainda na década de 1970, conforme destacam Bello e Morais (2023), se tornou uma liderança sindical; era um daqueles metalúrgicos que vislumbravam reivindicar seus direitos. Um homem, um operário, que até ter sido eleito presidente da República e pleitear a reeleição para o mesmo cargo, no ano de 2006[8], se apresentava como o candidato detentor do menor nível de escolaridade entre os demais – havia concluído apenas o Ensino Fundamental – e que, já no ano de 2020, passou a contar com pelo menos 36 títulos[9] de Doutor Honoris Causa[10].

---

[7] Luís Inácio Lula da Silva, migrante de Pernambuco, mudou-se para São Paulo ainda durante a infância e foi o 35º presidente do Brasil. Lula, como ficou popularmente conhecido, se tornou operário na região do ABC paulista ainda na década de 1960, tendo sido eleito, nos anos 1970, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos onde, posteriormente, lideraria algumas das maiores greves da categoria. Nos anos 1980, atuou de maneira expressiva, não somente no movimento das Diretas Já, cujo objetivo era retomar as eleições diretas no período de redemocratização do país, já nos anos finais da Ditadura Civil-Militar, mas também como um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores. Nesse mesmo momento, deu início à sua carreira em cargos políticos, sendo eleito deputado federal no ano de 1986; já no ano de 1989, participou das eleições, concorrendo, pela primeira vez, ao cargo de presidente da República, mas foi derrotado pelo candidato Fernando Collor de Mello, que não chegou ao fim do mandato, em virtude de um impeachment. Concorrendo à presidência nas eleições de 1994 e 1998, foi novamente derrotado, dessa vez, por Fernando Henrique Cardoso. Assim, somente no ano de 2002 foi eleito, chegando às reeleição em 2006 e 2022.

[8] Ver https://www.camara.leg.br/noticias/90176-maioria-dos-candidatos-tem-curso-superior/.

[9] Ver https://lula.com.br/confira-a-lista-completa-de-titulos-doutor-honoris-causa-de-lula/.

[10] De acordo com definição proposta pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (proposta através da Resolução 277/65), uma das universidades responsáveis por conceder tal habilitação à Luiz Inácio Lula da Silva, o título de doutor honoris causa é o título mais importante a ser concedido pela Universidade e pode ser atribuído a

Nesse sentido, nos preocupamos em trazer aqui, para abrir os caminhos da primeira sessão desse capítulo, uma análise daquilo que nos instiga a perquirir nossas personagens, mulheres e trabalhadoras, aquilo que é proposto e experienciado por aquelas que labutavam e como elas eram apresentadas através das páginas da imprensa da então Capital Federal que, naquele momento, estava experimentando disputas políticas de uma República sonora e polissêmica e vivenciando relações de trabalho modificadas não só para uma parcela significativa da população que, anteriormente, via sua liberdade ser extirpada em função de sua cor, mas também entre aqueles que já experimentavam o trabalho livre, fato que encaminha um debate importante, proposto desde o título desse capítulo.

Assim, embora tenhamos o costume de avaliar o ano de 1888 como um possível marco para as transformações no campo do trabalho – inclusive no que diz respeito à presença das mulheres nesse universo – e como o início de um movimento de trabalhadores mais sistematizado, organizado e mobilizado em prol de melhores condições de vida, a história, aquela mesma que se move, se desloca e marcha, nos adianta que ela é menos rígida e que a resistência, as reivindicações e as lutas não podem estar circunscritas apenas nas mãos do Estado e tampouco se deram somente a partir da abolição da escravidão, da proclamação da República ou das grandes greves de 1917.

Ainda que não nos interesse recontar uma história factual ou aprisionada aos fatos históricos, se recuarmos ao ano de 1857, três décadas antes da abolição da escravidão, conforme nos aponta Reis (1993), nos deparamos com a Greve Negra da Bahia, que, possivelmente, se caracterizou como uma das primeiras ações organizadas pela população preta que trabalhava nas ruas, popularmente conhecidos como *ganhadores*, e que se deu em virtude da exigência de pagamento por parte dos trabalhadores[11] do pagamento de uma taxa à Câmara Municipal para que assim pudessem exercer seus ofícios nas ruas de Salvador.

Não foi apenas em terras baianas que os movimentos grevistas se fizeram presentes, a partir dos estudos de Mattos (2008), no ano de 1858, naquela que seria a futura Capital Federal, mas que a época era sede do Império português, aconteceria a greve dos tipógrafos, cujas

---

personalidades, nacionais ou estrangeiras, que tenham destaque e contribuição à Humanidade, à cultura e à educação (ver https://www.uerj.br/a-uerj/a-universidade/memoria/doutor-honoris-causa/#:~:text=%C3%89%20o%20t%C3%ADtulo%20mais%20importante,%C3%A0%20educa%C3%A7%C3%A3o%20ou%20%C3%A0%20Humanidade).

[11] De acordo com as análises propostas por João José Reis (1993) apenas os homens foram assolados por essa legislação; as mulheres, conhecidas como *ganhadeiras*, que costumavam mercadejar, principalmente, diferentes gêneros de secos e molhados, não precisariam *pagar para poder trabalhar*.

reivindicações giravam em torno de melhores condições de trabalho e aumento de salários. Assim, fica explícito que as greves eram utilizadas como instrumentos de luta, muito antes do regime republicano e do episódio de paralização citado acima.

Desse modo, não estamos equiparando o cotidiano de açoite e exploração de corpos como objetos com aquilo que se instituiu após a abolição da escravidão, mas sim propondo que, embora as relações de trabalho tenham sido modificadas, a condição da classe trabalhadora se manteve nos moldes daqueles que detinham o capital e os meios de produção, até porque esses arranjos não foram inaugurados a partir do 13 de maio de 1888. Negro e Gomes (2006, p. 226) destacam que, em muitas cidades, as relações de trabalho e de produção da população escravizada, ainda no período anterior a Lei Áurea, eram dinâmicas e se davam a partir das relações de comércio, de abastecimento e de serviços por meio da labuta dos escravos *ao ganho*, "sendo comum que os senhores permitissem que seus escravos *vivessem sobre si* mercadejando (quitandeiras, fruteiras, lavadeiras etc.), transportando cargas e realizando ofícios diversos (alfaiates, barbeiros, marceneiros, pedreiros etc.) [...]", logo, esse mercado de serviço era composto, em sua maioria, pela população negra.

A partir disso, fica evidente que a presença da mão de obra daqueles indivíduos extrapolava os limites do trabalho rural, se dava de maneira diversa em território urbano e, mais do que isso, ainda em um período anterior à abolição da escravidão, cerca de 2 mil cativos estavam ocupando postos de trabalho em pequenas fábricas (NEGRO; GOMES, 2013), dessa maneira, é possível inferir que esses trabalhadores também poderiam compor as tramas do associativismo e que estas não se deram somente a partir da última década do século XIX, por meio de trabalhadores estrangeiros, como costumamos afirmar, mesmo que estes tenham dado outros contornos às páginas da história dos trabalhadores no Brasil.

No período colonial, por exemplo, as irmandades já se apresentavam como espaços que, embora não tivessem sido criados com a intenção de representar negros – escravizados ou libertos – em lutas coletivas, por vezes eram apropriadas por eles com conotações organizativas. Marcelo Badaró Mattos (2008), em sua pesquisa sobre as experiências da classe trabalhadora carioca, afirma que, entre os anos de 1830 e 1890, existiram cerca de 110 irmandades e, dentre alguns dos ofícios abrigados por elas, havia pedreiros, carpinteiros, ladrilheiros, marceneiros, ferreiros, ourives, sapateiros, dentre outros. Assim, embora a Constituição de 1824 impedisse a criação de qualquer tipo de organização sindical, as irmandades já se configuravam como espaços de associativismo.

Nesse cenário, o associativismo negro se apresentou como um espaço profícuo, desde o período colonial. No caso de homens e mulheres escravizados, que anos depois

experimentariam a liberdade, essas associações tinham o objetivo de "satisfazer necessidades sociais, econômicas, culturais, religiosas e humanas de um segmento populacional que vivia em condições adversas" e que, embora a abolição da escravidão ainda não resolvesse todas as demandas, viabilizou uma organização diferente daquela realizada nos tempos do regime de cativeiro, com mais possibilidades de liberdade (Domingues, 2018, p. 113).

Esse cenário de mobilização evidencia que as lutas sobre tais aspectos perduraram e atravessaram tanto *as barbas do imperador*[12] como os *longos fios da República*[13]. Dessa maneira, ainda que não tenhamos o interesse de desbravar as bandeiras de lutas dessas organizações, elas nos ajudam a avançar um pouco mais em nosso debate sobre as mulheres trabalhadoras e sobre nossas escolhas metodológicas para o desenvolvimento da pesquisa, sendo fundamental lançar mão de uma questão: por que utilizar o termo movimento de trabalhadoras e trabalhadores e não movimento operário?

O fato de as ruas da cidade do Rio de Janeiro – que antes, ao longo do período da escravidão, eram territórios predominantemente ocupados pelos escravizados – no pós-abolição passaram a se apresentar como um importante espaço de labuta e sobrevivência para uma parcela significativa de trabalhadores. Por outro lado, os espaços fabris, que já figuravam as terras cariocas em períodos anteriores[14], também experimentaram um expressivo crescimento e vivenciaram uma espécie de *boom* fabril nos primeiros anos da República (Mattos, 2008).

Por isso, avaliando a diversidade de ofícios praticados na cidade, optamos por pensar os trabalhadores, em especial as trabalhadoras, de maneira mais ampla, não somente com o interesse em perquirir as articulações e as reivindicações das operárias, mas também a partir de outras categorias de trabalho, como de costureiras, lavadeiras, professoras, escritoras, ou seja,

---

[12] Alusão à obra de Lilia Moritz Schwarcz (1999), intitulada *As barbas do imperador*.

[13] "[...] Em um sistema monárquico, é o monarca que encarna seu país. Na República, personificações ou alegorias nacionais assumem esta função. Na França, foi a alegoria feminina da liberdade que se tornou a encarnação da nação como república-liberdade. Seu enraizamento na memória popular se manifesta pelo nome "Marianne", que é encontrado de maneira recorrente a partir de meados do século XIX. A interpretação revolucionária da figura é indicada pelo barrete frígio; a interpretação mais consensual e moderada, pela coroa, solar ou vegetal. Na França, a figura da liberdade tornou-se alegoria exclusiva da nação, justamente porque foi a República e não a Constituição, variável, que constituiu a expressão representativa da identidade nacional.
No Brasil, também houve algumas tentativas para representar a República por uma alegoria feminina, mas em geral não foram senão pálidas imitações da figura francesa da Marianne. O exemplo mais célebre foi a "Marianne" do pintor positivista Décio Villares (o criador da bandeira republicana de 1889), uma mulher com roupas da Marianne e um barrete frígio verde [...]." p. 495 (JURT, Joseph. O Brasil: Um Estado-Nação a ser construído. O papel dos símbolos nacionais do Império à República. Revista Mana, Rio de Janeiro, v. 18, n.3, p. 471- 509, dez. 2012.

[14] Entre os anos de 1857 e 1861, a quantidade de fábricas na cidade saltou de 765 para 1.117; já nas décadas de 1860 e 1870, esses números entram em declínio e voltam a ascender, novamente, entre 1875 e 1881, quando as fábricas passam de 1.049 para 1.243.

a partir da diversidade das mulheres trabalhadoras e suas reivindicações para além da noção de classe operária.

Também levamos em conta o fato de, já segunda metade do século XIX, os trabalhadores urbanos terem passado a se organizar a partir das associações beneficentes ou de auxílio mútuo, entidades que se apresentavam com o objetivo de atender enfermos e viúvas, auxiliar em enterros, zelar pelos interesses de diversos ofícios, comprar a liberdade de seus associados e também eram responsáveis por abrigar não somente atividades de cunho recreativo como também a organização de assembleias de seus associados, palestras, apresentações literárias e até cursos de alfabetização (Batalha, 2000; Mattos, 2008; Costa, 2016).

Essas pautas eram tão latentes, que a manutenção dos debates em torno dessa temática não se manteve circunscritas apenas àquele período, na verdade perduraram ao longo de algumas décadas, na verdade, acreditamos que os debates propostos pelas páginas da imprensa acerca desse tema tenham sido inflamados em virtude da não resolução das questões apresentadas naquele âmbito ao longo das décadas finais do século XIX, tendo sido resolvido somente no início do século, conforme fica expresso nas páginas do *Relatório do Ministério da Justiça*, acerca do *seguro contra a invalidez e a velhice*[15], que assegurava, através do decreto nº.: 3.890, de 1º de janeiro de 1901, que nos termos da Lei nº.: 117, de 4 de novembro de 1892, que empregados que comprovassem invalidez, teriam sua aposentadoria concedida, assim, observamos que as discussões em torno dessa temática se desenrolaram por pelo menos cinco décadas.

A partir da publicação, é possível perceber que as questões relacionadas aos amparos destinados àquela parcela da classe trabalhadora não ficaram circunscritas apenas sob advento da República, na verdade, ela salienta que, desde o período escravagista, as organizações e as pautas reivindicadas por seus associados formavam não só uma rede de solidariedade composta por trabalhadores, mas também uma "instituição", um espaço de formação política, social e educativa. Por esses motivos, conforme destaca Ana Luíza Costa (2016), os debates em torno da instrução, propostos pelas associações mutualistas, são fundamentais para compreendermos os trabalhadores não como objeto da educação, mas como sujeitos que são parte ativa dela e que, para além disso, educam a si mesmos. Dessa maneira, a formação intelectual da classe trabalhadora se apresenta como uma das colunas fundamentais para refletirmos sobre a relação entre cidadania e classe (Costa, 2017).

[15] *Relatório do Ministério da Justiça*, março de 1906, volume IV, p. 20 e 21.

Além disso, essas assertivas reiteram que os discursos relacionados à importância da instrução e a própria cultura associativa não foram iniciadas na República ou no avançar dos anos 1920 e também não partiram somente da *pena* do Estado que, a partir da Constituição de 1824, fazia da instrução primária um dos direitos para aqueles que fossem considerados cidadãos, ou seja, aqueles nascidos ou naturalizados no Brasil na condição de libertos e ingênuos e, no caso das organizações voltadas para os trabalhadores, somente em decorrência do fim da escravidão e da formação de uma nova classe trabalhadora.

Considerando as informações apresentadas na publicação do *Censo de 1906 do Rio de Janeiro* e compreendendo que os dados estatísticos compõem umas das diversas formas de representação da realidade, a publicação oficial nos auxilia na reflexão e na compreensão acerca da presença dessas pautas nas associações de trabalhadores e no que diz respeito às urgências em torno da alfabetização e da instrução dos habitantes da futura Capital Federal. No recenseamento do ano de 1872, período cujo sistema escravagista ainda vigorava, a cidade do Rio de Janeiro – que também era a sede oficial do Império – contava com 272.972 habitantes e, dentre esse número, 63,82%[16] era composto por analfabetos.

A partir dessas informações, conseguimos perceber alguns dos motivos pelos quais a instrução protagonizava as linhas das reivindicações de parte da classe trabalhadora. Naquele momento, grande parte das lutas mutuais estavam voltadas para que os trabalhadores – por meio das letras, a partir da criação de bibliotecas, formação profissional de associados e familiares – garantissem tanto a sua sobrevivência financeira como a necessidade de formação moral e intelectual da classe trabalhadora (Costa, 2017).

Nesse sentido, os debates em torno da instrução, em especial, aquela voltada para a classe trabalhadora, também estiveram presentes nas páginas da imprensa, principalmente, nos anos posteriores ao recenseamento de 1872, período em que a alfabetização deixou de ser representada apenas como urgência para que a população pudesse ler, escrever e contar e se tornou também um critério para participação política. Portanto, não era incomum a presença de colunas que abordassem as demandas dos trabalhadores e que também reivindicassem ações em prol da formação intelectual daqueles que labutavam.

O *Jornal do Brazil* trouxe algumas reflexões acerca dessa pauta, por meio da coluna *Os Estados Unidos e a questão operaria*, que discorria sobre as agruras do operariado americano[17]

---

[16] SENRA, Nelson de Castro. *O Censo de 1906 do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2012.
[17] *Jornal do Brazil*, 17/08/1892, anno: II, nº.: 229, p.:1.

e havia sido escrita a partir das impressões do deputado francês, Paul Deschanel[18]. De acordo com a análise do político, os salários recebidos pelos operários americanos eram mais altos do que aqueles recebidos pelos europeus, mas os primeiros, em virtude de seu individualismo, acabavam ficando mais desprotegidos, porém, em contrapartida, possuíam associações livres, fato que propugnava o aumento de seus salários, participação em benefícios, redução de trabalho dentre outros "privilégios"; já no que tangenciava a instrução e a sociabilidade, haviam associações que abrigavam clubes compostos por espaços que viabilizariam a prática da leitura e encontros sociais a partir de biblioteca e salas de reunião.

Dessa maneira, a coluna, que foi publicada na última década do século XIX, reitera a ideia que embora as organizações mutuais não se equiparassem às entidades de classe que surgiriam anos depois, elas não devem ser classificadas como associações pré-sindicais, assim como não ocupam um lugar secundário no cenário do movimento dos trabalhadores, principalmente, se avaliarmos a Lei nº.: 1.083/1860, conhecida como "Lei dos Entraves", que abria o caminho para a regulamentação de associações como as de socorros mútuos e evidenciava que a inclusão dessas e de outras modalidades associativas as colocava sob a tutela do Estado imperial e demonstrava uma forte cultura associativa na capital (Lacerda, 2014).

A "Lei dos Entraves" apresentou novos contornos no sentido disciplinar, pois os homens que desejassem criar grupos de socorros mútuos, científicos, literários e religiosos precisavam apresentar seus estatutos às entidades de caráter público, a fim de comprovar a efetiva utilidade pública das associações e de, posteriormente, exigir que seus futuros associados se comprometessem com a ordem e os bons costumes (Mac Cord; Batalha, 2014). Porém, os *entraves* não partiam apenas do Estado, eles também compunham a conjuntura na qual aqueles indivíduos estavam abrigados.

No caso das mulheres trabalhadoras, os impedimentos se faziam presentes já na filiação aos órgãos, pois, ainda que a maioria dos estatutos fizesse menção à viabilidade de filiação de ambos os sexos, era exigida autorização dos maridos para que suas companheiras pudessem se associar às organizações. Já no caso dos cargos de direção, de acordo com Mattos (2008), naquele momento, raramente era visto um único nome de mulher.

Assim, embora os *entraves* tenham estabelecido limites para o ingresso de trabalhadoras e trabalhadores nas associações, a partir da década de 1880, em decorrência de mudanças conjunturais, incluindo aquelas que regulamentavam o associativismo, conforme expressam

[18] Formado em Direito, Paul Deschanel tornou-se deputado no ano de 1885, posteriormente, foi presidente do Congresso dos Deputados entre 1896 e 1901 e, retornou ao cargo, em 1904, além disso ele foi presidente da França no ano de 1917.

Mac Cord e Batalha (2014), o incentivo aos projetos migratórios, o fortalecimento do abolicionismo, as mudanças nos *mundos do trabalho*, o desenvolvimento da vida urbana e o advento da República intensificaram o interesse pela criação de novas organizações que advogassem em prol de um interesse comum.

Sob essa égide de desenvolvimento das associações mutualistas, os números de trabalhadores e trabalhadoras, no recenseamento do ano de 1872, apontam que a cena da labuta contava com 10 mulheres sendo categorizadas como operárias e 11.592 como costureiras; já no ano de 1906, havia 1.010 funcionárias e 1.924 homens ocupando os postos da indústria têxtil; no campo do vestuário e *toilleet*, elas totalizavam 18.187, enquanto eles eram 13.523; nos serviços domésticos, as mulheres eram a maioria esmagadora, 94.730, enquanto os homens totalizavam 25.780; já no magistério, eram 883 professores e 1.959 professoras.

Cabe destacar que, ao longo desse processo de ampliação do quadro associativo, dos regimes de trabalho e das urgências da classe trabalhadora, a formação de uma classe professoral, que era expressivamente composta por mulheres, revelava a urgência de uma categoria resistente, forte e colossal. Nesse sentido, conforme destaca Silva (2020), ao perquirir a trajetória Rufina Vaz Carvalho dos Santos, Coema Hemetério dos Santos e Elvira, três professoras negras e formadas pela Escola Normal, é possível inferir que elas experimentavam certa respeitabilidade diante da categoria da qual faziam parte, recebendo destaque não somente no interior das escolas, mas também nas páginas da imprensa, como fica explícito ao longo das análises apresentada pela autora a partir das páginas do jornal *O Magistério.*

Ao longo dos estudos de Luara Silva (2020), quando a autora lança luz sobre os rastros das professoras negras ao longo dos primeiros anos da República, período em que as mulheres eram maioria entre os docentes da então Capital Federal, principalmente, em escolas e turmas voltadas ao ensino primário, ela lança alguns questionamentos entre o lugar ocupado pelas professoras dentro de sua própria categoria. Nesse sentido, de acordo com a perspectiva apontada pela autora, a partir de aspectos relacionados a gênero, cor e classe, é possível perceber que tanto as condições sociais quanto as origens do professorado do Rio de Janeiro eram diversificados e promoviam certa dispersão das/dos docentes.

Sob tal ótica, ao reiterar que as trajetórias daquelas que se constituíam enquanto *operárias do pensamento* (Silva, 2018) não era homogênea tampouco dotada de complexidade, é possível afirmar que as professoras eram parte de uma classe trabalhadora diversa e não estavam apartadas da realidade daquelas que labutavam em outros ofícios, portanto, as análises promovidas por Silva (2020, p. 250) demonstram que as trabalhadoras do campo da instrução,

marcadas pela cor e pelo *existir mulher*, estavam envolvidas em projetos construídos de maneira coletiva e que "o magistério proporcionava relativa autonomia em relação às demais mulheres pertencentes aos círculos letrados" e não afastava aquelas mulheres oriundas das camadas mais populares da sociedade.

Assim, as mulheres exerciam diversas funções naquele contexto repleto de transformações nos âmbitos urbanísticos, econômicos, políticos e sociais, não somente porque desenvolviam funções pecuniárias, mas também pelo fato de os papéis econômicos terem sido alterados e isso, de alguma maneira, influenciou os ofícios desenvolvidos no chão das fábricas e no comércio e a ruptura com alguns comportamentos anteriormente estabelecidos, incluindo o alargamento dos aspectos culturais da mulher urbana (Saffioti, 2013) e a sua participação, direta ou indireta, nas mobilizações, individuais e coletivas, que vinham sendo promovidas por parte da classe trabalhadora, por meio do associativismo, o que compunha um cenário de luta por melhores condições de vida e emancipação.

Dessa maneira, a assertiva de que as mulheres estavam atuando em diferentes ofícios, portanto, circulando nas ruas, se apresentando como personagens importantes para os *mundos do trabalho* e, por isso, suas experiências devem ser compreendidas a partir de perspectivas diversas, a inserção das mulheres pobres nesse *território* se apresentava como um fator de peso na estratégia de sobrevivência, indo em direção oposta às representações de que elas seriam criaturas fracas, sensíveis, doces, submissas e passivas (Chalhoub, 2001) e que as professoras estavam afastadas da compreensão daquilo que refletia o "verdadeiro" universo laboral.

Nesse contexto, a influência das associações nos debates por condições dignas de trabalho, de acordo com a conferência realizada no *Lyceu de Artes e Officios pelo operario F. Sadock*[19], se apresentava com o intuito de reivindicar justamente a questão da emancipação do proletariado que, de acordo com o texto, dependia *unicamente d'uma organisação collectiva bem constituida e melhor orientada, sob o ponto de vista moral, intellectual e economico, sem que a sua incorporação na sociedade moderna será irrealisavel*[20].

Já no que dizia respeito à importância das mulheres no associativismo, naquela mesma coluna, também assinada por Francisco Sadock, mas dessa vez publicada alguns números após

[19] Também conhecido como Sadock de Sá, um dos importantes nomes da cena operária, era torneiro mecânico e armeiro. Após retornar da Guerra do Paraguai, onde trabalhou no Arsenal da Ilha do Cerrito no Rio Paraná, ao retornar à corte, frequentou o Imperial Liceu de Artes e Ofícios, instituição onde realizou a palestra citada. Foi membro fundador do Partido Operário Independente, além de ter sido um dos fundadores da Confederação Sindicalista-Brasileira Cooperativista pouco antes de sua morte, no ano de 1921 (BATALHA, 2009).

[20] *Brazil Operario:* órgão das classes proletarias, 2ª quinzena de dezembro, 1903, anno: I, nº.: 15, p.: 2.

a primeira, o autor afirmava que a Associação dos Operários do Brasil[21] se diferenciava das demais, pois facilitava amplamente a admissão de mulheres operárias *dando-lhes os mesmos direitos e as mesmas* ***regalias*** *concedidas aos operarios, principio de igualdade que vem ao encontro das minhas idéas em favor da emancipação da mulher*[22].

Cabe destacar que as colunas foram publicadas em um período em que os ares republicanos já haviam invadido a cidade, desencadeando outras urgências e inúmeras alterações no cenário nacional. A partir de um golpe, protagonizado por militares apoiados por cafeicultores paulistas e por civis – que já defendiam tal regime ainda na década de 1870 – vislumbravam colocar em prática a ideia de um Estado sem a presença centralizadora do imperador e regido pelos ideais do federalismo (Santos, 2022).

Naquela conjuntura, esses indivíduos, herdeiros de privilégios oriundos do Império, e responsáveis pela tomada de poder, não estavam prevendo findar as desigualdades raciais, econômicas, políticas e sociais, eles vislumbravam lançar mão de mecanismos para a manutenção da ordem para um projeto de cidade aos moldes europeus. Por isso, as transformações e as remodelações da então Capital Federal, não foram exclusivas ao território – que passou pelo alargamento de ruas, nas regiões centrais e suburbanas, a partir de construção de prédios modernos e demolições de cortiços e estalagens – e ao adensamento populacional expressivo nos anos que sucederam a República; as páginas políticas também enfrentaram alterações significativas.

Em 1890, um ano após a Proclamação da República, foram eleitos, por meio do Congresso Constituinte, representantes de diferentes correntes ideológicas, entre eles 38 monarquistas, 128 bacharéis e 55 militares, com o intuito de concretizar as mudanças de regime e, mais do que isso, aprovar uma nova Constituição, sob a batuta do presidente, Deodoro da Fonseca, e o vice-presidente, Floriano Peixoto. Além desse cenário, de consolidação de novas bases políticas – mas nem tão novas assim, conforme demonstra Motta (2004) – a cidade do Rio de Janeiro reiterava a necessidade de consolidar a noção de cosmopolitismo, que estava em voga desde o Império, vislumbrando a civilização da sociedade.

Promulgada no ano de 1891, a Constituição da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil, se apresentava como um balizador para a *ordem* e o *progresso* da nação e daquele novo regime, porém, embora vislumbrasse promover o apagamento e a construção de novos marcos civis e políticos, também promovia a manutenção de certos *modos* instituídos *nos*

---

[21] Fundado por Sadock de Sá, Lucio dos Reis, Ernesto Justino Pereira e Ezequiel de Souza, no ano 1900, e emergiu a partir da fusão entre o *Club Proletário*, a *Liga Operária* e a *Assembleia dos Operários de Niterói*.
[22] *Brazil Operario*, 2ª quinzena de janeiro, 1904, anno: II, n. 17, p. 4

tempos do Imperador e um deles estava diretamente relacionado à questão da instrução e sua importância para o exercício da cidadania a partir da participação das eleições.

De acordo com Napolitano (2016), embora os apoiadores da República estivessem de acordo com o fim da Monarquia, isto não significava que eles não disputavam os lugares de poder, logo, não formavam um bloco coeso. Nesse sentido, o autor corrobora as reflexões propostas por Carvalho (2003), quando o autor aponta que o movimento popular republicano se deu em um período posterior à década de 1870 e era composto por fazendeiros, profissionais liberais, estudantes de cursos superior, oficiais do Exército, proprietários rurais e representantes médios urbanos, mas além desses grupos, não podemos esquecer que a população pertencente às camadas populares também participou das agitações contrárias ao Império e em apoio à República, logo, não estiveram alheios aos debates e ideais propostos por liberais, positivistas e jacobinos.

Nesse sentido, e ainda em diálogo com Marcos Napolitano (2016), é possível dizer que havia diferenças primazes entre as bandeiras de luta dessas três correntes políticas, ainda que elas estivessem de acordo com a urgência da proclamação da República. Enquanto os liberais estavam reivindicando a liberdade individual, mas com restrições à cidadania eleitoral e política; a perspectiva positivista – quadro expressamente composto por militares do Exército e grupos da classe média e as elites civis – vislumbrava estruturar um governo de atuação centralizadora e tutelada além de estimular a modernização econômica, as reformas sociais, a alfabetização das classe populares; e, por fim, os republicanos radicais, popularmente conhecidos como jacobinos[23], que estavam vinculados ao setores médios da população além de funcionários públicos e trabalhadores de mão de obra menos qualificada que atuavam em defesa das reformas sociais para distribuição de renda entre os mais pauperizados, inclusão política e a defesa de um Estado forte e centralizador.

Assim, o que se observa é que, embora jacobinos e liberais tivessem alguns princípios em comum, o desejo pelo fim da Monarquia era aquilo que os aproximava entre si e entre os positivistas. Por isso, embora hoje possamos afirmar que o regime republicano, de fato, tenha sido excludente, é inegável que ele também se apresentou como uma possibilidade de transformação para a classe trabalhadora, principalmente, no que diz respeito à possibilidade de reivindicação de direitos e atuação no campo político, assim, considerando esse cenário e de acordo com as análises propostas por Braga (2020), acerca d*a esperança Republicana* no estado

[23] De acordo com Gomes (2008) a designação *jacobinos* vinha sendo utilizada ainda nos últimos anos do governo monárquico, especialmente, nas referências aos partidários de Antônio da Silva Jardim, um propagandista republicano que fazia uso de praças e teatros para realizar discursos políticos e pronunciar conferências.

de Pernambuco, esse sentimento se desenvolveu pelo fato de aqueles que labutavam acreditarem que, a partir daquela nova conjuntura, se tornaria possível conquistar maior protagonismo nas *novas páginas da história*.

Nesse contexto, de diversidade política – onde presidente, prefeitos, senadores, deputados e intendentes estavam defendendo seus próprios anseios e os anseios de seus aliados – e de transformações nas relações de trabalho – estas explícitas antes mesmo da legislação promulgada no ano de 1888 – a pauta política tomava conta das ruas e "a capital republicana transformou-se em uma entidade política e jurídica" (Motta, 2004, p. 23) e as disputas em torno de quem poderia exercer ou não sua cidadania estavam explícitas, inclusive, nas linhas da Constituição.

Responsável por definir quem seria cidadão brasileiro e quem poderia se alistar como eleitor, o artigo 69 da Constituição de 1891 chama a atenção para diferentes grupos que não estavam autorizados a participar dos pleitos eleitorais, porém, vamos nos ater a um grupo específico de cidadãos que foram excluídos do cenário político ainda no ano de 1881, após a promulgação de uma lei eleitoral que aboliu o voto censitário e propiciou transformações no cenário da instrução: os analfabetos.

Em virtude da obrigatoriedade da alfabetização para aqueles que decidissem participar das eleições e para a consolidação do regime republicano como marcador de renovações, foram desenvolvidas inúmeras reformas no campo da Instrução Pública[24], que se inseriam como iniciativas que vislumbravam anular, ou até mesmo desqualificar aquilo que havia sido realizado no regime anterior, com a finalidade de abolir "os significados políticos e sociais do estabelecimento do princípio da instrução primária, aos cidadãos, na Constituição de 1824, e as suas repercussões nas disputas pelos significados, extensões e limites dos direitos de cidadania" (Schueler; Magaldi, 2009, p.: 37).

Desse modo, a instrução se configurou como um espaço fundamental para os poderes públicos consolidarem seus ideais de nação e formação do povo. Fosse a partir da ampliação das instituições escolares – nas esferas públicas e privadas – ou por meio da cultura letrada, que pululava pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro, o fato era que, naquele momento, era imperativo saber *ler, escrever e contar* para participar dos pleitos e, não por acaso, a imprensa

[24] O Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal constitui um instrumento categórico para compreender a organização, o desenvolvimento e a ampliação da instrução no fim do século XIX. O Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890, foi criado a partir de uma comissão, formada por Cesário Alvim (Ministro do Interior), Ramiz Galvão (Inspetor Geral de Instrução Primária e Secundária) e Affonso Herculano de Lima (diretor do Colégio Universitário Fluminense), que tinha como tarefa apresentar uma reforma da instrução pública. Posteriormente à criação da comissão, em 19 de abril de 1890, é instaurada a Secretaria de Instrução Pública, sendo essa assumida por Benjamin Constant, tendo ele se mantido no cargo até o ano de 1891 (Marques, 2015).

se torna espaço primaz para a circulação de ideias e debates acerca daquilo que compunha a cena política, a instrução e *os mundos do trabalho*.

Diante desse cenário, o uso do ambiente do *Lyceu*[25] e a circulação de colunas salientando a utilidade daquela instituição de ensino como espaço útil para debates e formação da classe trabalhadora, especialmente as mulheres que labutavam, e isso tinha ligação direta com a história daquele estabelecimento e com o desdobramento daquilo que vinha compondo as páginas da instrução e as mudanças no cenário das letras na cidade do Rio de Janeiro. Entre os anos de 1890 e 1906, quando a República já havia sido proclamada, não conseguiu reduzir, de maneira exponencial, o número de analfabetos da então Capital Federal, que era composta, respectivamente, por 522.651 habitantes, onde 252.321 deles eram analfabetos – 123.697 homens e 128.624 mulheres – e 811.443 habitantes, com um quantitativo de 390.371 não sabiam ler – 202.512 homens e 187.859 mulheres.

E, nesse caminho, a publicação feita pelo *Correio da Manhã*, a partir da visita do general Francisco Glicério[26], que reivindicava a utilidade e a necessidade daquela instituição que não era apenas educadora, era também moralizadora, já que no *Lyceu* se encontravam *brasileiros, portugueses, hespanhoes, italianos, francezes, inglezes*[27], com idades variadas, entre 10 e 40 anos, *homens chefes de familia lá estão aprendendo o que convém á sua industria e alguns alunos até as primeiras letras*, mas não eram somente homens e crianças que estavam compondo o quadro de discentes, as mulheres também estavam por lá. Sob a máxima de que, a partir da educação das mulheres, seria possível reformar a sociedade, a coluna dizia que a ampliação do ensino profissional afastaria as mulheres da condição de ignorância, submissão e da escravidão do subsídio pecuniário.

Ainda de acordo com o general, ao comparar as mulheres dos países europeus às brasileiras e o benefício de educá-las:

> *a mulher dos países europeus, é a mãe dos cidadãos, a companheira delicada do homem, a escolhida de seu affecto, a sua egual no trabalho, na sciencia na exaltação cívico. Em todas as carreiras civis e profissionais, encontra-se a mulher moderna, digna, independente, conscia de sua igualdade social.*
> *E´telegraphista, agente de correio, dentista, médica, professora de alto ensino, empregada nas repartições publicas, e ganhando sempre com*

[25] O Liceu de Artes e Ofícios foi inaugurado no ano de 1858 e teve sua fundação prevista nos estatutos da Sociedade Propagadora das Belas Artes com a proposta de promover "*o estudo das bellas artes, não só como especialidade, mas tambem como aplicação necessária aos ofícios e industrias, explicando-se os princípios scientíficos em que ellas se baseiam*" (Bielinski, 2003, p. 69).

[26] Político brasileiro, nascido no interior do Estado de São Paulo, Francisco Glicério de Cerqueira Leite, participou da fundação do Partido Republicano Federa, no ano de 1893. Além de ter atuado de maneira explícita em prol da República, ocupou o cargo de Ministro da Agricultura, entre os anos de 1890 e 1891, sob o durante o governo de Deodoro da Fonseca; também foi deputado federal e senador pelo estado de São Paulo.

[27] *Correio da Manhã*, 21/07/1907, anno: VII, nº. 3.099, p. 9.

> *seu trabalho o pão honrado, digno de seu esposo e de seus filhos. Parece-no que não é esse o incentivo original do engrandecimento daqueles paizes.*
> *Será preferivel a essa condição da mulher, o tornal-a ignorante, submissa, ociosa, escrava do subsidio pecuniario, alheia á pátria e ao progresso, sem intimos laços sociaes, sem aspirações além do goso e do bem estar material?!*

A partir das palavras do republicano Francisco Glicério, podemos refletir sobre as inúmeras camadas de seu discurso, mas nos deteremos aos aspectos relacionados à cena da instrução, principalmente, a educação profissional.

Com a estratégia de controlar as classes perigosas, conforme sinalizam Afonso e Santos (2020), o ensino profissional se configurou como um dos espaços de vigilância para aqueles que fossem considerados vadios, desde os *tempos do Imperador*, desse modo, naquela conjectura, a educação também se apresentava como lugar de progresso e transformação e a "ociosidade" já representava temor que ficou expresso, inclusive, em um capítulo específico no Código Criminal do Império do Brasil de 1830, dedicado aos vadios e aos mendigos, legislação que balizou as reformas propostas por Antônio Ferreira Viana[28], ministro do Império e da Justiça, no período posterior à Abolição e anterior ao regime republicano.

Na perspectiva defendida por Ferreira Viana, deveriam ser criados estabelecimentos para a correção e formação para aqueles que vivessem na ociosidade, na vadiagem e na mendicância. Suas proposições, de acordo com as análises de Afonso e Santos (2020), estavam balizadas em reflexões propostas através dos ideais defendidos por pensadores modernos que acreditavam que somente a partir da educação, consecutivamente, por meio da formação de um novo sujeito, seria possível formar um cidadão útil, forjado através do esforço de educar o povo, e que a correção viria pelo trabalho.

E, sob esta defesa, os estabelecimentos de ensino de caráter profissional, pleiteados desde o Império, perduraram a República, se mantendo como espaços de formação intelectual para trabalhadores e trabalhadoras além dos filhos da classe laboriosa, de acordo com aquilo que anunciava o decreto nº. 38, de 09 de maio de 1893, que previa que tais práticas educativas poderiam ser realizadas na escola de comércio, no liceu e em um curso de aprendizado profissional (Bielinski, 2003). Porém, embora as movimentações em torno dessas instituições, tenham se desenvolvido ao longo do Império e nos anos que sucederam a Proclamação da República, foi no ano de 1906, quando a Câmara do Deputados propôs a inclusão de crédito no

[28] Nascido em Pelotas, Antônio Ferreira Viana, era Bacharel em Direito e além de ter sido Ministro da Justiça e do Império, no ano de 1888, e recebido o cargo de conselheiro também exerceu o cargo de deputado, representando o Partido Conservador pelo Rio de Janeiro, em dois períodos, 1869 – 1877 e 1881 – 1889.

orçamento do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores, a fim de criar escolas técnicas e profissionais nos estados brasileiros, que as iniciativas se ampliaram por ordem estatal.

Os debates em torno da urgência e o papel do *Lyceu*, assim como as representações que vinculam as mulheres à delicadeza – que serão retomados no capítulo a seguir, considerando as linhas dessa mesma coluna – e a presença delas em diversos ofícios e ativas naquele projeto de nação, baseada no trabalho, reiteram o fato de que a circulação daquelas ideias formavam também um identidade entre aquelas que eram instruídas e imbuídas pelo espírito republicano, que valorizava a ordem e o progresso e evidenciava que elas também eram *personas gratas* nos meandros da cultura associativa, já que compunham a classe laboriosa. Desse modo, compreendemos que, na conjuntura em que as colunas foram escritas, na primeira década do século XX, foi um momento primaz para o desenvolvimento do ensino profissionalizante naquela conjuntura em que as mulheres vinham ocupando os mundos do trabalho de maneira mais exponencial e diversificada.

De acordo com o Censo de 1906, enquanto no ano de 1890 o número de habitantes da cidade do Rio de Janeiro totalizava 515.559 e, desse número, 277.512 eram trabalhadores – sendo 276.088 homens e 1.424 mulheres – no ano de 1906, esse número aumentou de maneira substanciosa, passando a contabilizar 811.443 – sendo 463.453 trabalhadores e 347.990 trabalhadoras. Os dados demonstram que o universo do laborioso se modificou, em especial para as mulheres, já que, no ano seguinte à Proclamação da República, pelo menos de acordo com as informações apresentadas pelo recenseamento, elas ainda não compunham os *mundos do trabalho* tampouco os espaços que passaram a ser dominados majoritariamente por figuras femininas: o serviço doméstico.

De acordo com os dados fornecidos pelo mesmo recenseamento, no ano de 1870, do total de 53.160 trabalhadores domésticos, os homens totalizavam cerca de 16.172 e as mulheres somavam 36.988; já no ano de 1890, não houve informações sobre este setor; porém, no Censo de 1906, o número chegava a um total de 117.904 trabalhadores, onde as mulheres apresentavam uma diferença indiscutível para com os homens, elas totalizavam 94.730 e eles eram apenas 23.174.

Esse aspecto pode representar não somente a perspectiva de que as mulheres estavam atuando pela sua própria sobrevivência, mas também que a predominância poderia representar algum tipo de manutenção da ideia de que elas poderiam dominar os ofícios que estivessem ligados à noção de cuidado com o lar, transformando o trabalho reprodutivo em trabalho produtivo. E como era um ofício majoritariamente feminino, as reivindicações através da

imprensa poderiam vir não somente da parte daquelas que trabalhavam, mas também através daquelas que exploravam a força de trabalho alheia.

Isso aconteceu na coluna *Serviço Doméstico*, assinada por uma dona de casa, leitora do jornal *Correio da Manhã*[29], cuja pauta reivindicava a regularização do serviço doméstico a partir de uma lei que garantisse vantagens para as empregadas e, principalmente, para os patrões, já que, para a autora daquele texto, aquela inciativa asseguraria que as trabalhadoras recebessem cartas de recomendação para serem entregues em seus novos postos de trabalho, pois elas poderiam oferecer algum tipo de perigo para os lares, além das amas secas[30] poderem influenciar a educação – ao que indica, de maneira negativa – das crianças.

Esses apontamentos evidenciam que, embora a publicação tenha sido feita em um momento em que o trabalho já era livre e assalariado, "com o fim da escravidão e da monarquia, a exclusão racial continuou sendo um mecanismo ordenador da sociedade" (Santos, 2022, p. 194) e, a partir disso, podemos refletir sobre outra questão, que pode ter se apresentado como pano de fundo para essa preocupação: a presença expressiva da população negra, em especial das mulheres, nos ofícios domésticos. Yoshioka e Claret (2015) destacam que, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX, o ofício doméstico era um setor de trabalho ocupado, majoritariamente, pela população feminina que, anteriormente, havia sido escravizada e que, além desse setor, as mulheres também exerciam trabalhos de lavadeiras, vendedoras de ervas medicinais e benzeduras.

Essas discussão nos remete, mais uma vez, à urgência de compreendermos e investigarmos as mulheres de maneira plural, com a amplitude de suas experiências, considerando suas diferenciações a partir das noções de gênero, classe e cor. Maciel Henrique Silva (2016, p. 21), ao elaborar suas análises acerca da formação da classe das trabalhadoras domésticas do Brasil, mais precisamente em Recife e Salvador, entre os anos de 1870 e 1910, salienta que, naquele período, as experiências de classe nos lares brasileiros foram ganhando outros contornos, "ao mesmo tempo extralegal e tradicional, mas não escrava como antes".

Sobre essas marcas, de gênero e classe no trabalho doméstico, Heleieth Saffioti (2013, p. 61) nos ajuda a empreender nossas análises a respeito do movimento de trabalhadores, principalmente das trabalhadoras, quando a autora afirma que "a[s] mulher[es] das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em

---

[29] *Correio da Manhã*, 12/10/1901, anno: 1, nº.: 120, p.: 2.
[30] Ver MARTINS, 2006.

todas as épocas e lugares ela[s] tem contribuído para a subsistência de sua[s] família[s] e para criar a riqueza social [...]".

E esse caminho de análise, acerca da heterogeneidade de ofício exercido pelas trabalhadoras, vai ao encontro daquilo que o recenseamento de 1906 apresentava, a partir da classificação das profissões de homens e mulheres que habitavam na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com os dados, as atividades estavam organizadas em quatro categorias – produção de matéria prima, transformação e emprego de matéria prima, administrações públicas e profissões liberais e aquelas caracterizadas como diversas – que abrangiam subcategorias – dentre elas exploração de superfície de solos, desenvolvimento de atividades no setor da indústria, transporte e comércio e pessoas que viviam da própria renda – e, por fim, os ofícios mais específicos, que descreviam os ofícios de maneira mais especificadas.

Sendo assim, podemos inferir que entre a última década do século XIX e meados dos anos 1900, já no século XX, o número de mulheres trabalhadoras aumentou expressivamente, mas. além disso. também foi possível perceber que os homens trabalhadores contabilizavam um maior número em praticamente todas as categorias, sendo minoria em apenas quatro profissões: *vestuario e toilette*, *magistério*, *serviço domestico* e profissões desconhecidas. Não por acaso, sob este cenário, é possível observar e analisar notícias que tratavam sobre algumas pautas primazes para aquelas que labutavam, conforme veremos nas páginas finais desse capítulo. Mas, antes de ingressarmos em direção aos aspectos que envolviam o uso da imprensa enquanto espaço de formação e a materialidade de alguns impressos utilizados por nós, ao longo desta e de outras sessões deste trabalho, precisamos tecer algumas considerações sobre certos aspectos incutidos nos dados apresentados acerca do contingente de trabalhadores do Rio de Janeiro nos anos que sucederam a Proclamação da República.

Portanto, nas páginas a seguir, vamos analisar a importância da imprensa, não somente para a difusão da cultura letrada e associativa que, conforme foi possível perceber, estava em diálogo com os novos ideais de instrução, em voga nos anos que sucederam a Proclamação da República.

1.2. A imprensa como lugar de formação para a classe trabalhadora

> *a instrucção é a única recommendação que pode vantajosamente colocar o homem e tornal-o, digno de ser considerado no meio social, predicando este que a propria virtude, a mais austera, nao conseguira, tal é a força e a importância desse fator de civilisação*[31].

[31] *Brazil Operario*, 2ª quinzena de dezembro de 1903, anno: I, nº.: 15, p.: 2.

Essas foram as palavras veiculadas pelo já enunciado *Brazil Operario*, na segunda quinzena do mês de dezembro de 1903, trazendo uma pauta que, conforme adiantamos, relaciona a instrução a uma arma primaz para o processo de formação intelectual e civilizatória da nação.

A coluna se preocupa em apontar a importância da instrução profissional dos operários que, conforme ficou explícito, quando apresentamos na seção anterior, além de ser uma demanda proposta pelo Estado, era também uma reivindicação por parte da sociedade. De acordo com as palavras enunciadas por essa coluna, acerca da instituição que dá nome à notícia, o *Lyceu de Artes e Officios* se apresentava como um espaço importante para a *elevação moral dos individuos*.

As considerações apontam para aquilo que já trouxemos nas páginas anteriores, ao apresentar as proposições de Francisco Sadock de Sá naquela mesma publicação, mas além das apreciações sobre a importância do Liceu e a influência das associações operárias em diferentes campos, a publicação trazia uma informação que nos permite apontar dois aspectos importantes para esta pesquisa: a instrução e o uso para imprensa para a disseminação de ideias e para a formação moral da classe trabalhadora

A notícia, assinada por François Seul, que trazia suas palavras de satisfação ao discorrer sobre um projeto de lei que obrigaria a união a custear uma *escola primária modelo para aprendizes* que, segundo ele, deveria ser acolhida com entusiasmo pelos operários e por todo proletariado, já que, dentre as iniciativas propostas, estavam a criação de uma escola primária modelo para aprendizes operários, além de disciplinas como *portuguez, francez, geografia, noções de historia da patria*, dentre outras, que corroboram um movimento que se desenvolveu pouco tempo após a Proclamação da República.

Embora não estejamos coadunando com a máxima de que os movimentos em prol da instrução tenham se desenvolvido somente sob o advento da República, aqui se torna importante analisarmos as iniciativas que se constituíram naquela conjuntura, desse modo, concordamos com Marques (2015), quando afirma que a instrução pública, naquele momento, era um dos componentes para a edificação de uma nação civilizada, sendo a escolarização, a cultura e a forma escolar um ideal de modernidade. Portanto, as alterações da cena da instrução, iniciadas com a Reforma Benjamin Constant[32], instituída pelo Decreto nº 981, de 08 de novembro de 1890, que se constituía como instrumento para a organização, o desenvolvimento e a ampliação da instrução primária pela cidade.

[32] O Decreto foi criado a partir de uma comissão – que tinha a função de apresentar uma reforma de instrução pública – composta pelo Ministro do Interior, Cesário Alvim, Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária, Ramiz Galvão, e o diretor do Colégio Universitário Fluminense, Affonso Herculano de Lima (Marques, 2015).

Sob este cenário de mudanças, no ano de 1892, a cidade do Rio de Janeiro possuía sete distritos escolares, compostos pelo total de 120 estabelecimentos de públicos de ensino – sendo 59 voltados para meninos e 61 para meninas – com um total de 8.500 alunos matriculados – sendo, respectivamente, 4.444 alunos e 4.056 alunas, 32 escolas subvencionadas – 6 direcionadas ao sexo masculino, 9 exclusivas para as meninas e 23 escolas mistas – que tinham um total de 1.545 alunos – 667 meninos e 878 meninas – e 119 estabelecimentos particulares contendo 9.701 estudantes – 6.073 meninos e 3.628 meninas (Marques, 2015).

Embora a Reforma de 1890 tenha representado uma mudança expressiva na configuração das escolas na Capital Federal, ela não foi a única a acontecer naquela conjuntura republicana. O decreto nº 52 de 1897[33], embora tenha representado poucas transformações na cartografia escolar e no ensino municipal, significou uma mudança substancial na divisão de classe professoral que, anteriormente, era dividida em duas classes, naquela reforma, passou a ser classificada em cinco categorias (Marques, 2015).

Já na década de 1910, aconteceram outras duas reformas, uma no ano de 1911, através do Decreto nº 8.659 – que revogou formalmente a Reforma de 1901, estabelecendo, dentre outros aspectos, um ensino livre, fato que marcou um apagamento do papel do Estado na administração da educação nacional – naquele ano, estavam funcionando *189 escolas primárias particulares, onde foram matriculados 10.353 homens e 6.313 mulheres*[34] – e outra, no ano de 1915, que revogava as mudanças propostas anteriormente.

A partir desse preâmbulo, que mapeia as instituições escolares e o cenário da Instrução Pública, podemos perceber aquilo que se edificou após a chegada da República, que reitera que a organização escolar não é o produto de uma forma política consolidada, mas sim uma produtora do modelo que se instituiu (Veiga, 2003). Desse modo, o desenvolvimento da malha educacional demonstra que havia um interesse de demarcar, de maneira cada vez mais explícita, a chegada daquele novo regime, que precisa também se constituir como marca de modernidade, uma articulação entre escolarização e cultura escolar.

Nesse sentido, fazemos uso do conceito empreendido por Faria Filho (2003), que define como cultura escolar algo que constitui os valores, a materialidade e os métodos escolares a serem transmitidos em uma situação histórica concreta e particular, já que naquele momento, o que estava em jogo era a edificação não somente dos espaços escolares, mas também as práticas desenvolvidas no interior daquelas instituições, a fim de que elas fossem perpetuadas em

---

[33] Ver Uekane (2016).

[34] *Correio da Manhã*, 01/02/1913, anno: XII, nº.: 5.116, p.:1.

diferentes espaços. Por isso, não era incomum que a imprensa se apresentasse como meio de reivindicação e glorificação dos estabelecimentos de ensino e, mais do que isso, da disseminação de um ideal de intelectualidade, conforme fica perceptível na coluna publicada pelo *Brazil Operario*.

Além de espaço de propaganda, a imprensa, desde os anos 1880, assumiu novas configurações, ganhou ares modernos e se apresentou como um equipamento para a amplificação de ideias e debates. Assim, embora a maior parte da população não soubesse ler e escrever, sendo as mulheres maioria nesse aspecto, isso não impedia que a disseminação de informação escrita se fizesse cada vez mais presente e que o periodismo se tornasse um espaço para a formação intelectual daqueles que consumissem as suas páginas, já que a leitura passou a ser um hábito da cidade, inclusive, aquelas que aconteciam em voz alta (Barbosa, 2010).

Desse modo, os impressos, naquele momento, representavam um dos principais espaços voltados para a formação de opinião, um lugar de cruzamento de informações e, evidentemente, espaço de instrução para aqueles que dominassem ou não o mecanismo da leitura e da escrita. Por esse motivo, compreendemos que o periodismo se apresenta como espaço de investigação para o não silenciamento da memória popular, lugar de amplificação de lutas e utopias (Maciel, 2006) e se configura como fonte primaz para investigar lutas e demandas por parte das mulheres trabalhadoras.

No caso do *Brazil Operário*, que circulou entre os anos de 1903 e 1904, seu título já denota a quem se dedicava aquele impresso que estava vinculado aos ideários socialistas, conforme destaca Goldmacher (2009), e foi publicado pela primeira vez, no dia 1º de maio, sob a direção e propriedade do tipógrafo Elisario Alvares da Silva Freire. Sua circulação acontecia a cada quinze dias, as notícias se desenvolviam ao longo de quatro páginas, que apresentavam colunas de temáticas variadas, dentre elas a instrução, mas em torno do trabalho e da vida do operariado e com preços que variavam 100 réis, 3$000 e 5$000 para venda avulsa, semestral e anual.

Desse modo, o jornal reitera aquilo que é proposto por Fonseca (2003), quando a autora afirma que os processos educativos são amplos e que, ao serem experienciados, de maneira intencional ou não, possibilitam que as formas de saber circulem e sejam apropriadas por aqueles que estejam afastados da escola. Assim, impressos como o *Brazil Operario*, se apresentavam como importantes veículos para textos apreendidos de maneira diversa pelos grupos de leitores e se configuravam como um dos diversos espaços de resistência e disseminação de ideias de diferentes categorias (Giglio, 2021, p. 9).

Nesse tocante, Laura Antunes Maciel (2012) nos aponta que o movimento de criação e a presença de homens e mulheres trabalhadoras nas páginas da imprensa, com o propósito de veicular e debater os projetos e as demandas que se encontravam em disputa nos anos iniciais da República, faziam com que esses trabalhadores se constituíssem como sujeitos de ação coletiva, capazes de formar espaços de ação pública, através da palavra impressa. Um bom exemplo para corroborar tal assertiva são as pautas em torno da instrução e das demandas da classe trabalhadora, que permeavam as páginas da imprensa, não somente com o intuito de pleitear aquilo que estava em disputa a partir das iniciativas estatais, como para tornar aquele espaço um lugar de formação.

Assim, tanto a imprensa escrita por e para trabalhadores como aquela de grande circulação, se apresenta como uma possibilidade de resgate das motivações pelas quais mulheres e homens registravam nessas páginas e se configura como um espaço possível para investigarmos "em que medida *o que* escreviam e *onde* escreviam dava publicidade a ideias, projetos, debates alternativos que se contrapunham ao poder, ao dominante" (Maciel, 2006, p. 288) e, no caso das trabalhadoras, as relações de gênero e a opressão.

Desse modo, embora nossos encaminhamentos metodológicos tenham nos levado para novos rumos, e a imprensa de grande circulação tenha se tornado nossa fonte de análise, compreendemos que a imprensa operária se apresentava

> como forma de expressão cultural importante, por estabelecer uma espécie de rede de comunicação entre as organizações operárias, capaz de nutrir as lutas, distribuindo determinados tipos de discursos que inauguram o aparecimento de pensamentos novos, de novas práticas de luta que visavam resistir à ordem capitalista (Giglio, 2019, p.: 21).

Sob essa lógica, a imprensa operária se configura como parte da cultura da classe trabalhadora e se apresenta com relação à própria luta de classe, se definindo, ela mesma, como um espaço de disputa. Assim, os jornais operários se apresentavam como um "produto cultural particular que criou estratégias de circulação capazes de formar uma comunidade de leitores e ouvintes que se alimentavam das ideias e debates surgidos naqueles círculos" (Giglio, 2019, p.: 75).

Desse modo, concordamos que, assim como a imprensa de grande circulação, as folhas da imprensa operária, desde a década de 1840, se manifestavam como espaço de formação e disseminação de ideias, conforme o quadro abaixo, que está sendo apresentado com o intuito de explicitar os encaminhamentos que nos trouxeram até aqui, tendo em vista que ainda que não tenham sido privilegiados como fonte para análise deste nosso estudo, foi parte primaz para que pudéssemos construir o quadro que será apresentado nas páginas a seguir, que trata dos

impresso que foram utilizados para investigar aquilo que estava sendo tratado com relação às mulheres trabalhadoras.

Quadro 1 – Jornais publicados por e para trabalhadoras e trabalhadores[35]

JORNAL	ANO	SITUAÇÃO
A Voz do Povo	1840 – 1849*	Encontrado em período distinto
Echo Popular	1860 – 1869 / 1870 – 1879*	Encontrado em período distinto
O Socialista	1870 – 1879	Encontrado em período distinto
Revista Tipográfica	1888	Não encontrado
O Jornal Operário	1892	Não encontrado
O Operário	1895	Encontrado em período distinto
O Operário Italiano	1897-1898	Não encontrado
O Mensageiro	1898	Não encontrado
O Protesto	1898	Não encontrado
Tribuna Operária	1898	Não encontrado
O Despertar	1898	Não encontrado
O Protesto	1898	Não encontrado
A Tribuna	1890 – 1899 / 1910 – 1909	Localizado
A Alvorada: Órgão das Classes Operárias do Brasil	1890 - 1899	Não encontrado
Gazeta Operária	S.D.	Não encontrado
O Artista	S.D.	Localizado
Voz do Marmorista	1903	Não encontrado
O Chapeleiro	1903	Não encontrado
A Federação	1903	Não encontrado
A Greve	1903	Não encontrado
Gazeta Operária	1904	Não encontrado
O Libertário	1904	Não encontrado
O Trabalhador	1904	Não encontrado
Força Nova	1904	Não encontrado
Kultur (revista)	1904	Não encontrado
Novo Rumo	1905	Não encontrado
O Artista	1905	Localizado
A Guerra Social	1907 – 1922(?)	Não encontrado
A Voz do Trabalhador	1908 – 1915	Localizado
A Nação	1910 - 1919	Localizado
Brasil Operário	1903	Localizado
O Operário	1910 - 1919	Localizado

[35] Alguns dos jornais que compõe o quadro foram localizados na publicação intitulada *Breve História da Imprensa Sindical no Brasil* (RIO DE JANEIRO, 2005) e os demais a partir da leitura de diferentes referências bibliográficas utilizadas ao longo do estudo.

A Vida	1914	Não encontrado
A Voz do sapateiro	1915 – 1922 (?)	Não encontrado
O Alfaiate	1915 – 1922 (?)	Não encontrado
O Gráfico	1915 – 1922 (?)	Não encontrado
O Metalúrgico	1915 – 1922 (?)	Não encontrado
O Panificador	1915 – 1922 (?)	Não encontrado
Renovação	1915 – 1922 (?)	Não encontrado
Voz Cosmopolita	1915 – 1922 (?)	Não encontrado
Na Barricada	1916	Não encontrado
Voz do Povo	1920 – 1929	Encontrado em período distinto

Assim, a imprensa, representava para o público leitor estar em contato com as informações que estavam acontecendo naquele momento dentro e fora do seu próprio cotidiano além de inseri-los como participantes daquela outra conjuntura (Barbosa, 2010).

Isso ficava evidente, por exemplo, na coluna publicada pelo *Diario do Commercio*, sobre a *Crise Operária de Portugal* e os acontecimentos do 1º de Maio do ano de 1890[36], que giravam em torno de uma pauta que se perpetuou ao longo dos anos que sucederam a publicação: a fixação de horas de trabalho. De acordo com o correspondente, havia sido um projeto de representação, onde os adultos trabalhariam por oito horas; já os menores de 13 e 14 anos cumpririam suas funções por seis horas; já para as mulheres, a intensão era proibir que elas trabalhassem em determinadas indústrias que viessem a prejudicar *a sua organisação, em geral mais debil do que a do homem*.

A questão do cenário internacional foi exposta, novamente, naquela mesma folha, dessa vez para tratar da *Política estrangeira*[37], mais precisamente aquela praticada pela Alemanha. A coluna apontava que, dentre as inovações, estava a fixação do dia normal de trabalho para as mulheres, conforme havia acontecido na Inglaterra, quase meio século antes, demonstrando que *a estreita solidariedade entre os diversos ramos da industria é tal, que fixar legalmente um maximum ao dia de trabalho do homem adulto*.

Ainda nesse tocante, anos depois, *A Imprensa* dava conta do movimento grevista português, que acontecera na década de 1910 e que, conforme veremos a seguir, também foi vivenciado em terras brasileiras, e da participação feminina na liderança daquelas mobilizações[38].

---

[36] *Diario do Commercio*, 23/05/1890, anno: III, nº.: 533, p.: 1.
[37] *Diario do Commercio*, 31/05/1891, anno: IV, nº.: 904, p.: 1.
[38] *A Imprensa*, 21/03/1911, anno: VII, nº.: 1.185, p.: 5.

Analisando as colunas, é possível afirmar que a interlocução entre o cenário nacional e aquilo que estava em disputa por parte dos trabalhadores internacionais, compunha aquilo que Batalha (2004) propõe, quando analisa as noções de *cultura das classes subalternas, cultura militante* e *cultura associativa* e salienta que a ideia de cultura de classe ultrapassa os limites de correntes ideológicas, como anarquistas e socialistas, por exemplo, ela é mais heterogênea, está mais atrelada às propostas e práticas culturais, podendo não estar articulada de maneira similar aos diferentes setores e camadas que compõem as classes populares.

Desse modo, ainda que os trabalhadores discordassem sobre as táticas e utilizassem outras estratégias de luta, algumas de suas demandas se encontravam, e dentre as diversas reivindicações, estavam as habitações operárias. Ao longo das últimas décadas do século XIX e o início do século XX, as habitações populares – os cortiços e as vilas operárias – foram ganhando as ruas da cidade, principalmente, porque naquele momento, a cidade vinha experimentando um processo de profundas transformações urbanísticas e territoriais.

O engenheiro Francisco Pereira Passos[39], ainda no ano de 1876, mediante ao segundo relatório da Comissão de Melhoramento da Cidade do Rio de Janeiro, sinalizava para a urgência da construção de residências para os operários, em ruas secundárias, na região central das terras cariocas; sua pretensão era criar três vilas operárias que incluíam vias para ligar a localidade a outros bairros habitados por trabalhadores. Porém, foi na década de 1880, que as vilas operárias passaram a compor o território da cidade, a partir do empreendimento da Companhia Evoneas Fluminense, localizado na Praia de São Cristóvão e, já no ano de 1892, o Rio de Janeiro contava com cinco construções voltadas para os trabalhadores[40] (Mattos, 2008).

Esse movimento de ampliação de habitações destinadas à classe trabalhadora estava inserido em um processo mais denso de urbanização pelo qual o Rio de Janeiro atravessou nos anos que sucederam o advento republicano e não ficaram circunscritos apenas nas moradias. As transformações, que tinham o intuito de adequar as *formas* da Capital Federal ao novo regime, incluíam uma nova divisão do município – esta formalizada antes mesmo da Reforma Pereira Passos (1902-1906), ainda no ano de 1892, através do decreto nº 1.034, cujo intuito era regulamentar o serviço policial do Distrito Federal – e a transformação de sua aparência por meio da abertura de ruas na região central e suburbana da cidade.

---

[39] Francisco Pereira Passos além de engenheiro, prefeito da cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1902 e 1906, também esteve à frente da Estrada de Ferro Central do Brasil, no período do Império e na República. No primeiro período, entre os anos de 1876 e 1880 e, posteriormente, de 1897 a 1899.

[40] Ver: ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920*; CARVALHO, Lia de Aquino. *Habitações Populares*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento geral de Documentação e Informação Cultural, 1986.

Nesse tocante, de acordo com Gomes (2019), civilizar e demolir estavam entre as palavras de ordem nas ruas. A cidade havia se transformado em um imenso canteiro de obras e, dentre alguns de seus alvos, estavam os cortiços e as estalagens, logo, as questões referentes às habitações operárias passaram a ser pauta de reivindicações por parte dos trabalhadores e imprensa se tornou espaço de debate sobre tal temática.

Assim, quando tais residências passaram a compor as ruas do Rio de Janeiro, elas – ou a faltas delas para todos aqueles que precisassem – também passaram a ser pauta dos jornais vinculados à classe trabalhadora da cidade. Mais de uma década após a pluralização das vilas operárias, Augusto Pinto Machado, presidente da *União Operaria do Engenho de Dentro*, em coluna intitulada *Casas para a pobreza*, publicada no exemplar do impresso *A União Operaria*[41] de 08 de outubro de 1905, salientava que: "a cidade do Rio de Janeiro, na tentativa de se tornar a primeira da América do Sul em beleza, limpeza e arquitetura, não preservaria a *classe desprotegida*, humilharia os trabalhadores, pobres, simples e proletários e esses não teriam nem mesmo *uma choupana onde habitar*" (Gomes, 2019, p. 72).

Algumas semanas depois, na edição do jornal publicada em 22 de outubro de 1905, Augusto Pinto Machado voltou a escrever sobre as habitações populares e lançar duras críticas acerca dessas moradias, principalmente, no que dizia respeito aos valores dos aluguéis de imóveis. Conforme relatou Gomes (2019), de acordo com o líder operário:

> [...] os valores inflacionados do aluguel das casas – que em um momento anterior chegavam a *50$ mensaes*, [e] *custa[va]m 80$000* – não era um problema exclusivamente de ordem econômica, mas também de caráter higiênico das famílias proletárias que viviam *agglomeradas em uma só habitação*.

As questões abordadas por Pinto Machado não ficaram circunscritas apenas nas páginas da publicação feita por e para os trabalhadores, elas estiveram presentes nas páginas na coluna *Habitações operárias*, que ponderava a existência de casas construídas para trabalhadores na cidade de Niterói que, no ano de 1911, já contava com inúmeras fábricas.

Assim, podemos perceber que era por meio da imprensa que as pautas, as reivindicações e as notícias sobre aquilo que estava acontecendo no universo laboral circulavam pelas ruas da então Capital Federal e despertava reflexões àqueles e àquelas que consumiam, de maneira direta ou indireta, aquelas publicações, já que os leitores, conforme afirma Barbosa (2010, p.

---

[41] A primeira edição do impresso, de propriedade da *União Operária do Engenho de Dentro*, foi publicada no dia 1º de maio de 1904, em comemoração ao dia do trabalho daquele ano, e as demais edições, foram publicadas nos dias 8 e 22 outubro de 1905, quando o impresso passou a apresentar características diferentes das constantes na publicação anterior, com tamanho reduzido e proposta de ser publicado quinzenalmente, sendo comercializado por meio de assinaturas anuais – que custavam 4$000, na capital, e 5$000, no interior – e vendas avulsas, no valor de 100 réis.

202), usam uma “lógica simbólica que associa o texto a outras ideias, imagens e significações, produzindo um suplemento de sentidos que foge aos limites estreitos das significações possíveis encontradas naquele impresso. O texto é feito para um leitor imaginário que se torna real”.

Por isso, naquele contexto, os impressos se apresentavam como espaços primazes para o desenvolvimento de debates e de disseminação de ideias acerca daquilo que estava em disputa com a chegada da República. De acordo com Ferreira (2017) a região central do Rio de Janeiro, mais precisamente, a rua do Ouvidor, costumava ser um ponto de encontro de diferentes grupos sociais e políticos, por isso, se tornou o logradouro de alguns jornais, dentre eles: *Jornal do Commercio*, *Diário de Notícias*, *O País*, *A Reforma*.

Assim, a efervescência intelectual presente naquela região representou a ampliação do espaço público destinado a discussão das mais variadas temáticas, especialmente, a partir da década de 1880, quando foi iniciado o assentamento de um novo tipo de jornalismo, que de acordo com os próprios impressos, passaria a informar “com isenção, neutralidade, imparcialidade e veracidade, sobre a realidade” (Barbosa, 2010, p. 121) e que se transformou ao longo das primeiras décadas do século XX, ganhando, além desse caráter imparcial, a alcunha de ordenar a sociedade.

Considerando esse cenário, é possível perceber que a imprensa se apresenta como peça importante para a edificação dos ideais republicanos que estavam em disputa naquele momento, por isso, investigar a experiência daqueles que labutavam através das páginas desses jornais nos possibilita perquirir as discussões que estavam se desenvolvendo em torno do *existir mulher* entre os anos de 1889 e 1919. Por isso, para realizar tais análises, privilegiamos a imprensa de grande circulação a partir do acervo disponibilizado pela Biblioteca Nacional Digital (BND) – através da Hemeroteca Digital Brasileira – utilizando o termo “mulheres trabalhadoras” para nossa busca no banco de dados na BND.

É preciso reconhecer que embora essa metodologia de busca se apresente como um facilitador para o desenvolvimento de pesquisas históricas, ela pode apresentar problemas para pesquisadoras e pesquisadores que pretendem mapear, por exemplo, o período de veiculação de uma determinada coluna ou assunto nas páginas de um jornal, a continuidade de assuntos que estiveram em voga ao longo de um período mais extenso, ou seja, o uso de palavras de busca pode invisibilizar certas discussões e priorizar outras. Por isso, é importante destacar que as análises deste estudo ultrapassam as 1.517 ocorrências localizadas nas páginas dos jornais apresentados no quadro abaixo, tendo sido necessário utilizar outros termos de busca para assim *costurar* da pesquisa.

Quadro 2 – Jornais utilizados para o desenvolvimento da pesquisa[42]

JORNAL	INFORMAÇÕES GERAIS	ANO DE FUNDAÇÃO
Almanak Laemmert	Proprietários: Henrique Laemmert (1844-1854) Eduardo Laemmert Redator: Carlos Guilherme Haring (1864) Organizador: Eduardo Sauer (1884)	1844
A Imprensa	Redator chefe: Ruy Barbosa (10/1898-c.1906) Diretor: Alcindo Guanabara (1906-1914)	1898
A Rua	Diretor: Viriato Correia	1914
A Epoca	Diretores: Vicente Ouro Preto, J. B. Canto e Vicente Piragibe. (7/1912 - 12/1913). Diretor: Vicente Piragibe (12/1913 - 4/1918) Proprietário: Pedro D'Almeida Coutinho (4/1918 - 8/1919) Diretor: A. J. Barbosa. (4/1918 - 6/1918) Diretor: Porto da Silveira (6/1918 - 8/1919) Proprietário: A. Lima Cia- Pedro D'Almeida Coutinho e Jeronimo Teixeira de Alencar Lima. Diretor: Alencar Lima (8/1919 - Diário De Notícias 11/1919)	1912
A Razão	Diretores Gerentes: Luiz José de Mattos e Luiz Alves Thomaz (1916-1921)	1916
A Noite	Diretor: Irineu Marinho (1916-1925) Direção: Antônio Leal Costa e a Herbert Mose (1925) Diretor presidente: Eustachio Alves (2/1925-11/1925) Gerente: Vasco Lima (2/1925-9/1928) (11/1930-7/1934) Secretário Castellar de Carvalho - (1925-11/1925) Diretor responsável: Dinis Junior (11/1925-11/1929) Gerente: Jonathan Pereira Filho (10/1928-11/1929) Redator Chefe: Leal de Souza (11/1929-11/1930) Gerente: Ramiro Ermeciano Marques (12/1929-7/1930) Gerente: Ismael Maia (7/1930-11/1930)	1911

[42] Parte das informações a respeito dos impressos utilizados para o desenvolvimento deste estudo foram localizadas através da Tese de Doutorado desenvolvida por Marcelo Gomes da Silva (2018), intitulada "Operários do pensamento": trajetórias, sociabilidades e experiências de organização docente de homens e mulheres no Rio de Janeiro (1900-1937).

	Diretor: Augusto de Lima (11/1930-1/1932) Redator chefe: Carvalho Neto (1/1932-1940) Diretor-Gerente: Octavio Lima (7/1934-1940)	
A Faceira	Diretor: José Carvalhaes Redator-chefe: Xavier Pinheiro Redator secretário: Romulo Batista	1911
A Notícia	Diretor proprietário: Manuel Jorge de Oliveira Rocha (1894-1914) Cândido de Campo (1914-1930)	1894
Brazil Operario: órgão das classes proletarias	Diretor proprietário: Elisiario Freire Diretor Secretário: Antonio Melgaço	1903
Carbonario: órgão do povo	Sem informações	1881
Correio da Manhã	Proprietário: Edmundo Bittencourt (6/1901-1929) Diretor: Edmundo Bittencourt. (6/1901-2/1917) Redator chefe: A.J. de Azevedo de Amaral. (2/1917 - 11/1917) Redator chefe: Raymundo Silva (11/1917 a 12/1917) Diretor: Leão Veloso (1918-5/1921) Diretor: Raymundo Silva (5/1921-11/1922) Diretor: Paulo Bittencourt (7/1922-12/1926) Diretor: Pinheiro da Cunha (12/1926-9/1928) Presidente/ Diretor: Manoel Paulo Filho (9/1928-1963) Redator geral: Costa Rego (8/1934-1954)	1901
Correio da Noite	Sem informações	1907
Diario do Commercio	Sem informações	1888
Gazeta da Tarde	Fundador: Jose Ferreira Menezes Propriedade e redação: Jose do Patrocínio, (1885) e Luiz Ferreira de Moura Brito Redator chefe: Juvêncio de Aguiar (1895)	1880
Gazeta de Notícias	Editores – Ferreira de Araújo, Manuel Carneiro e Elísio Mendes. Redatores: Henrique Chaves e Lino de Assunção.	1875
Jornal das Moças	Fundadores/diretores: Álvaro Menezes (5/914-1961) Agostinho Menezes (5/1914-1949)	1914

Jornal do Brazil	Redator chefe: Fernando Mendes de Almeida (1894-12/1918) Proprietário/direção: Ernesto Pereira Carneiro (1919-1953) Diretor Presidente: João Luís Santos (1923-1934) Diretor tesoureiro: José Pires do Rio (1934-1950)	1890
Jornal do Commercio	Fundador: Pierre René François Plancher de La Noé. Propriedade/Diretor: José Carlos Rodrigues (1890-1915) Antônio Ferreira Botelho (1915-1923) José Felix Alves Pacheco (1923-1935) Dora Rodrigues Pacheco (1935-1957) Elmano Cardim. Jornalista do Jornal do Commercio desde 1909, assumiu como redator chefe em 1935 e co-proprietário em 1940, onde permaneceu até 1957.	1827
O Apóstolo	Fundado por sacerdotes da Igreja Católica	1866
O Auxiliador da Industria Nacional	Editor: Frederico Leopoldo Cesar Burlamaqui Redatores: Januário da Cunha Barbosa, Pedro de Alcantara Lisboa, Miguel Joaquim Pereira de Sá, M. de Oliveira Fausto	1833
O Fluminense	Redator proprietário: F. R de Miranda (1878-12/1919) Diretor proprietário: Azeredo &. Miranda (1/1920-1926) Redator secretário/gerente: João Carvalhães (1/1921-1943) Diretor: Luis Xavier de Azeredo (1923-1944) Passa a ser diretor proprietário em 1926.	1878
O Imparcial: diário ilustrado	Diretor Fundador: José Eduardo de Macedo Soares	1912
O Paiz	Fundador: João José dos Reis Júnior Diretor: Quintino Bocaiuva (1884-1901) João de Sousa Laje (1901-11/1924) Alves de Souza (11/1924-c.1930/1933) Alfredo Neves (c.1930/933-11/1934)	1884
O Século	Editor Proprietário: Antônio José de Souza Mello (1896-1912)	1896
Puritano	Redator chefe: A. B. Trajano	1899
Revista Contemporânea	Fundador e diretor: Raphael de Hollanda	1918
Revista da Semana	Fundador: Álvaro de Teffé (1900) Propriedade: Jornal do Brasil (1900-1915) Propriedade: Aureliano Machado (1915-1935)	1900

	Diretor: Artur Brandão (1915-1918) Diretor: Carlos Malheiros Dias (1915-1925) Propriedade: Adelaide Aureliano Machado (1935-1937)	
Revista Suburbana	Proprietário e diretor: J. R. Vieira de Mello	1918

A partir dos títulos apresentados, foi possível perceber, primeiramente, que as pautas relacionadas às experiências das mulheres trabalhadoras estavam circulando em folhas vinculadas as mais variadas concepções políticas e, em seguida, que esses debates não tratavam apenas daquilo que dizia respeito a presença e as demandas femininas no espaço laboral. Por isso, nossa pesquisa precisa caminhar para que seus leitores e leitoras possam [re]conhecer as personagens que experienciavam de "maneira prática" os meandros do associativismo na cidade do Rio de Janeiro.

Desse modo, nas páginas a seguir, vamos mergulhar um pouco mais naquilo que nos move para desenvolver essa pesquisa: a presença feminina nos *mundos do trabalho* e, mais do que isso, a presença delas no universo das reivindicações e na formação das mulheres que labutavam enquanto parte e representantes da classe trabalhadora.

1.3.Elas são a massa, elas fazem parte da luta!

Figura 1 – Grupo de operárias grevistas

Fonte: Jornal *A Rua*, 21 de julho de 1917

Conforme destacamos ainda nas primeiras linhas deste capítulo, as greves, ao longo da história dos *mundos do trabalho*, se apresentaram como uma das principais estratégias para a classe trabalhadora alcançar as negociações com os patrões. Porém, o ano de 1917 se apresentou como um marco no movimento de trabalhadoras e trabalhadores em escala internacional e, no caso brasileiro, o mês de julho, pode ser considerado o estopim da agitação operária.

De acordo com Fraccaro (2018), as greves haviam sido iniciadas em junho de 1917, em São Paulo, teriam sido impulsionadas em virtude dos anos consecutivos de inflação e teriam contado com uma presença expressiva de mulheres. Dentre as reivindicações da classe laboriosa, estavam a extinção de multas, a regulamentação do trabalho de menores, o fim do trabalho noturno para elas, além da limitação das horas trabalhadas pelas personagens femininas da classe laboriosa.

No Rio de Janeiro, a *onda* grevista foi encampada, naquela mesma conjuntura, a partir de pautas que também reivindicavam melhores condições de trabalho para homens, mulheres e crianças, porém, no caso desses dois grupos, a imprensa de grande circulação deixava explícito que existia algum tipo de equiparação de urgências, pleiteando não só a redução da jornada de trabalho, como a proibição da realização de determinados ofícios para ambos os grupos, antes mesmo da chegada das greves de 1917, como foi o caso da *Columna Operaria*[43], publicada em 1915, que afirmava que

> *as mulheres, desde crianças, não* deve[ria]m *sair do lar, se não ao lado de seus pais, dos que lhes são caros.*
> *Essas innocentes, retiradas do lar, entregues á cupidez dos exploradores, não podem ter outro fim a mulher deve ficar ao lado dos seus as agruras motivadas pelos crimes da sociedade presente contra os que trabalham e produzem; atiradas a fabricas e oficinas só podem encontrar o caminho que as conduzem a prostituição*[...].

Nesse caso, a publicação nos chama atenção, primeiramente, por salientar que as mulheres, desde a infância, não deveriam sair do lar e, em seguida, o fato desta constatação ter sido elaborada por uma figura masculina, que atendia pelo nome de Mariano Garcia[44].

A partir dessas informações é possível perceber que havia uma construção de narrativa que explicitava que, mesmo as mulheres participando de greves, conforme fica explícito na fotografia apresentada na página anterior, que havia sido veiculada no jornal *A Rua*[45], reiterando a importância das trabalhadoras para o movimento de luta já a partir do título, elas, na visão de um líder operário, ainda precisavam ser cuidadas e protegidas por homens para não serem conduzidas à prostituição, e esta constatação não era exclusiva do operário. De acordo com Rago (2017, p. 585), muitos acreditavam, em consonância com autores ingleses e franceses,

> que o trabalho da mulher fora de casa destruiria a família, tornaria os laços familiares mais frouxos e debilitaria a raça, pois as crianças cresceriam mais soltas, sem a constante vigilância das mães. As

[43] *Correio da Noite*, 08/01/1917, anno: IX, nº.: 104, p.: 3.
[44] Cigarreiro, jornalista e socialista, ingressou no meio operário ainda na infância, mais precisamente, aos 11 anos de idade, tendo colaborou para a fundação do Partido Operário (1890) e o Partido Operário Socialista (1895); também esteve envolvido com a criação de associações e atuou como redator de jornais, tendo sido responsável pela elaboração de textos que discorriam sobre questões relativas à vida operária e, por residir na região dos subúrbios da Central, também veiculava as demandas dos moradores em torno daquela localidade (Batalha, 2009).
[45] *A Rua*, 21/07/1917, anno: IV, nº.: 197, p.: 2.

> mulheres deixariam de ser mães dedicadas e esposas carinhosas, se trabalhassem fora do lar [...].

Dessa maneira, embora Mariano Garcia fosse um militante que advogasse em prol da classe trabalhadora, que estivesse envolvido diretamente com os debates em torno de direitos para os trabalhadores, suas considerações acerca da impossibilidade de as mulheres comporem o cotidiano fabril, demonstra que existia uma noção de feminilidade imbuída de docilidade, fragilidade e inocência incutida em seu texto e isto fazia com que ele estabelecesse uma diferenciação entre aquilo que pertencia ao universo masculino e ao feminino. Esses debates ressaltam a multiplicidade e as tensões que compunham as relações entre homens e mulheres oriundos da classe trabalhadora e evidenciam que a construção das diferenças sexuais se apresenta de maneira simultânea na esfera social, histórica e biológica (Louro, 1992).

Assim, ao ponderar que as mulheres não deveriam estar presentes no universo laboral, ele evidencia que os debates em torno das mulheres trabalhadoras não estavam circunscritos apenas às pautas relacionadas à garantia de direitos para aquelas que trabalhassem e vislumbrassem garantir uma jornada de trabalho menos insalubre e salários iguais aos de seus companheiros de labuta, as questões também cotejavam uma tentativa de inviabilização da presença feminina nos mundos do trabalho, mesmo quando, naquele momento, elas já estivessem compondo as greves, conforme fica evidente na imagem, quando estavam atuando nos quadros das associações, conforme será possível comprovar, posteriormente, não somente liderando como também presidindo partidos políticos.

Naquela conjuntura, os debates em torno da participação feminina nos *mundos do trabalho* e os limites para isso, era algo que estava posto. Porém, independentemente das preferências daqueles que eram contrários a isto, como foi o caso de Mariano Garcia, e que possivelmente utilizassem a maternidade e a sexualidade como instrumento de controle e/ou como outro lugar de dominação do *segundo sexo* (Fraccaro, 2018), as mulheres pobres circulavam nos espaços públicos e nas ruas, desse modo, a figura feminina não estava *aprisionada* à esfera privada.

E, talvez, a disputa em torno da presença ou da exclusão total das mulheres dos espaços de trabalhado produtivo, tenham relação com o fato de que, para alguns, a "chegada" delas tenha determinado uma maior exploração dos trabalhadores do sexo masculino, conforme sugere a coluna[46] publicada pelo jornal *O Fluminense*, tratando de um comício realizado pelo Círculo Operário Fluminense, que apontava para o fato de a *substituição dos homens no*

[46] *O Fluminense*, 03/03/1913, anno: 36, nº.: 8.732, p.: 1.

trabalho por mulheres e crianças [seria] *uma iniquidade revoltante que favorece*[ria] *a exploração do preço da mão de obra e d*[aria] *lugar a um sem numero phenomeno anti-sociaes que os operarios conhecem intimamente* e propunha como solução o pagamento do mesmo salário para trabalhadores e trabalhadoras.

Nesse cenário, embora, aparentemente, o problema estivesse girando em torno da igualdade salarial para homens e mulheres, aquilo que estava em voga era o fato de a presença feminina e dos menores ser mais um contingente de problemas. Porém, aquilo que era ressaltado pela publicação não explicitava, por exemplo, a presença incontestável das trabalhadoras das páginas dos movimentos grevistas, conforme destaca Goldmacher (2009), ao discorrer sobre as greves ocorridas entre os anos de 1890 e 1903, assim como ficou explícito nas páginas da imprensa veiculada em períodos posteriores.

Como foram os casos da imagem veiculada pelo jornal *A Rua* – que abre as páginas dessa seção, o jornal *A Razão* também tratou da participação das trabalhadoras a partir das linhas da coluna *O Movimento Grevista,* que relatava a mobilização organizada por parte dos operários da Fábrica Corcovado[47], localizada no bairro do Jardim Botânico, naquele dia, após o apito das 18 horas, estava com número reduzido de trabalhadores, já que a maioria deles estava participando da greve, e que esse número reduzido, *sendo na sua maior parte mulheres,* acabou o dia de trabalho saindo com as cartas de demissão em punho.

O jornal *A Época* também se preocupou com essa mesma temática, ao discorrer sobre *As Mulheres na Gréve,* reiterando não somente a participação delas nas paralizações, como afirmando que a primeira declaração sobre elas teria partido *de boccas femininas* e que haviam sido

> *as mulheres que trabalham em saccos que a decretam em primeiro logar. Ainda hontem as mulheres forneceram aos grevistas a anota alegre, abandonando o serviço em varios estabelecimentos e apresentando-se na Federação Operaria.*
> *Foi assim que hontem, depois do meio-dia, vimos um grupo de senhorinhas que, alegres como borboletas, também iam emprestar a sua solidariedade aos operarios, pois tinham abandonado o serviço.*
> [...]
> *Sabemos também que ainda hoje outras representantes do* ***sexo fraco*** *abandonarão o serviço, vindo juntar-se aos operarios.*

[47] A Fábrica de Tecidos Corcovado foi fundada no ano de 1889 por José da Cruz. Localizada no terreno de uma chácara localizada à Rua Jardim Botânico. Com cerca de 1.000 funcionários – homens, mulheres e crianças brasileiros e estrangeiros – e a fim de mantê-los perto das dependências fabris, atendeu às demandas dos trabalhadores investindo em mobilidade, assistência aos funcionários e com a construção de vilas operárias. Já no ano de 1903, foi inaugurada uma creche – que contava com atendimento médico, aleitamento e garantia de visita às crianças duas vezes por dia – com o intuito de atender os filhos das operárias e garantir a frequência das operárias aos postos de trabalhos.

E aquele não seria o único exemplo da atuação das mulheres trabalhadoras nas greves. A *Gazeta de Notícias*, publicada em 20 de junho de 1919[48], noticiou uma *greve do pessoal feminino da Lavanderia Modelo* e chamou atenção para a situação miserável daquela categoria. Assim, fica explícito que as mulheres trabalhadoras estavam atuando de maneira ativa na reivindicação de direitos e melhores condições de labuta junto aos trabalhadores, sendo parte significativa nas ações organizadas por parte da classe trabalhadora.

Considerando esse cenário, de acordo com Rago (2017), também não era incomum que as mulheres ficassem com as tarefas menos especializadas e mal remuneradas nas fábricas, enquanto os cargos de direção e criação estavam circunscritos aos homens. Além disso, em virtude da ausência de uma legislação que protegesse o trabalho feminino nas primeiras décadas do século XX, as reclamações dessas trabalhadoras também giravam em torno da falta de higiene das fábricas, o excesso de controle, o assédio sexual e a extenuante jornada de trabalho que, por vezes, girava em torno de 10 e 12 horas diárias e sob a supervisão de seus patrões.

Na coluna publicada no *Brazil Operario*, no ano 1903, o debate sobre as *oito horas de trabalho*[49] anunciava a preocupação daquela publicação com tal pauta. De acordo com a perspectiva defendida pelo jornal, embora a questão da jornada de trabalho da classe trabalhadora fosse extraordinariamente discutida, não ficava explícito se as oito horas de trabalho incluía o horário de almoço, se o intervalo teria duração de 1 hora ou de 45 minutos assim como não estava fixado o momento que o intervalo aconteceria, embora para o contento da publicação, os trabalhadores deveriam começar a trabalhar às 8 horas da manhã, realizar um intervalo para o almoço entre 9 horas e 45 minutos e concluí-lo às 10 hora e 30 minutos e a saída geral deveria acontecer às 16 horas.

Essa pauta acerca das horas de trabalho era recorrente entre a classe trabalhadora e estava entre as principais reivindicações e motivações para as ações operárias e debates propostos ao longo das páginas da imprensa. Desse modo, esse mote de reivindicações não estava circunscrito a categorias específicas, porém, as mulheres eram repetidamente assoladas, não só por essa problemática, como por questões relativas à diferenciação salarial.

No caso da jornada e das condições de trabalho, localizamos o debate presente no jornal *A Noite*, em uma coluna[50] que trazia informações acerca de um projeto de lei criado pelo *Dr. João Pernetta*[51], que deixava explícito que a *condição actual das mulheres entregues ao esforço*

---

[48] *Gazeta de Notícias*, 20/06/1919, anno: ilegível, nº.: 168, p. 1.
[49] *Brazil Operario*, 16/06/1903, anno: I, nº.: 4, p.: 2.
[50] *A Noite*, 05/08/1919, anno: IX, nº.: 2.746, p. 1.
[51] João Davi Pernetta nasceu em Curitiba, mas aos 15 anos iniciou seus estudos no Ginásio Nacional, na capital do Império e, posteriormente, na Escola Politécnica. Defensor da República, desde os tempos de estudante de

das fabricas, fóra do lar, não póde[ria] *perdurar*. Alguns parágrafos elaborados pelo deputado paranaense compreendiam a melhoraria nas condições de vida das trabalhadoras, primeiramente, a partir da proibição do trabalho para menores de 18 anos e, em seguida, exigindo que as mulheres só exercessem ofícios no período *diurno, ao ar livre e adequado ao sexo*. Já a *Revista Contemporânea* pontuava que as fábricas não possuíam higiene, tampouco segurança *para a integridade physica do operario* e que as mulheres perdiam sua missão em seus lares.[52]

Ainda nesse tocante, de maus tratos e desigualdades, as trabalhadoras da *Fabrica de Tecido Mattoso* apresentavam, de acordo com as páginas do *Brazil Operario, justas reclamações acerca* da *diminuição de salários*[53]. A coluna tratava de uma carta veiculada, primeiramente, no *Correio da Manhã*, que trazia as palavras de insatisfação das funcionárias da fábrica com Manoel Passos Sardinha e Luiz Sá, respectivamente, mestre geral e subgerente da fábrica que, ao assumir o controle da mesma, em virtude da viagem de Joaquim Dutra da Fonseca, o proprietário do empreendimento, haviam modificado o modo de pagamento da tecelagem e também se queixava de Luiz Sá, outro funcionário que, segundo as denunciantes, usava de *requintes de crueldade* ao fechar a água antes mesmo de o serviço acabar.

Esses debates, que permeavam as páginas dos impressos com certa recorrência, especialmente no decorrer dos anos iniciais do século XX, não ficaram circunscritos apenas aos jornais, na verdade, a veiculação dessas notícias demonstra que essas questões vinham permeando os debates da classe trabalhadora que, naquela conjuntura, vinha se organizando e consolidando a sua agência em prol de mudanças, fato que culminou em alguns marcos, não somente no campo dos direitos, como também em torno da noção de cultura de classe, dentre eles, os Congresso Operários.

O primeiro deles aconteceu no ano de 1906, mais precisamente entre os dias 15 e 20 de abril, tendo se apresentado como uma das primeiras ações coordenadas entre os trabalhadores de diferentes partes do país, muito em virtude de, naquele momento, haver uma "conjuntura econômica propícia à obtenção de ganhos, com uma fase de expansão da economia iniciada em 1903; por outro, a proliferação de organizações operárias voltadas para a resistência, isto é, para a luta sindical" (Batalha, 2000, p.: 39). Assim, as reivindicações em torno de melhores condições para trabalhadores e trabalhadores acabaram ganhando contornos mais unificados,

---

engenharia, foi eleito deputado federal em 1920, tendo apresentado projetos sobre a Organização do Trabalho e a Lei do Ensino Primário.

[52] *Revista Contemporânea*, 14/11/1918, anno: I, nº.: 2, p. 13.

[53] *Brazil Operario*, 2ª quinzena de julho de 1903, anno: I, nº.: 6, p.: 2.

mesmo com a classe trabalhadora estando organizada de maneira heterogênea e sendo composta por indivíduos pertencentes a diferentes correntes políticas e ideológicas.

Dentre as temáticas ponderadas pelos 43 delegados que estavam representando 28 sindicatos, estavam a neutralidade sindical, a problemática que envolvia o Primeiro de Maio, que na concepção de muitos deveria deixar os ares de festa e se tornar um dia de protesto, os meios de ação deveriam ser as greves, fossem parciais ou gerais e que essas e outras ações se dariam com o intuito de garantir a redução das horas trabalhadas, e uma propaganda ativa por uma jornada de 8 horas diárias, sem chance de diminuição de salário por parte das associações, além de bibliotecas, estabelecimentos de ensino, dentre outros pontos. Porém, embora a redução da jornada de trabalho e a questão salarial tenham sido pautadas no Congresso, a disparidade entre os salários recebidos por homens e mulheres ainda era bastante significativa e os trabalhadores continuavam tendo uma rotina de trabalho maior do que aquela pleiteada por eles.

Conforme evidencia a coluna *O protecccionismo levado de vencida*, veiculada pelo *Correio da Manhã*, que tratava da cena industrial do Distrito Federal[54], alguns anos após a realização do Congresso, existiam cerca de 753 fábricas onde trabalhavam 14.501 homens – sendo 9.580 brasileiros e 4.921 estrangeiros; 4.638 mulheres – 3.727 *nacionaes* e 641 estrangeiras – e 2.668 menores e todos eles trabalhavam o mesmo número de horas por dia, algo em torno de nove horas e meia e recebiam uma remuneração consideravelmente desigual. De acordo com as informações apresentadas, a média salarial dos trabalhadores das tecelagens de algodão, malha e lã era de 5$300; já as trabalhadoras recebiam cerca de 3$500; e os pequenos, o montante de 1$700.

Nesse contexto, o número de greves, entre os anos de 1906 e 1907, pulularam em setores estratégicos da economia republicana, como foi o caso do setor portuário e ferroviário, e demonstraram que os ânimos não se acalmaram, embora, em 1908, os movimentos grevistas tenham sofrido com a repressão, não somente a partir da força policial, como por meio da ampliação de uma legislação autoritária, conforme foi o caso do Decreto nº 1.641/1907, conhecido como Lei Afonso Gordo, que propunha, dentre outras medidas, a expulsão de estrangeiros que estivessem envolvidos em greves (Batalha, 2000); o movimento de mobilização não se desarticulou.

Sendo assim, o clima de embate e disputa perdurou ao longo de toda a década de 1910 e as pautas reivindicadas naquele primeiro Congresso se mantiveram em evidência e, em virtude disso, aconteceu, no ano de 1913, o 2º Congresso Operário. Naquela conjuntura, questões como

[54] *Correio da Manhã*, 02/03/1909, anno: VIII, nº.: 2.786, p.:1.

as horas de duração da jornada de trabalho e os festejos operários – que se apresentavam como pautas a serem resolvidas – não havia se tornado consenso, conforme fica nítido a partir da *carta de uma operaria*[55]*m* em resposta a uma outra carta veiculada nas páginas do jornal *A Epoca*.

Nas perspectivas propostas por Elvira Fernandes, operária que havia discursado em uma solenidade realizada na sede da Liga do Operariado do Distrito Federal[56], justamente em uma celebração do 1º de Maio daquele ano (Batalha, 2009), realizar festejos naquela data não seria o melhor caminho para os trabalhadores alcançarem as transformações necessárias para a classe trabalhadora, para ela, era necessário que tomassem partido nas lutas econômicas.

Esse embate, entre Elvira e uma outra trabalhadora, demonstra que as mulheres estavam não só labutando, como também utilizando as páginas da imprensa para se posicionarem sobre aquilo que as desagradava e para expor suas opiniões, mesmo quando questões como a proibição do trabalho feminino estiveram em voga poucos anos antes, isso não as afastava do universo laboral, tampouco da arena pública dos debates. Além desses aspectos, as ponderações realizadas pela operária evidenciam que as questões propostas no decorrer do Primeiro Congresso Operário ainda não haviam sido sanadas e se perpetuariam nas páginas do Segundo.

Desse modo, alguns aspectos se mantiveram entre as diretrizes tanto do Primeiro quanto do Segundo Congresso Operário. Exemplo disso foram os festejos do 1º de Maio e a reivindicação dos meios de ação para defesa e o pleito por direitos – como salário-mínimo e limitação da jornada de trabalho – que se mantiveram sendo as greves. Porém, outras pautas foram incorporadas, como a reivindicação do uso da imprensa como meio eficaz para a educação da classe trabalhadora.

Assim, o que se observa é que as conquistas trabalhistas não se deram de maneira simples e que as pautas não se diluíram da forma e de acordo com a urgência demandada pela classe trabalhadora, já que algumas perduraram ao longo das décadas posteriores[57]. Porém, os jornais, ao fim da década de 1910, já vinham demonstrando que as pautas reivindicadas por e para mulheres não estavam circunscritas apenas ao campo dos salários, da diminuição da carga horária e até mesmo de qualquer tipo de permissão para a inserção feminina nos *mundos do trabalho*; as questões passaram a girar em torno da gravidez e da licença maternidade das/para trabalhadoras e, principalmente, do voto feminino.

---

[55] *A Epoca*, 02/06/1913, anno: II, nº.: 307, p.6.

[56] A Liga do Operariado do Distrito Federal foi fundada em 25 de maio de 1911 com caráter político e, posteriormente, após reformar seus estatutos, tornou-se uma associação de caráter mutualista.

[57] No que se refere às horas de trabalho, o cenário foi alterado apenas no ano de 1932, com a implementação de uma ampla reforma trabalhista da Era Vargas.

No que diz respeito à gravidez e à licença maternidade, havia propostas para a *suspensão do trabalho das mulheres quando em adiantado estado de gravidez*[58] além de licença de *dois meses antes e depois do parto*[59]; já o voto feminino, vitória alcançada apenas no ano de 1932, estivera em debate a partir da experiência das mulheres francesas, que progrediam entre partidos socialistas, radicais e moderados, *em favor da extensão do voto á mais bela metade do gênero humano*[60].

Desse modo, a partir de todas as pautas elucubradas e as temáticas abordadas até o presente momento, as mulheres estavam atuando em muitas frentes, vislumbrando garantir e conquistar direitos. Mas. além disso, também estavam sendo representadas a partir de lentes distintas e múltiplas, por isso, nas páginas a seguir, lançaremos mão de análises para compreendermos por onde elas andavam enquanto a história estava sendo escrita.

---

[58] *A Razão*, 06/08/1917, anno: II, nº.: 229, p.: 3.
[59] *O Imparcial: Diario Illustrado do Rio de Janeiro*, 03/08/1918, anno: VII, nº.: 1.034, p.: 12.
[60] *Revista da Semana*, sem data, anno: 1917, p.: 24

- CAPÍTULO 2 -

Quando se escreve a história, por onde elas andam? A representação das mulheres trabalhadoras nas páginas da imprensa do Rio de Janeiro

> *Não queremos sustentar que a mulher seja anthoropologicamente inferior ao homem, nem que por direito natural, deva ser "subordinada" a elle na sociedade e na família; acreditamos, porém, que as instituições do direito civil, que estabelecem umas tantas restricções á capacidade da mulher na sociedade conjugal, são indispensaveis á própria essência da família, ao principio de sua unidade, e, por isto mesmo, não se coadunam com a frequencia do suffragio egual aos dous sexos e nem com outras faculdades que o "sufragismo" tem procurado reivindicar em varios paizes da Europa da America.*[61]

Essas foram as palavras publicadas pelo jornal *A Rua*, em uma coluna que tratava da condenação do direito ao voto para as mulheres – projeto de lei proposto por Maurício de Lacerda, deputado pelo Partido Republicano Fluminense, militante que atuava em defesa dos direitos trabalhistas, dos direitos civis da mulher e em favor do direito à greve – por parte de Afrânio de Mello Franco[62]. Acerca da representação das mulheres, a notícia aponta para alguns detalhes que costumavam ser veiculados ao longo das páginas da imprensa.

Porém, antes de refletir sobre isso, precisamos pensar o que levaria um homem a advogar em prol de uma pauta tão cara para parte das mulheres e, principalmente, para o movimento feminista, que movimentava as ruas da cidade do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX. De acordo com Karawejczyk (2015), havia duas possibilidades para a defesa dessa temática por parte do parlamentar: a primeira estava relacionada ao fato de o deputado acreditar no papel formativo apreendido pelas mães de família e pelo fato *delas*, de alguma maneira, poderem agregar valores moralizantes ao mundo público e aos cuidados com a infância; já a segunda estaria relacionada à proximidade de Lacerda com o Partido Republicano Feminino (PRF)[63], fundado pela professora Leolinda Figueiredo Daltro[64], ainda no ano de 1910.

---

[61] *A Rua*, 21/07/1917, anno: IV, n. 197, p. 2.

[62] Advogado e diplomata mineiro, iniciou sua carreira política no ano de 1902, quando foi eleito deputado estadual pelo Partido Republicano Mineiro (PRN); em 1906, chegou à Câmara Federal, onde permaneceu até o ano de 1918, quando foi nomeado Secretário de Finanças do estado de Minas Gerais. Ainda naquele ano, ocupou o Ministério da Viação no governo de Delfim Moreira, deixando o cargo em 1919, a partir da posse de Epitácio Pessoa.

[63] O Partido Republicano Feminino se tratava de uma associação feminina surgida no Rio de Janeiro, no ano de 1910, que se propunha a lutar pela emancipação feminina em diferentes âmbitos, inclusive, no anseio pela cidadania política.

[64] Leolinda de Figueiredo Daltro, nasceu em Najé, na cidade de Cachoeira, localizada na província da Bahia. A professora, que era uma mulher mestiça, filha de uma indígena e de um capitão que serviu à pátria na Guerra do Paraguai, estabeleceu relações com figuras de grande reconhecimento no início da República, dentre elas Quintino

Considerando as análises da autora, Maurício de Lacerda estaria advogando em prol das mulheres a partir de ideais que consideravam seus "dotes naturais" como algo positivo para a cena parlamentar que, naquele momento, vinha sendo dominada por homens, mesmo quando as mulheres já estavam ocupando – e disputando – os espaços públicos de maneira ampla, fosse na cena dos *mundos do trabalho*, fosse nas páginas da imprensa e na política.

Nesse contexto, a coluna apresentada acima, intitulada *O voto á mulher na commissão de Justiça – O Sr. Afranio de Mello Franco vibra-lhe o golpe*, afirmava que não era mais necessário acreditar que, para a mulher receber uma boa educação, ela deveria receber uma *instrucção puramente infantil, deixando-a completamente estranha tanto o pensamento quanto á carreira de seu marido*, portanto, esperava-se que as mulheres fossem elevadas no *seio da família*, mas sem desconsiderar os conhecimentos externos ao lar.

Assim, considerando os apontamentos elencados ao longo do discurso do deputado, advogado e diplomata Afrânio de Mello Franco, contrário ao voto feminino, podemos dizer que, para ele, e possivelmente para seus apoiadores, os debates em torno da formação intelectual das mulheres se davam a partir de qualidades morais e de uma educação voltada para o seu papel de mãe e esposa. E esse fato nos possibilita refletir sobre as representações veiculadas pela imprensa e como essas compunham uma espécie de mosaico do *ser mulher* para diferentes grupos políticos e sociais nas diversas publicações com as quais nos defrontamos ao longo da pesquisa.

Nesse cenário, de disputa em torno das representações do papel das mulheres na formação intelectual da população e as notícias veiculadas pela imprensa pretendiam não só formar opiniões, mas também consolidar as concepções do *ser mulher* naquele momento, principalmente, a partir de uma perspectiva masculina, assim, compreendemos que, embora as representações de um mundo social aspirem a uma universalidade balizada em noções racionais, elas sempre serão determinadas por meio dos interesses dos grupos que as forjam.

Por tudo isso, o interesse deste capítulo é compreender que alguns dos debates elaborados em torno das e pelas mulheres se deram a partir do ir e vir da história que, por vezes, nos possibilita analisar nossa própria trajetória enquanto sujeitos no mundo, a partir de acontecimentos que podem se repetir, quase sempre com roupas e atmosferas diferentes, com debates e estruturas menos ou mais opressoras, porém, aquilo que gira em torno do protagonismo das mulheres, especialmente, as trabalhadoras, se dá de maneira ainda mais

---

Bocaiúva, o marechal Hermes da Fonseca e sua companheira, Orsina da Fonseca. Sua carreira docente teria começado ainda no ano de 1873 e, no ano de 1883, teria saído de Salvador para lecionar nos sertões da baianos e, já em 1911, fundou sua própria escola feminina no Rio de Janeiro (Rocha, 2016).

complexa. Pensando no percurso realizado por nós para chegar até aqui, com sorte, revés e luta, passamos a ocupar diferentes postos de trabalho, tivemos alguns direitos garantidos, porém, isso não significou que as desigualdades de gênero tenham desaparecido, tampouco diminuído, ao longo do último século.

É inegável que os debates propostos por nós, para que tenhamos condições de (re)existência, avançaram menos do que gostaríamos? Sim, eles avançaram bem menos do que gostaríamos. Porém, é importante percorrer algumas das nossas conquistas – ainda que desiguais – para pensarmos as mulheres que compõem nosso estudo, por isso, antes de ir ao encontro delas, faremos um conciso preâmbulo de dois acontecimentos que corroboram nossa afirmação, reconhecendo *a pluralidade do tempo social*, conforme sugere François Hartog (2013).

Compreendendo a necessidade de pensarmos a história não como um movimento centrado naquilo que aconteceu, mas naquilo que embrenha o ontem, o hoje e o amanhã, a partir de um vai-e-vem distante de qualquer análise anacrônica, porque sim, sabemos que olhar para o passado a partir da perspectiva do presente nos coloca em perigo, pois, sujeitos são sujeitos de seu tempo, mas desnovelar a passagem dos anos nos coloca de frente para os avanços e os retrocessos vividos – ou não – por nós. Para a pesquisadora que escreve essas linhas, *fazer história* é escolher um lado, é assumir um compromisso público com a Ciência e o papel crucial que esta desempenha nas teias da humanidade, portanto, não me furtarei de análises permeadas de experiências do *meu tempo*, o tempo de uma mulher trabalhadora, uma operária do pensamento, conforme propôs Silva (2018).

Sendo assim, sigamos. Sigamos por um breve momento, em direção às veias da América Latina do século XXI. Sigamos para Argentina e para o Brasil, onde foi possível observar importantes – ainda que tardios – avanços de duas – das variadas – pautas encampadas pelas mulheres e o movimento feminista: o reconhecimento do cuidado materno como trabalho e a equiparação salarial entre homens e mulheres.

No caso argentino, no ano de 2021, o ofício da maternidade passou a ser computado como tempo de serviço para as mulheres, numa tentativa de viabilizar a aposentadoria daquelas que, em virtude dos anos dedicados aos cuidados com os filhos, não puderam contribuir com a previdência por todo período exigido por lei, que no caso das *hermanas*, totaliza 30 anos. Assim, o que para alguns é tido como sacerdócio e, para outros, como algo inerente à natureza feminina, passou a ser compreendido como aquilo que de fato é: trabalho.

E para sustentar tal afirmação, recorremos aos escritos de Federici (2017), que salienta que alguns setores da classe trabalhadora foram eleitos como agentes revolucionários, enquanto

outros foram ocupando papéis secundários nas lutas de classe, como é o caso das mulheres responsáveis pelo trabalho doméstico, que não recebem salário. Nessa perspectiva, elas estariam atrasadas se comparadas à "verdadeira classe trabalhadora", aquela que traz o sustento para casa, só podendo alcançá-la a partir de uma participação maior no mundo do trabalho, de preferência, no universo fabril.

Assim, as mulheres que praticam as tarefas domésticas – preparando marmitas, costurando uniformes, servindo à mão de obra assalariada com seus corpos, cuidando das crianças e mantendo o lar de pé, mesmo trabalhando de maneira "oculta" – como aquelas que ocupam as trincheiras do lar e ainda desenvolvem trabalhos variados, em mesas de escritórios, realizando trabalhos domésticos na casa de outras mulheres, enfim, em qualquer outro espaço, cumprindo mais de uma jornada por dia, ainda precisam lidar com as desigualdades salariais entre homens e mulheres.

Sobre tal problemática, Glaucia Fraccaro (2018) aponta que a questão da desigualdade salarial é algo anterior aos (des)governos do século XXI. Segundo a autora, ainda na década de 1920, a diferença salarial, se é que podemos chamar apenas assim, entre as trabalhadoras e os trabalhadores da indústria têxtil chegava a 43% – elas recebiam cerca de 3$738 e eles 5$329 – já no setor das confecções, o número era ainda mais alarmante, pois os salários apresentavam uma diferença de 84% entre eles, totalizando o montante de 6$712 para os homens e 3$652 para elas.

Para pensar sobre esses valores e o quanto eles representariam no que diz respeito ao poder de compra desses trabalhadores, vamos avaliar esses montantes a partir do valor de alguns dos impressos analisados ao longo da presente pesquisa. Os valores avulsos de folhas como o *Correio da Manhã*, *Jornal do Brazil*, *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Notícias* e *O Paiz*, entre os anos de 1900 e 1908, eram os mesmos, 100$; já as assinaturas mensais, semestrais e/ou anuais giravam em torno de 16$000 e 60$000 (Barbosa, 2010). Assim, se fizermos um cálculo rápido, dividindo os salários pelo valor desses impressos, as funcionárias da indústria têxtil poderiam garantir pouco mais de 30 números desses jornais, já os homens garantiriam pouco mais de 50 números; as mulheres que trabalhavam nas confecções também poderiam garantir pouco mais de 30 exemplares enquanto os homens garantiriam praticamente 70 edições dessas folhas.

Compreendendo a importância da imprensa para a formação intelectual e a disseminação de notícias e ideais entre a classe trabalhadora, coaduno com aquilo que Biroli (2018) salienta ao afirmar que a cidadania das mulheres acaba sendo comprometida em virtude da divisão sexual do trabalho, pois, da maneira como ela se desenvolve, contribui para criar

impedimentos à participação política autônoma e na esfera doméstica e íntima das trabalhadoras. Desse modo, a partir do número de jornais que cada um desses trabalhadores pudesse adquirir, é possível afirmar que, se esses profissionais dependessem de seus salários para realizar a compra de jornais a fim de se manterem informados ou em diálogo com os debates que estavam acontecendo em torno da própria classe, as mulheres estariam em desvantagem, pois, não poderiam garantir a aquisição dos impressos ao longo do mesmo período que os homens o fariam.

Assim, podemos dizer que, embora a Lei 14.611/2023, que promulgou na Constituição brasileira, dentre outros pontos[65], a equiparação salarial de gênero – onde homens e mulheres, realizando trabalho de igual valor ou exercendo uma mesma função, deverão receber a mesma remuneração – tenha significado um importante avanço para as mulheres, ela se deu de maneira tardia, mesmo esta questão parecendo ser muito mais do que óbvia e fundamental, já que se um indivíduo exerce uma mesma função, ele não deveria receber menos ou mais do que outro, pelo simples fato de um ser homem e o outro ser mulher.

Nesse sentindo, podemos perceber que, ao longo do tempo, temos testemunhado, através de lutas, algumas mudanças significativas naquilo que envolve as demandas históricas das mulheres, em especial, aquelas que labutam, seja em torno da maternidade ou em espaços que não sejam seu próprio lar. Isso nos faz pensar sobre o processo histórico que nos fez chegar até as conquistas citadas acima e sobre as curvas sinuosas que nos trouxeram até aqui.

A engrenagem do tempo, que por vezes insiste em deixar as mulheres em lugar de espera, na espera pelo casamento, aguardando vidas que decidem por nós, por uma construção equivocada da ideia de que somos assim, frágeis, temperamentais e precisamos nos dobrar para caber, também possibilita que nós, pelas *margens*, consigamos mudar o cenário que parece impossível de ser transformado.

Dessa maneira, para perquirir tal estrada, é preciso – e possível – lançar mão de diferentes metodologias de análise e fontes diversas, que viabilizem a investigação das lutas, das demandas e das ideias propagadas pelas mulheres trabalhadoras – ou sobre elas – ao longo do tempo. E, no caso da presente pesquisa, continuaremos fazendo uso da imprensa carioca com o intuito de analisar a história como um chão de enraizamento, como uma referência para

[65] Além das questões referentes à equiparação salarial, a Lei também salienta que, em caso de discriminação por questões de cor, etnia, origem, sexo e idade, ainda que o salário entre homens e mulheres estejam equiparados, não afasta seu direito de ação de indenização por danos morais, além de elencar ações que garantam a igualdade nas remunerações, dentre outros aspectos que viabilizem o cumprimento da legislação.

refletirmos sobre a realidade social daquele período, construindo o passado a partir de significações coletivas e plurais (Maciel, 2006).

Proponho uma análise de fatos que, mais uma vez, as páginas da história nos evidenciam, reafirmando que as mulheres ocupavam – e permanecem ocupando – *os mundos do trabalho*, desempenhando diferentes ofícios para garantir sua sobrevivência, a partir de seu trabalho produtivo ou reprodutivo, ou seja, fosse nas fábricas ou em seus lares.

Nessa perspectiva, dialogo com as reflexões propostas por Schueler e Pinto (2012), quando as autoras lançam mão das contribuições de Natalie Zemon Davis para a História da Educação e nos fazem questionar se construir uma pesquisa histórica é pensar somente sobre as fontes ou se também requer pensar aquilo que é possível reconstruir a partir delas. Sendo a imprensa o nosso *corpus* documental, pretendemos analisar nas páginas a seguir, entre mudanças, avanços e retrocessos, aquilo que foi sendo posto em evidência por trabalhadoras ou sobre aquelas que estiveram aqui antes de nós.

Para tanto, nosso percurso será conduzido pelas representações elaboradas ao longo de colunas de jornais que compunham diferentes posições políticas e ideológicas, mas que apresentam um pouco dos ideais sobre o ser mulher, sobre a presença – e a ausência – delas em diferentes espaços, seus debates e algumas apreciações sobre o que se esperava para as trabalhadoras que compunham o papel de boa esposa, boa mãe, uma espécie de esteio para a sociedade republicana que pretendia romper com as correntes do passado; sobre aquelas que apresentavam ideais que talvez pretendessem romper com aquelas que ocupavam o panteão de dona do lar.

2.1 *A funcção da mulher, mais moral do que político social*: aquilo que se pensa e o que se escreve sobre as mulheres *honestas e trabalhadoras*

Sendo as mulheres representadas como a "origem do mal e da infelicidade, potência noturna, força das sombras, rainha da noite, oposta do homem diurno da ordem" (Perrot, 2017) ou como aquelas que carregam em si a mescla do trabalho doméstico e da feminilidade como marca "genética" (Federici, 2021), de que maneira aquelas que ocupam os espaços externos ao lar para sobreviver e sustentar os seus estão sendo apresentadas para nós, pesquisadoras e pesquisadores interessados em investigar a História das Mulheres e a participação delas nas páginas do *mundo do trabalho*? Mais do que isso, como as mulheres estão sendo representadas pelos homens e por elas mesmas nas páginas da imprensa?

Conforme destacamos no capítulo anterior, as mulheres eram – e são – parte das massas que constituem e compõem a história da classe trabalhadora. São personagens importantes para os debates em torno de diferentes temas, atuando de maneira direta e indireta em greves, cenário político e formação intelectual de trabalhadores, nos mais diferentes ofícios; mas, ainda assim, mesmo sob tais argumentos, é importante lançar mão de outra indagação, mais profunda: onde estão as mulheres falando sobre suas demandas e suas reivindicações no período que antecedeu as grandes greves ao redor do mundo no ano de 1917?

Porque, assim como se deu em outras partes do mundo, no Brasil, os debates em torno do dito movimento operário, conforme observamos anteriormente, se deram antes das Greves de 1917[66], ou seja, embora elas tenham representado um marco importante para a classe trabalhadora em escala mundial, não foram os primeiros movimentos de mobilização reivindicando direitos por parte dos trabalhadores. Em meados do século XIX, trabalhadores já vinham forjando a noção de classe, inclusive, com a deflagração de greves, como aconteceu em 1858, com o movimento de paralisação dos tipógrafos e com a presença de sociedades mutualistas na cidade do Rio de Janeiro, conforme destaca Berdu (2018).

Esse movimento de reivindicações, anterior ao marco de 1917, nos possibilita refletir que até esse período, embora as mulheres estivessem trabalhando – enquanto escravizadas e/ou livres e como mão de obra predominante em diversas fábricas, chegando a cumprir jornadas de trabalho que giravam em torno de 10 ou 12 horas diárias, contando os sábados (Del Roio, 2017), estando grávidas, acumulando afazeres domésticos e familiares – tendo seus corpos forçados "a funcionar como um meio de reprodução e acumulação de trabalho [...] pode[ndo] ser tanto uma fonte de identidade quanto uma prisão" (Federici, 2017, p. 34), ainda sim, elas não assumiam o protagonismo da cena da luta da classe trabalhadora.

Nessa conjuntura, lançarei mais uma indagação: é possível refletir como aquelas que labutavam se faziam presentes nas páginas da imprensa, assinando – ou não – suas demandas, suas lutas, fosse por condições de trabalho menos insalubres, reivindicando direitos em torno da instrução ou se apresentando a partir de adjetivos que contemplassem o *ser e o existir mulher* ao longo da última década do século XIX e as décadas iniciais do século XX?

Bom exemplo para continuarmos esmiuçando esse questionamento pode ser a reportagem, à qual fazemos alusão no título do presente capítulo, a *Campanha em prol dos soldados da democracia* – [que] *Pela primeira vez na história, o lar acompanha*[ria] *o soldado*

[66] O movimento das greves em território brasileiro daquele ano compunha o quadro de insurreição popular, que inauguraria uma série de revoluções socialistas ocasionada pela Revolução Russa.

em toda a sua jornada[67,] que trata da presença de mulheres entre as tropas enviadas à guerra. Retratadas, por seus irmãos, filhos, maridos e noivos, como puras, simpáticas e corajosas até o último suspiro, essas mulheres carregavam atributos fundamentais não só para serem respeitadas como para serem caracterizadas como métrica para aquelas que desejassem ocupar esse mesmo lugar social.

Nesse âmbito, Silva (2018) destaca que adjetivações como essas, citadas pela coluna, compunham uma seleção de características pautadas nos padrões de moralidade que, naquele momento, apresentavam suma importância para as mulheres. Ainda que hoje pudessem ser considerados como valores conservadores, esses, de alguma forma, poderiam angariar legitimidade para aquelas que advogassem, ou não, em prol de uma causa, como aconteceu em uma coluna publicada pel*O Paiz*[68], na edição de 25 de julho de 1890, acerca das *Costuras no Arsenal*.

Naquela publicação, o jornal, "solidário" às angústias das costureiras responsáveis pelos uniformes militares, reivindicava a piedade do então ministro de guerra, o general Marechal Floriano[69], pois as trabalhadoras estavam correndo risco de perder seus trabalhos, já que as costuras realizadas por elas seriam repassadas aos fornecedores do exército. Além de relatar o risco da perda de emprego dessas mulheres, ao longo da coluna, o texto também se preocupava em descrever essas senhoras como pessoas honestas e responsáveis por famílias – que nem sempre eram pequenas – apresentando-as com detalhes, chegando a ressaltar que uma delas, era uma mulher de *cabellos brancos, ar honesto e sympathico* e mãe de 5 filhas.

A partir dessas descrições, podemos perceber que ser "simpática" e "honesta" significava ser respeitada e ter sua moral posta como mérito; além disso, significava não perder seus empregos ou se manter distantes das mulheres de moralidade duvidosa, como aconteceu com as trabalhadoras do comércio de flores, que vendiam suas mercadorias à noite, nas proximidades dos teatros que, ao irem buscar seu sustento, acabavam sendo expostas aos

---

[67] *Puritano*, 13/03/1919, anno: XX, nº. 994, p. 3.
[68] *O Paiz*, 25/07/1890, anno: VI, n. 3013, p. 1.
[69] Floriano Vieira Peixoto, nascido em Maceió, na cidade de Ipióca, em 30 de abril de 1839, antes de alcançar a alcunha de Ministro de Guerra, iniciou sua carreira militar como soldado voluntário no 1º Batalhão de Artilharia a Pé, no ano de 1857. Já em 1858, ingressar na Escola Central do Exército – que ainda naquele ano, passaria a se chamar Escola Militar do Rio de Janeiro; atuou no 1º Batalhão do Voluntários da Pátria na Guerra da Tríplice Aliança, em 1865, tendo sido promovido a capitão no ano de 1866. Desse momento em diante, passou por inúmeras promoções, atuando na direção do Arsenal da Guerra em Pernambuco e chegando a ajudante-general do Exército, em 1889. No ano posterior ao golpe republicano, em 1890, foi promovido a tenente-general, posteriormente, se tornou ministro de guerra e, por fim, no ano de 1891, após a renúncia de Deodoro da Fonseca, foi empossado como presidente da República.

perigos oferecidos pelas mulheres de "vida fácil", que representavam figuras de pouca dignidade, conforme sugerido pela *Gazeta da Tarde*[70] publicada em 04 de janeiro de 1895.

Naquele contexto, esse universo de moralidade, delicadeza e honestidade proposto para as mulheres estabelecia diálogo entre aquilo que estava em disputa para além do existir feminino e masculino, ele estava vinculado aos ideais de uma das principais correntes políticas da República: o Positivismo[71]. Desse modo, a uma urgência pelo ordenamento e pela civilidade extrapolava os limites da arquitetura, da habitação e da urbanização da cidade, ele também estava incutido na noção de feminilidade defendida para parte dos republicanos.

De acordo com Lima Caleiro (2020) o Positivismo proposto por Augusto Comte, e reproduzido na formação da sociedade republicana recém-instalada, abarcava um caráter conservador e considerava as mulheres como responsáveis pela manutenção moral da família e pela formação intelectual das crianças. Na perspectiva defendida pelos positivistas, as mulheres possuíam uma natureza altruísta, balizada na bondade delas para com os seus iguais, na abnegação de qualquer tipo de desejo sexual e na amorosidade com aqueles que dependessem de sua bondade, por isso, elas se apresentariam, naturalmente, como educadoras e poderiam exercer não somente o magistério, mas também formar uma *nova nação* no interior de seus lares.

Porém, o que se observa a partir da notícia veiculada pelo impresso, que expressava uma espécie de queixa e preocupação, é que embora as questões dos "bons costumes", da maternidade e da sexualidade estivessem relacionadas ao controle e significassem outro lugar de dominação (Fraccaro, 2018), as mulheres pobres ocupavam os espaços públicos e as ruas, fosse como vendedoras de flores, prostitutas, professoras, costureiras, lavadeiras, bordadeiras, quituteiras, operárias de fábricas, dentre outros ofícios, não eram todas as mulheres que viviam aprisionadas à esfera privada. Elas, ao contrário, utilizavam esses espaços de trabalho como lugar de representações e concepções diferentes sobre as relações de gênero, pluralidade de identidades e vivências, aspectos que colocam em xeque a existência de uma suposta natureza feminina e existência de um sujeito universal (Gondra; Schueler, 2008).

Dessa maneira, levando em conta as "classificações" sugeridas às mulheres, o que se observa no caso das costureiras e das vendedoras de flores é que as primeiras eram respeitadas por trabalharem para levar o sustento ao lar e, por isso, não poderiam conviver com as

---

[70] *Gazeta da Tarde*, 04/01/1895, anno: XVI, n. 4, p. 2.

[71] Se apresentando como uma das doutrinas originadas pelo Iluminismo, o Positivismo, em suas bases mais remotas se encontra vinculado reflexões de Condorcet, mas foi através das proposições de Augusto Comte (1798-1857) que ele se constitui como uma escola filosófica. Ver: (https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/POSITIVISMO.pdf)

responsáveis por disseminar valores pecaminosos. E sobre tal debate, as considerações de Chalhoub (2001) viabilizam reflexões em torno das representações do *ser mulher* que, embora fossem traduzidos a partir de noções positivistas de feminilidade e estivessem vinculadas à docilidade, submissão e o ideal da maternidade, as mulheres trabalhadoras valorizavam seus ofícios, não somente por esses representarem sua sobrevivência, mas pelo fato de representarem certa garantia de independência em relação aos homens.

Desse modo, o que fica evidente é que, mesmo realizando seus ofícios nas ruas, as mulheres trabalhadoras, na concepção de uma parcela da população, não poderiam se manter afastadas desse ideário de honestidade e bons modos; elas deveriam se apresentar como esteio para os homens, para que eles pudessem continuar exercendo sua autoridade. A partir dos exemplos, das costureiras e das vendedoras de flores, é possível esmiuçar o papel da imprensa nessa amplificação das noções de feminilidade entre o maior número de pessoas, não somente por se preocupar com a disseminação da leitura de seus impressos, mas principalmente por se ocupar em veicular um ideal de civilização, no período posterior à Proclamação da República, que aconteceu no ano de 1889.

Esse adendo é importante para refletirmos sobre o fato de essas publicações não se encontrarem apartadas das disputas em torno da formação de uma sociedade que, para alguns, deveria se manter afastada, de uma vez por todas, das "correntes" do Império. Nesse tocante, a importância dos jornais é compreendida não somente como caminho para perquirimos os debates encampados por ou pelas mulheres, mas como um importante dispositivo para pensarmos, pelas folhas utilizadas ao longo do desenvolvimento da pesquisa, o que estava em disputa.

Conforme apresentado ainda nas páginas introdutórias desse capítulo, os debates em torno do voto das mulheres – por exemplo, contavam com a defesa de uns e com a negativa de outros e, portanto, havia apresentações de justificativas para ambos os lados, contrários ou não – se desenvolviam exatamente nas páginas da imprensa. Por isso, antes de retomar a construção do *fio da nossa meada*, abrirei um breve preâmbulo sobre as questões e as escolhas relativas à materialidade dos impressos com os quais nos encontraremos, eu e vocês, leitoras e leitores das páginas desse trabalho.

Esse movimento de ampliação e transformação da imprensa não foi exclusivo do Rio de Janeiro, então Capital Federal, o estado de São Paulo também experimentou um crescimento exponencial de impressos, especialmente ao longo das duas últimas décadas do século XIX (Cruz, 2000), porém, em *terras cariocas*, muito em virtude de sua importância política e social, esse crescimento foi ainda mais significativo, conforme evidencia Marialva Barbosa (2010), ao

apresentar números que reiteram essa afirmativa e ao salientar aquilo que torna a imprensa um espaço de formação intelectual e de propaganda de ideais políticos, econômicos e morais.

A autora (2010) afirma que a República se propunha a colocar em prática um projeto político, cujas bases estavam fixadas nos ideais de progresso e disciplina e eles precisavam ser disseminados e, justamente por isso, a imprensa se configurava como um importante meio de divulgação das falas de grupos dominantes; porém, podemos ousar dizer que não eram só esses grupos que estavam preocupados em disseminar ideias. Os debates eram variados e a ordem das publicações contemplava uma gama de público mais extensa, não só como público leitor, mas como jornalistas, que passaram a enxergar a imprensa como um ofício, como trabalho.

Por isso, utilizar a imprensa como fonte privilegiada para o desenvolvimento desta pesquisa também nos imputa algumas problemáticas, principalmente, quando nossas personagens são as mulheres. Talvez, em virtude disso, as escolhas feitas – para delimitar qual período contemplar e quais jornais utilizar para empreender as análises e a construção da nossa narrativa histórica que, conforme afirma De Certeau (1982), permite que observemos o passado como um espaço de possibilidades a fim de estabelecer lugar para os vivos – tenham se dado de maneira ampla.

As escolhas dos impressos com os quais *costurarei os fios dessa meada* precisaram se dar não em virtude de suas correntes ideológicas, valores monetários ou *linha* editorial e sim sobre aquilo que eles contavam em suas colunas, em suas imagens, enfim, o que "aparecia" em seus parágrafos sobre as mulheres trabalhadoras, contemplando aquilo que se desenrolava em suas páginas sobre as nossas personagens, nem sempre com identidades reveladas, mas presentes nesses espaços, de maneira direta ou indireta, reclamando direitos e construindo opiniões de maneira explicita ou não, ou seja, a partir de textos que poderiam ter sido escritos por elas mesmas ou por homens.

O jornal *O Paiz*[72], por exemplo, conforme destacam Paixão, Silva e Luca (2022), foi um importante espaço para as mulheres. De acordo com os autores, o jornal defendia os ideais abolicionistas e republicanos – a partir da participação de figuras como Joaquim Nabuco e Quintino Bocaiúva, um dos fundadores do Partido Republicano, e sua publicação perdurou

[72] Sobre as gestões e vinculações políticas pelo *O Paiz* que, em virtude de algumas desavenças políticas e ataques anônimos aos diretores dos jornais, em abril de 1890, passou a ser administrado pela sociedade comanditária Antônio Pereira Leitão & Cia e, em novembro daquele mesmo ano, passaria a ser comandado por Franscisco de Paula Mayrink. Vinculados aos ideais republicanos, *O Paiz* se apresentava como braço de disseminação de notícias sobre as disputas de poder protagonizadas por Floriano Peixoto, então presidente da República, e outros personagens como Prudente de Morais, Davi Campista, Campos Sales e se posicionou de maneira contrária a outra folha que também compõe o escopo de impressos utilizados ao longo desta pesquisa, o *Correio da Manhã*.

entre os anos de 1884 e 1934 e, além disso, segundo eles, a presença de escritoras no jornal evidenciava que

> [...]os ventos trazidos pela nova ordem burguesa tendiam, apesar das resistências dos que se apegavam à ordem estabelecida, a embaralhar marcadores sociais, abrir fissuras e espaços de negociação, processo no interior do qual a escrita feminina em periódicos desempenhou papel relevante (Paixão; Silva; Luca, 2022, p. 8)

Mesmo coadunando com essa assertiva, é necessário pensar sobre quem eram as mulheres que poderiam ocupar essas *fissuras*. Seriam as mulheres trabalhadoras, aquelas que estavam reivindicando suas oito horas de trabalho, equiparação salarial e igualdade de direitos ou seriam aquelas vinculadas a essa nova ordem burguesa, letrada e intelectualizada aos moldes da República e de uma possível manutenção da ordem dos privilégios?

Schueler e Rizzini (2018) se dedicaram à escrita de um artigo sobre um plebiscito veiculado justamente nas páginas d*O Paiz*, entre os meses de abril e maio de 1906, intitulado *Como deve ser educada a mulher* e, a partir de seus escritos, podemos ter outras pistas relacionadas a possíveis respostas para esta indagação. De acordo com as autoras, ainda no ano de 1905, quando o impresso aumentou seu número de páginas, a partir da publicação de anúncios, especialmente os oficiais, o jornal passou a incentivar a participação das mulheres em suas colunas.

Dentre essas personagens que estavam presentes n*O Paiz*, é possível encontrar nomes conhecidos da cena da História das Mulheres, como foi o caso de Carmem Dolores, que iniciou sua carreira no jornalismo nesta mesma publicação, e a escritora Júlia Lopes de Almeida[73]. Além de abordar temáticas variadas, suas páginas eram compostas por colunas e cartas escritas por suas colaboradoras, encampavam notícias sobre a emancipação feminina a partir de profissões tradicionalmente relacionadas à figura masculina, sobre a participação política e o direito ao voto, como também costumavam promover enquetes, como foi o caso do plebiscito, vislumbrando ampliar a circulação do impresso e, assim, se manter à frente dos demais jornais (Schueler; Rizzini, 2018).

Nessa conjuntura, embora o plebiscito tivesse como temática a educação para mulheres, a chamada para a participação não era direcionada apenas a elas, mas ao público leitor de maneira ampla, ou seja, para homens e mulheres. E as indagações giravam em torno da seguinte questão: as mulheres deveriam ser educadas para o casamento e ser sustentadas pelos homens ou deviam se tornar hábeis a prover sua própria existência a partir do trabalho?

---

[73] Julia Valentim da Silveira Lopes de Almeida nasceu em 24 de setembro de 1862 na cidade do Rio de Janeiro, era defensora da educação feminina e de pautas como o divórcio e a abolição da escravidão, escreveu em diversos impressos, tanto aqueles de grande circulação como aqueles dedicados e editados por mulheres, além de obras dedicadas à literatura infantil.

Essa questão nos possibilita pensar que aquela pauta estava sendo direcionada às mulheres que não viam o mundo do trabalho como urgência e isso nos remete a outra problemática, sobre as *fissuras* promovidas por páginas como *O Paiz*. Embora os veículos da impressa pudessem ser acessados de maneira ampla, fosse pela leitura individual ou coletiva, quem, de fato, precisava ser afetado pelo discurso da dúvida de qual caminho tomar, o trabalho ou o casamento? Seriam aquelas mulheres que vendiam flores à noite ou as costureiras do arsenal, que já eram ou haviam sido casadas e, inclusive, chefiavam famílias numerosas?

Podemos dizer que nos parece mais plausível crer que, para ambos os grupos, o trabalho já estava posto e isso não era lugar de ambiguidade, tampouco de elocubrações: o mundo do trabalho era uma certeza. Tanto Carmem Dolores – pseudônimo de Emilia Moncorvo Bandeira de Mello – quanto Julia Lopes de Almeida eram literatas, jornalistas, autoras de livros, peças teatrais; logo, estavam imersas no mundo das letras e se dedicavam ao ofício da construção do pensamento e isso as difere daquelas que estavam na linha de frente, mas não as aparta das demais trabalhadoras.

De acordo com Soihet (2003), Júlia Lopes de Almeida acreditava que os filhos e a família deveriam estar em primeiro lugar para as mulheres e o trabalho feminino não deveria prejudicar aquela que seria a principal ocupação feminina, a vida familiar; além de ser favorável ao voto, desde que este não atrapalhasse a vida conjugal das novas eleitoras. A literata, mesmo sendo favorável à educação das mulheres, acreditava que elas deveriam ser encaminhadas a carreiras adequadas à sua natureza, como era o caso do magistério, e não ao cientificismo ou ao intelectualismo.

Assim, observamos aquilo que Maria Ângela D'Incao (2017) destaca ao tratar da mulher e a família burguesa ao longo do século XIX. Segundo a autora, as mulheres que compunham essa esfera social, ganhavam uma nova função, passando a contribuir com um projeto de mobilidade social, como esposas modelares e boas mães, aspectos que foram se ampliando ao longo do século XX, quando as filhas, netas, sobrinhas e esposas desses mesmos homens passariam a ser responsáveis pela formação intelectual da população republicana.

Mas devemos pensar sobre aquelas que, conforme aponta Sojourner Truth[74], não recebiam ajuda para subir em carruagens, saltar sobre poças de lama. Dessa maneira,

[74] Sojourner Truth foi o nome adotado por Isabella Baumfree (1797-1883), uma abolicionista afro-americana e ativista dos direitos da mulher, nascida no cativeiro, em Swartekill, Nova York. Seu discurso intitulado *Não sou eu uma mulher?* foi pronunciado na Convenção dos Direitos da Mulher em Akron, em Ohio, no ano de 1851. (*Sojourner Truth*. **Portal Geledés, 2009**. Disponível em: https://www.geledes.org.br/sojourner-truth/. Acesso em: 29/11/2023.

precisamos pensar sobre o lugar do trabalho na vida dessas mulheres que estavam fora do ideário burguês. Porque mesmo sabendo que figuras como Carmem Dolores e Myrthes de Campos, a *mulher advogado*[75], recebiam elogios, elas guardavam aquilo que, de alguma maneira, as aproximava dos literatos e fazia com que elas se afastassem de Júlia Lopes de Almeida, em virtude de seu feitio enérgico e másculo no mundo das letras – no caso de Carmem – e com o uso do pronome masculino para representar seu ofício – como aconteceu com Myrthes – ainda assim, elas se diferenciavam, de alguma maneira, daquelas que figuravam as páginas da imprensa reivindicando direitos, condições de trabalho mais dignas e, no caso das mulheres negras, ainda conviviam – e convivem – com o racismo "como estrutura objetiva das relações ideológicas e políticas do capitalismo" (Hasenbalg *apud* Gonzalez, 2020, p. 34).

A partir desse cenário, embora as questões envolvendo a cor dessas trabalhadoras não se apresentassem de maneira aberta ao longo das notícias, não podemos perder de perspectiva aquilo que já abordamos no capítulo anterior, a presença da população negra nos *mundos do trabalho* e nos debates em torno de direitos. Por tudo isso, é importante responder àquela indagação, sobre as *fissuras* do jornal *O Paiz*, que tendiam a ceder mais para uma parte da população do que para outra, mesmo quando ambas figuravam tais páginas.

Assim, retomando os aspectos apresentados acerca das reclamações que circundavam as condições de trabalho das mulheres que labutavam, a imprensa, de maneira geral, acabava sendo um dos espaços de exposição daquilo que estava acontecendo no cotidiano das trabalhadoras, desde os valores morais até as condições de trabalho degradantes às quais as mulheres estavam expostas, mas ainda precisamos desnovelar nossos *fios* para poder conhecer um pouco mais das representações construídas acerca das mulheres.

No ano de 1883, período sobre o qual não pretendo me debruçar, mas que trouxe uma importante demonstração do uso da imprensa enquanto fonte privilegiada por esta pesquisa, a publicação *O Auxiliador da Industria Nacional: periodico da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional* apresentou o caso das dobradeiras de jornais, fiandeiras e costureiras, que lançava luz não somente às horas extensas de trabalho, que geravam reclamações, mas também sobre as demandas de saúde que as trabalhadoras vinham enfrentando. Os problemas passavam desde a diminuição da palma das mãos, em virtude da ação de líquidos quentes e outras substâncias, no caso das duas primeiras categorias, até marcas de picadas e peles rugosas[76] no caso das *trabalhadoras à agulha*.

---

[75] Ver SCHUELER; RIZZINI (2021).

[76] *O Auxiliador da Industria Nacional: periodico da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional*, 1883, p. 135-136.

A partir disso, é importante retomarmos nossos questionamentos iniciais, sobre como essas mulheres estão sendo apresentadas a nós, pesquisadoras e pesquisadores dos *mundos do trabalho*. Acredito que, mais do que isso, precisamos nos indagar sobre como desejamos apresentar essas mulheres para nossas leitoras e leitores e futuros pesquisadores.

A primeira indagação pode ser respondida partindo de uma análise de Elisabeth Souza-Lobo (2011), quando sinaliza que nós temos por hábito, aliás, na verdade, por influência de uma tendência do discurso sociológico, usar o pronome masculino para se dirigir à classe trabalhadora, negligenciando, assim, a ideia de que as mulheres compõem esse quadro. Sim, isso se trata também do uso de uma norma padrão das línguas oriundas do latim, de manter um generalismo dos assuntos, mas acaba compondo uma ideia de unidade masculina para os debates, inclusive, aqueles que atravessam as mulheres.

No caso da condição das trabalhadoras, o debate em torno da atuação delas nas linhas de frente ou nas reflexões acerca da ideia de classe evidencia que a massa trabalhadora não era única, logo, seus debates não eram únicos, inclusive, eles eram extremamente multifacetados, partiam desde a apresentação da crise que a chegada de mão de obra chinesa traria para os "*nossos operários*" e, consecutivamente, para as famílias desses sujeitos, que, de acordo com a imprensa, perderiam seus empregos e, em virtude disso, suas mulheres se tornariam adúlteras, podendo cometer suicídio e, no caso das idosas, mendigar até morrer[77]; até debates em torno das mulheres norte-americanas e o feminismo[78].

Esses são dois dos muitos exemplos que aparecerão ao longo das páginas a seguir, localizados a partir do uso dos impressos e daquilo que pretendemos observar através de suas páginas, a experiência das trabalhadoras para além das ações organizadas e politizadas, nos distanciando da ideia de um Estado paternalista e da ideia de que elas eram pacíficas, despolitizadas e desorganizadas (Maciel, 2006); considerações também enfrentadas pelos homens, mas ainda mais presente no imaginário que girava – e ainda gira – em torno das mulheres.

Para além desse aspecto, de ser um espaço para as reivindicações, para as denúncias e os relatos das experiências das mulheres que labutavam, a imprensa lança para nós mais um importante e crucial debate, considerando que nosso trabalho encontra-se inserido no campo da História Social da Educação: o uso da imprensa como difusor e amplificador de ideias para

---

[77] *Carbonario: órgão do povo*, 09/09/1881, anno: I, n. 17, p. 1.
[78] *Jornal do Commercio*, anno: 75, n. 21, p.2.

evidenciar não só que a classe trabalhadora era produtora de conhecimento e estava atuando no mundo das letras, fosse escrevendo, fosse lendo, ou seja, ela estava imersa no mundo das letras.

Rizzini e Schueler (2018) salientam que a imprensa, se configurava como um espaço de diálogo, um lugar de discussão, em que homens e mulheres apresentavam suas ideias e reivindicavam direitos com mais primazia, a partir das últimas décadas do século XIX, quando a cidade do Rio de Janeiro vivenciou uma expansão do número de escolas públicas primárias e, também, das práticas difusas de acesso às letras, o que ampliou, significativamente, o público feminino capacitado para a leitura.

Não por acaso, para corroborar tais aspectos, *O Paiz* voltará à baila com uma coluna que trazia como pauta a instrução feminina e o protagonismo do trabalho para a subsistência feminina, na primeira década do século XX, com apontamentos sobre as transformações que as mulheres estavam vivenciando desde a metade do século XIX nas linhas da coluna *O que se pensa e o que se escreve: Educação Feminina*[79]:

> *[...] A revolução economica da segunda metade do século 19º fez a mulher sair da sua funcção de esposa e mãi para entrar na luta pela vida. Foi a democracia que, creando uma corrente niveladora nas sociedades, destruiu o antigo typo da familia operaria e camponeza e levou a mulher a procurar, nas fabricas no commercio e nas profissões liberaes a sua subsistencia. Desde então a mulher precisou dos conhecimentos profissionaes para lutar pela vida e não ser victima da fome e da miseria.*

A temática central, conforme sugere o título, dizia respeito a algumas questões relacionadas à necessidade de se estabelecerem transformações no que tange à educação voltada para as mulheres. Ao longo do texto, aspectos sobre a coeducação[80] são apresentados como fundamentais para que as mulheres estivessem preparadas para proceder considerando os progressos da ciência no âmago da família, bem como salientava que a escola era responsável por ensinar às "[...] *mulheres os processos práticos para utilizar, dentro da sua casa, as conquistas da hygiene, da chimica elementar e da technica*".

Nessa passagem, é possível observar aspectos relacionados à representação das mulheres e à utilidade da instrução para o cuidado da casa, para a higiene, logo, a educação empregada no lar. Assim, as mulheres trabalhadoras poderiam se distanciar de alguns dos temores anunciados ao longo das páginas da imprensa, como o embrutecimento das trabalhadoras que assumissem funções nas fábricas e nas cozinhas.

---

[79] *O Paiz*, 05/01/1910, anno: XXVI, n. 9.224. p. 8.

[80] De acordo com Hahner (2011), os debates em torno da coeducação foram intensificados na década de 1870, quando esta foi defendida com diversos argumentos, inclusive, o argumento econômico, e foi um dos importantes elementos para a feminização do magistério e para o aumento do número de mulheres matriculadas nas escolas normais.

O jornal *Brazil Operario* trouxe tal preocupação na coluna *Influencia das associações na evolução sociologica*[81], que já foi apresentada anteriormente, ao criticar o fato de as mulheres estarem ocupando esses espaços *enquamto individuos perfeitamente sãos, todos frisados, perfumosos, de mãos assetinadas, acham-se aos balcões vendendo fitas, luvas e extractos, ou outros artigos da moda, que pesam siquer cem gramas*. Essas preocupações trazem, mais uma vez, a ideia de que a presença feminina era sim, bem-vinda nos mundos do trabalho, desde que as mulheres não perdessem sua feminilidade.

Em outra coluna, dessa vez publicada pel*O Paiz*, que tratava da importância da instrução para a população, afirmava-se que, embora a mulher operária fosse um elemento importante para a economia familiar,

> *não se dirá que, obrigada á labuta diaria nas officinas, onde ganha o salario que constitue uma parcela da receita da familia, a operaria disponha do tempo e dos meios precisos para cumprir* ***a sua tarefa de educadora da prole****. E' uma vergonha dos nossos tempos o trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriaes*[...] *Enquanto existam mulheres empregadas nas fabricas, o tipo idéal da* ***mãi educadora*** *fica relegado para as visões emancipadoras do futuro*[...][82].

Desta forma, conforme sugere Biroli (2018), a partir das análises de Christine Delphy, o que se observa é que esse compromisso com o lar e com o papel de mãe, impunha às mulheres restrições, moldavam suas ocupações fora de casa e ainda eram pretexto para ampliação da exploração capitalista sobre as trabalhadoras.

Se, para o *Brazil Operario*, não era justo que as mulheres estivessem dentro das fábricas embrutecendo suas mãos tampouco seria viável, segundo *O Paiz*, que elas estivessem somando valores para a família se este fato comprometesse seus "verdadeiros ofícios": a maternidade e o matrimônio. É possível pensar sobre as "preocupações" dos jornais em parecer que ambos estavam atuando em defesa de melhores condições para as trabalhadoras, porém, existe outro aspecto primaz para nós, a diferença entre o trabalho remunerado e não remunerado que está incutido nas duas notícias.

Se o trabalho, enquanto trabalho útil, é, independentemente do formato da sociedade, condição de existência do ser humano, uma necessidade eterna (Marx, 1867), a feminilidade "foi construída como uma função-trabalho sob o disfarce de um destino biológico" e o corpo das mulheres se constituiu como elemento fundamental para construção do *ser mulher* (Federici, 2017, p. 31). Então, observem, o duplo trabalho das mulheres se dá e repercute como base para a divisão sexual do trabalho, logo, esse trabalho, não remunerado, que acontece dentro de casa, passa a ter valor econômico no ambiente externo ao lar já que atende às demandas de

---

[81] *Brazil Operario: órgão das classes proletarias*, 2ª quinzena de janeiro, 1904, anno: II, n. 17, p. 4.
[82] *O Paiz*, 27/06/1908, anno: XXIV, n. 8.668, p. 1.

outras pessoas que não o marido, assim, o casamento apresenta um caráter institucional, praticamente uma carreira.

Nesse tocante, uma coluna publicada no *Correio da Manhã*, sobre a cena política dos Estados Unidos da América – com a qual nos encontraremos novamente nas próximas páginas deste capítulo – trazia em seu título um questionamento sobre as mulheres terem ou não valor para entrar na política, afirmava que

> *não tem justificação a proclamada emancipação feminina, porque ninguem póde emancipar-se do que é, por* ***leis proprias da natureza*** *[...] as mulheres têm de subordinar-se passivamente ás condições moraes que para elas resultam dessas mesmas leis*[83].

Essa "ordem natural das coisas", explicitada pela publicação, evidencia aquilo que talvez possamos chamar de universo laboral da natureza feminina, que se encontra pautado em uma candidez inerente ao *ser mulher*. Podemos reiterar essas análises a partir de uma outra coluna, dessa vez publicada nas páginas do *Jornal do Brasil*, que mesmo tratando d*As Contruções – Casas para operários*[84], apresentava as mulheres como *rainha do Universo*.

Ainda nesse viés, o jornal *O Fluminense*, a partir da coluna intitulada *A mulher e a familia* nos permite esmiuçar, de maneira ainda mais concreta as questões que envolviam *a consoladora de todos os desgostos, a bondade indulgente e forte, que dá sempre um conselho conciliador, em cujos labios ha sempre uma boa palavra, um balsamo suave para as dores da alma*, as mulheres.

> *e' preciso, para a felicidade e para uma boa organização da familia, que a mulher respeite e faça respeitar pelos filhos, e todas que a cercam, o marido como chefe, como ponto principal á volta do qual tudo se move e a cuja direcção tudo obedece* [...]
> ***Se queres reinar como soberana no coração do teu marido, ser a rainha no teu pequeno reino, faz-te primeiro a sua escrava***[...].[85]

Assim, a partir desta afirmação, podemos recorrer às análises de Biroli (2018, p. 42), quando a autora afirma que "a divisão sexual do trabalho está ancorada na naturalização de relações de autoridades" e esta é produtora do gênero e compõe dinâmicas que formam a dualidade masculino-feminino.

Agora que apresentamos algumas das muitas colunas dedicadas ao papel da mulher honesta e dotada de adjetivos virtuosos, é preciso salientar um aspecto importante para a esta pesquisa, a mudança daquilo que vinha sendo apresentado nas páginas, a mulher como *rainha no seu lar, o anjo tutelar dos seus trilhos, a ideal companheira do homem*[86] e as questões sobre

---

[83] *Correio da Manhã*, 02/10/1909, anno: IX, n. 2.999, p.1 e 2.
[84] *Jornal Do Brasil*, 24/04/1905, anno: XV, n. 114, p. 1.
[85] *O Fluminense*, 04/07/1910, anno: 33, n. 7.773, p. 2.
[86] *A Razão*, 29/05/1919, anno: IV, n. 892, p. 1.

O feminismo no Brazil – [e] *A Conquista das profissões liberaes*[87] e, desse momento em diante, as pautas e as representações passam por mudanças significativas, o que salienta aquilo que está por vir: novos debates, novos pautas, novas tensões. Por isso, é hora de retomar o *novelo* das páginas da história e conhecer uma outra faceta dessas mulheres trabalhadoras.

2.2. *Perigosa influencia*: aquilo que se pensa e que se escreve sobre os feminismos e as feministas

Antes de iniciar as análises acerca daquilo que se publicava e o que se dizia sobre o feminismo ao longo das páginas da imprensa de grande circulação da cidade do Rio de Janeiro, nos fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX, vamos dar alguns passos em direção aos debates propostos por mulheres sobre a formação política e intelectual feminina. Para tanto, será fundamental nos distanciarmos da noção de *ondas* para analisar alguns dos diferentes debates elencados por parte das mulheres que vislumbravam garantir direitos.

Nesse sentido, dialogaremos, primeiramente, com aquelas que, na perspectiva contemporânea, foram fundamentais para a conquista de liberdade sexual e reivindicações relacionadas ao corpo, as feministas da dita *segunda onda* que, na década de 1960, *foram para as ruas* reivindicar novas morais para as mulheres. De acordo com as reflexões propostas por Nancy Fraser (2019), ainda na década de 1960, as feministas se uniram a outros movimentos de caráter emancipatório, com o intuito de acabar com uma espécie de imaginário restritivo e economicista de cunho estatal e atuaram de maneira ativa não somente nos aspectos relacionados ao gênero, mas também nos aspectos relacionados a classe, cor e sexualidade.

A autora corrobora com a ideia de que os movimentos feministas estariam organizados em ondas e que cada uma delas representou avanços paulatinos no movimento de mulheres em prol de direitos e transformações daquilo que estivera em debate em torno delas desde as primeiras décadas do século XX. Ainda a partir das análises de Fraser (2019), teriam sido as mulheres dessa *segunda onda* feminista que ampliaram, de maneira efetiva, os debates em torno do campo econômico e das assimetrias políticas.

Assim, partindo dessas assertivas, seria possível afirmar que foram *as mulheres da década de 1960* as responsáveis por alcançar avanços nas temáticas de um feminismo anticapitalista e crítico ao que estivesse em debate pela sociedade patriarcal e conservadora daquele período ou suas reivindicações que, de alguma maneira, corroboraram para uma espécie de naturalização de uma perspectiva burguesa de demandas?

---

[87] *O Paiz*, 23/05/1910, anno: XXVI, n. 9.361, p. 3.

Para tentar responder tal indagação, vamos recorrer às análises de Pedro (2005) sobre esse período. Do ponto de vista da autora, a *segunda onda* teria surgido em um período posterior à Segunda Guerra Mundial[88], porém, foi a partir da década de 1960 que o movimento ganha maior visibilidade nos Estados Unidos e novas temáticas de pesquisa passam a ser desenvolvidas e se estabelece a necessidade da criação da noção de gênero[89], em virtude de novos debates que vinham impondo uma problemática à dicotomia formada pela noção de ser homem ou ser mulher.

Porém, embora essas urgências tenham tido um papel primaz para analisar as origens do patriarcado e a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito, podemos dizer que não contemplaram outras personagens da história, como foi o caso, por exemplo, das mulheres negras. Nessa égide, é necessário pontuar que

> em um sistema de poder patriarcal onde o privilégio de ter pele branca é uma escora importante, as armadilhas usadas para neutralizar mulheres negras e mulheres brancas não são as mesmas. [...] a estrutura de poder [usa] mulheres negras contra homens negros não porque eles são homens, mas porque são negros.
> [...] as mulheres brancas enfrentam a armadilha de serem seduzidas a se juntar ao opressor sob o pretexto de compartilhar o poder. [...] Para as mulheres brancas, existe uma gama maior de falsas escolhas e recompensas para se identificarem com o poder patriarcal e seus instrumentos. (LORDE, 2019, p. 243).

Podemos assim afirmar que, de alguma maneira, o feminismo dessa *segunda onda* não cumpriu aquilo a que se propunha, que era garantir liberdade para mulheres de maneira extensa. As disparidades se mantiveram visíveis e talvez essas brechas tenham origem em um período anterior do feminismo, aquele forjado ainda nos oitocentos, aquele que abarcaria a chamada *primeira onda*.

Essa *onda*, conforme destaca Pedro (2005), teria se desenvolvido ainda no fim do século XIX, centrada no campo das reivindicações por direitos políticos, sociais e econômicos, como o trabalho remunerado, direito a instrução, formação intelectual e propriedades, enfim, podemos dizer que nesse momento os debates estavam girando em torno de direitos à cidadania.

Foi nesse cenário, entre o fim da década de 1910 até os anos 1930, que a bióloga Bertha Lutz se destacou, inclusive, na cena pública internacional, se consolidando como uma referência para o feminismo brasileiro em virtude da sua atuação em defesa do direito ao voto feminino, tendo sido uma das responsáveis pela fundação da Federação Brasileira pelo

---

[88] Os combates tiveram início no ano de 1939, com a invasão da Alemanha ao território polonês, e termina no ano de 1945.
[89] Ver SCOTT, 2019.

Progresso Feminino[90]. Porém, embora os impactos da atuação de Lutz e suas companheiras tenham sido significativos, segundo Pinto (2010), a *primeira onda* do movimento feminista perdeu a força quando ainda estava em ascensão, no mesmo período em que as mulheres conquistaram o direito ao voto – fato que aconteceu no ano de 1932 – tendo sido retomado, de maneira mais expressiva, apenas na década de 1960.

Considerando essa análise, concluiríamos que o movimento feminista se apresentou de maneira pontual e que as mulheres que atuaram em sua defesa, ao alcançarem aquilo que ansiavam, simplesmente abandonariam a causa e seguiriam suas vidas como eram antes, sem continuar, inclusive, experienciando suas conquistas e desejando ampliar seus direitos. Porém, o que se observa é que os fatos não se dão dessa maneira, pois, não só a luta se manteve efetiva, como precisava se manter ativa para que na década de 1960, os debates tivessem ultrapassado os limites anteriores e outras demandas fossem debatidas e conquistadas.

Assim, partindo dessas análises, precisamos dialogar com as leitoras e os leitores desta pesquisa, pois, embora este trabalho não pretenda se debruçar sobre a história do movimento feminista, tampouco concorde com a organização do feminismo a partir da lógica de ondas[91], ele se apresenta com o intuito de compreender a presença e a atuação das mulheres nos mundos do trabalho e na formação intelectual da classe trabalhadora, logo, precisamos refletir sobre alguns aspectos, principalmente, sobre a ideia de que somente as mulheres que estivessem "formalmente" vinculadas aos movimentos feministas estariam reivindicando direitos e atuando de maneira efetiva em favor deles.

Por esse motivo, precisamos, em primeiro lugar, investigar alguns aspectos relacionados à dita *primeira onda* do feminismo. Costa e Sardenberg (2008) afirmam que algumas das primeiras manifestações do feminismo se deu ainda em 1789, quando as mulheres francesas exigiram uma Assembleia Constituinte com o intuito de estabelecer direitos entre os sexos e liberdade de trabalho, sendo esta última bandeira de luta uma contradição, se perspectivada a partir de uma análise balizada na luta de classes, pois proporcionaria uma espécie de manutenção da lógica capitalista.

Nas perspectivas propostas pelas autoras, as sufragistas poderiam ser caracterizadas como moderadas e reformistas, ainda que algumas delas assumissem táticas mais violentas ao

---

[90] A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres (Pinto, 2010).

[91] Sobre esse aspecto, concordo com Costa (2009), quando a autora afirma que a metáfora das *ondas* no movimento feminista evidencia uma noção de temporalidade perene e isto faz com que os feminismos sejam vistos como algo que se organiza de maneira repentina, como se as mulheres, de maneira prática e objetiva, decidissem reivindicar direitos e, ao atingir o ponto mais alto da onda, se dissipassem.

apresentarem suas reivindicações. Sendo assim, essas mulheres pleiteavam seus direitos a partir de reformas jurídicas que "concedessem" direitos, ou seja, suas lutas em prol da igualdade se davam por meio das leis que, sob essa ótica, seria o suficiente para solucionar suas demandas, sem questionar aspectos relacionados a maternidade, casamento e outros papéis compreendidos como obrigatoriamente femininos.

Ainda nesse sentido, Costa e Sardenberg (2008) afirmam que as sufragistas pertencentes a essa corrente feminista mais desenvolvida em países como os Estados Unidos e a Inglaterra, não estavam preocupadas em analisar a contradição daquilo que defendiam, a incorporação das mulheres nos postos de trabalho e as consequências disso para a formação de uma outra jornada de trabalho para as mulheres operárias. Assim, se observa que as bases do sufragismo poderiam estar vinculadas a noções burguesas, onde se reflete sobre os desejos de uma classe que, de alguma maneira, compreende o trabalho como algo inexistente, já que este não compõe seu cotidiano, ainda que as mulheres pobres trabalhassem para sobreviver.

Já no Brasil, os ideais feministas assumiram diversas facetas e bandeiras, passaram pelo sufrágio, pelo anarquismo, assumiram bandeiras socialistas, comunistas, reformistas e até mesmo burguesas. Lutaram por direitos dentro e fora do lar, reivindicaram espaço no parlamento, igualdade salarial, condições dignas de trabalho, valorização do trabalho doméstico, controle dos corpos e liberdade sexual (Costa; Sardenberg, 2008).

Nesse cenário, em meio a disputa de discursos e bandeiras de lutas, Dionísia Gonçalves Pinto, cujo pseudônimo era Nísia Floresta (1810-1885), se apresentou como uma das representantes pela introdução dos ideais feministas no país. A autora, ainda no século XIX, por meio da publicação de obras como *Conselhos à minha filha* (1842), *Opúsculo Humanitário* (1853) além da tradução da obra de Mary Wollstonecraft[92], foi uma das responsáveis pela difusão do feminismo e o desenvolvimento de debates em torno da formação de uma consciência crítica do papel da mulher na sociedade.

Sua atuação se deu de maneira significativa no processo de formação intelectual feminina e na divulgação da importância da instrução para a disseminação de outros ideais entre as mulheres. Fundadora do Colégio Augusto[93], que se dedicava exclusivamente à educação de meninas, Nísia Floresta representou um importante *braço* intelectual para a História das

[92] Mary Wollstonecraft (1759-1797) é conhecida como uma das principais autoras daquilo que compreende uma espécie de fundação do feminismo – que surge em consonância com aquilo que vinha sendo reivindicado em torno dos direitos dos homens, a partir dos ideários propugnados pela Revolução Francesa – e sua obra intitulada *Reivindicação dos direitos das mulheres*, que marca aquilo que podemos chamar de sistematização do sistema de opressão sofrida pelas mulheres.
[93] Ver Lonza (2019).

Mulheres, mesmo sem grandes informações sobre sua formação, de acordo com anúncios, ela teria atuado como professora, também teria escrito artigos que discorriam sobre a posição social feminina em dezenas de edições do jornal *Espelho das Brasileiras*, destinado às senhoras pernambucanas (Dias, 2019).

A partir das análises apresentadas por Luma Pinheiro Dias (2019), Nísia Floresta teria uma escrita de caráter moralista e reformador e, através da palavra, buscava formar um modelo específico de mulheres. Em sua obra intitulada *Daciz ou a jovem completa*, dedicada às alunas do Colégio Augusto, a autora se dirigia diretamente à juventude, ressaltava o desejo pelo matrimônio e falava da necessidade de a amamentação ser realizada exclusivamente pelas mães.

Porém, mesmo desenvolvendo publicações que tratavam de aspectos que estavam em voga na época e dessem conta de um ideário de feminilidade difundido e aceito de maneira expressiva, como matrimônio e maternidade, é possível que a autora tenha enfrentado censura em sua obra *A lágrima de um Caeté* (1849). O livro, assinado por Telesilla, um dos pseudônimos de Nísia, reiterava os conhecimentos políticos da autora e sua inserção nos debates para além do campo da educação e instrução nos oitocentos.

No ano de 1853, após uma viagem à França, Nísia Floresta publicou *Opúsculo Humanitário*, obra que apresentava o projeto educacional defendido pela escritora para as mulheres. De acordo com o escrito, a educação feminina seria um elemento transformador e, por meio da instrução, valores morais poderiam ser regenerados, a humanidade alcançaria o progresso e as mulheres poderiam desempenhar os papéis de filha, mãe e esposa com primazia (Dias, 2019).

Dessa maneira, conforme salientamos nas páginas acima, as mulheres eram representadas de forma diversa, mas os papéis de mãe e esposa estavam em voga e acabavam balizando as propostas para a educação feminina daquele período, fosse nas páginas da imprensa, fosse nas obras de literatura, inclusive aquelas escritas por figuras femininas. No caso de Nísia Floresta, por exemplo, podemos dizer que suas preocupações estavam vinculadas a um ideal de feminilidade relacionado ao lar e à família, mas o trabalho, pelo menos a partir das referências utilizadas para o desenvolvimento de nossa pesquisa, não estava entre os assuntos pautados por ela.

Diferentemente das iniciativas propostas por Floresta, Alexandra Kolontai[94] (2011, p. 19), outra personagem importante para as páginas dos feminismos, em um período posterior, já

[94] Alexandra Kolontai (1872-1953) foi militante, líder revolucionária russa e teórica do feminismo, ocupou o posto de Comissária de Saúde do Governo Soviético após a chegada dos bolcheviques ao poder, também desenvolveu missões diplomáticas em países como Noruega, Suécia, México e Finlândia.

na virada do século XIX, sendo uma autora fundamental até os dias de hoje, nos possibilita refletir sobre outras referências femininas: as mulheres trabalhadoras. De acordo com as reflexões propostas pela autora marxista, as mulheres, ao serem retiradas de seus lares, espaços de submissão, passividade e obediência, passariam a compor uma espécie de exército capaz de lutar por seus direitos e interesses de condição de vida humana, despertariam um espírito de protesto, educado pela vontade, inspiraria, assim, um sentimento de coletividade, um "sentimento de companheirismo, que só se encontra[ria] e muito levemente, na mulher do novo tipo pertencente a outras classes sociais".

As análises da autora (2011) evidenciam um aspecto fundamental para aquilo que está sendo apresentado ao longo desse capítulo, primeiramente, o fato de existir uma diferença entre as mulheres, aquelas que se dedicavam ao trabalho e à luta pela sobrevivência e aquelas que enxergavam nos ofícios fora do lar um espaço de mudanças e novas perspectivas não somente sociais, mas também econômicas; em seguida, reafirma, com outras interpretações, que as mulheres trabalhadoras seriam capazes de "contaminar" a inteligência de suas contemporâneas a partir de críticas às condições de vida política, econômica, moral e sexual.

Assim, a partir das perspectivas apresentadas por Nísia Floresta e Alexandra Kolontai, é possível perceber que, embora as autoras advogassem em prol de perspectivas diferentes com relação ao *existir mulher* e suas urgências intelectuais para que elas pudessem modificar sua relação com a dominação masculina, elas se encontram pelo menos em um aspecto: a formação intelectual feminina. Desse modo, de alguma maneira, ambas estavam alinhadas ao afirmar que a educação das mulheres seria o *caminho* que permitiria o desenvolvimento feminino como ser racional.

Por esses motivos, não nos deteremos em analisar aquilo que diferencia o movimento feminista, que o torna burguês ou revolucionário, socialista ou conservador, aqui nos interessa analisar aquilo que estava circulando nas páginas da imprensa de grande circulação acerca dos feminismos. Inclusive, aqui eles são tratados no plural, justamente por considerarmos as diferentes concepções atreladas àquelas bandeiras de lutas e as urgências das mulheres que, ainda que oriundas de diferentes classes, estavam reivindicando direitos.

Compreendendo que os ideais feministas se desenvolvem a partir de um movimento plural e flexível, suas análises também foram – e ainda são – fluidas e bastante diversas, retomaremos as páginas dos jornais, justamente para lançar luz sobre aquilo que vinha sendo publicado pela imprensa do Rio de Janeiro sobre o feminismo, sabendo que existiam aqueles que defendessem e outros que atacassem, como foi o caso da charge abaixo, publicada nas

páginas do jornal *O Paiz*, aquele que, como vimos anteriormente, poderia ser compreendido como o mais "aberto" às publicações femininas.

Figura 2**:** Perigosa Influência

Fonte: *O Paiz*, Actualidades, 14/05/1910, p.1.

Conforme sugere a imagem, veiculada pelo jornal *O Paiz*, o mesmo que possivelmente teria promovido *fissuras* para viabilizar a presença das mulheres na imprensa, o feminismo se apresentava como uma perigosa influência para a sociedade. O texto presente na charge indaga se a mulher retratada na imagem, mãe de um dos homens, estaria sofrendo de neurastenia[95] e, como resposta, um deles afirma que não, que ela era uma feminista cujo marido a havia levado para uma luta romana.

Nessa égide, a ilustração nos fornece diversas possibilidades de análise, mas aqui vou começar pelo pano de fundo, os objetos voando, que representam a ideia de um possível destempero que as feministas costumavam protagonizar, "jogando tudo para o ar", apresentando comportamento agressivo em seu lar, o mesmo que deveria ser cuidado por elas.

Na semana seguinte a publicação da imagem, o jornal *O Paiz* publicou a coluna chamada *O feminismo no Brazil – A conquista das profissões liberaes*[96] e trazia considerações sobre a

[95] De acordo com o site de buscas da internet, a neurastenia corresponde a uma espécie de transtorno psicológico caracterizado por mudanças no funcionamento no sistema nervoso.
[96] *O Paiz*, 23/05/1910, anno: XXVI, n. 9361, p. 3.

história [d]*O feminismo, cuja primeira e isolada manifestação surgiu em 1878, com a doutora* ***Maria Generoso Estrella****, filha de um considerado commerciante daquella época, e formada* ***em medicina nos Estados Unidos*** [...][97] e que a imprensa já havia aberto as colunas

> *e a collaboração profissional de diversas senhoras é um facto sabido de todos. Há senhoras agentes de negocios, propagandistas de seguros, representantes de emprezas comerciaes. Na fabrica de Bangú, os trabalhos de desenho e gravura em aço para rolos de estamparia, trabalho delicado, é feito por moças* [...].[98]

Esses debates em torno da presença e da ausência feminina na cena trabalhadora não se furtaram em perquirir outros continentes e trazer debates internacionais para o público consumidor e leitor dos jornais da então Capital Federal, que há pouco também tinha sido palco da assinatura da Lei Áurea (1888) e, subsequentemente, da Proclamação da República (1889), além da Constituição brasileira de 1891. Tais episódios que ressignificariam, direta ou indiretamente, as relações sociais que deixariam de estar balizadas numa perspectiva senhorial-escravista e se tornariam de tipo burguês-capitalista (Berdu, 2018), tiveram impactos para aquilo que vinha sendo escrito por e para as mulheres.

Foi o caso da coluna *Socialismo na America – Mulheres Socialistas*[99,] cuja temática central tratava de destacar que as mulheres nova-iorquinas que apresentavam mais talento teórico e prático, sem dúvida, só poderiam ser membros do partido socialista. De acordo com a notícia, as integrantes pertenciam a várias classes da sociedade, porém, a maioria delas se dedicava à carreira literária, estava quase sempre ligada a alguma organização socialista e, quando se reunia com homens, era respeitada e estimada como valiosos auxiliares.

Seguindo as linhas, a publicação também afirma que, nas organizações socialistas, mais do que nas demais, existia a mais perfeita igualdade entre os sexos e, no caso da cidade de New York, o movimento devia sua vitalidade e energia às mulheres socialistas:

> "*[...] ellas servem-no com zelo, devoção, abnegação que as mulheres costumam mostrar pelas causas que esposam. Umas dedicam-se á catechese e ao* ***ensino****; outras ao* ***jornalismo*** *e ao estudo e discussão e assumptos economicos.* ***Mulheres operarias e doutoras das universidades trabalham juntas no pé da mais perfeita igualdade e fraternidade. As mulheres, tanto como os homens, presidem os negocios as assembléas publicas, são empregadas nas organisações; e dempenham comissões importantes de serviço****. No ano passado* [1891]*, o serviço de secretaria de naturalização, da secção americana do partido operário socialista, esteve a cargo de uma mulher*.

Percebam que, ao longo do excerto citado acima, embora as mulheres ocupassem um lugar primaz para o desenvolvimento do socialismo nas Américas e, segundo a própria coluna, na Inglaterra, elas aparecessem ocupando um lugar de protagonismo – ainda que através de uma

---

[97] Ibid.
[98] Ibid.
[99] *Gazeta de Noticias*, 06/11/1892, anno: XVIII, nº. 310, p. 1.

perspectiva traçada pelo crivo masculino, como se, *apesar de serem mulheres*, elas fossem capazes de ocupar espaços importantes para a formação de uma classe trabalhadora intelectualizada – elas ainda eram caracterizadas como auxiliares, mesmo quando uma delas tinha sido responsável por instruir 300 dos 700 homens que seriam membros do partido socialista.

Nesse tocante, sobre a participação das mulheres na cena política e ideológica, em uma publicação veiculada pelo *Jornal do Commercio*, em 27 de janeiro de 1896, as questões acerca do movimento feminista, escrita pela portuguesa Maria Amalia Vaz de Carvalho, trazia apontamentos sobre anseios das mulheres do *velho e do novo mundo* que estavam se agitando em prol da emancipação política e da liberdade individual, nos faz pensar sobre os debates que compunham a luta das mulheres, a importância do trabalho para a emancipação política e a liberdade individual feminina e, mais do que isso, o imaginário que compunha as disputas em torno de uma possível hierarquia social entre homens e mulheres.

Na perspectiva apresentada pela coluna, as mulheres repugnavam ser tuteladas, desejavam a liberdade e conquista da independência por meio do trabalho, sendo livres tanto aquelas que desenvolvessem trabalhos braçais quanto aquelas que desejassem escrever ou exercer qualquer arte ou profissão. De acordo com a escritora, a mulher não era inferior ao homem, mas era diferente dele, tendo *força de resistencia tão superior á masculina, a graça especial que ella sabe pôr em tudo que diz, ou pensa ou escreve*[100].

Esse cenário vai ao encontro daquilo que Prado e Franco (2018) salientam, sobre o fato de que, ao longo do século XIX, de um modo geral, a atuação das mulheres foi efetiva e constante, e a presença dessas personagens na política não se restringia às ações realizadas por aquelas que reivindicavam direitos nas instituições relacionadas ao Estado. Essas mulheres encontravam brechas em diferentes espaços, quer em suas casas, em seus espaços de trabalho, quer em seus momentos de diversão ou na imprensa, esses debates estavam circunscritos, em escala global, em função das mudanças pelas quais o mundo vinha passando, fato que afasta de maneira cabal qualquer tipo de possibilidade de isolamento de circulação de ideias entre trabalhadoras e trabalhadores nacionais diante das “companheiras” e dos “companheiros” de luta que residissem em outros países.

Naquela conjuntura, as mulheres não só assinavam colunas, como também fundavam jornais que visavam instruir suas leitoras. Essas folhas, na ampla maioria das vezes, eram de propriedade de mulheres de classe média e chegavam a formar redes entre diversas publicações

[100] *Jornal do Commercio*, 27/01/1896, anno. 75, n. 27, p. 1.

em diferentes regiões do país, que veiculavam aquilo que as mulheres vinham refletindo sobre suas experiências (Telles, 2004).

Os jornais, naquele contexto, eram espaços importantes e valorizados por diferentes personagens e sua popularidade estava relacionada à possibilidade de homens e mulheres participarem não somente enquanto leitores, mas também enquanto jornalistas e promotores, numa espécie de identificação desse público com as publicações a partir de personagens saídos do cotidiano desses indivíduos (Barbosa, 2010). Desse modo, personagens como Maria Amalia Vaz de Carvalho[101] se apresentaram como exemplo dessa *agência* de mulheres, da presença delas em jornais e, mais do que isso, a presença da autora reitera o papel fundamental da imprensa periódica para a formação intelectual em desenvolvimento entre os anos finais do século XIX e as décadas iniciais do século XX e da interlocução entre as pautas nacionais e internacionais, mesmo que as mulheres compusessem outro extrato social.

O fazer-se dessas mulheres escritoras e os impressos dos quais elas eram proprietárias e/ou participavam como colunistas também cumpriam um papel importante nas campanhas em prol da educação feminina, muitas vezes pautada no exercício do matrimônio, na maternidade – como vimos anteriormente com Nísia Floresta – enaltecendo a importância das mulheres dentro e fora de casa. Norma Telles (2004) reitera que as pautas abordadas pelos jornais eram variadas e o voto feminino, por exemplo, não era tratado de maneira direta, porém, era comum os jornais realizarem a publicação de notícias acerca das lutas e conquistas das mulheres em outros países.

As colunas apresentadas até o presente momento nos ajudam a pensar não somente sobre as representações femininas e a disseminação de princípios feministas pela cidade do Rio de Janeiro, como quem compunha esse cenário no mundo das letras voltado para o público feminino. Nesse contexto, os impressos configuram importantes espaços para reconhecermos aquilo que estava em disputa por parte das mulheres, principalmente, no campo da instrução. Moura (2020) destaca que essa imprensa feminista – aqui prefiro utilizar a noção de imprensa feita por mulheres – buscava, ao difundir e produzir um discurso emancipador para suas leitoras, construir uma percepção social de liberdade feminina para disputar e confrontar o sistema predominante, disseminando a urgência de reivindicação de direitos.

[101] Segundo apontam Maria Cláudia Suriani da Silva e Tania Regina de Luca (2022), sua presença na imprensa brasileira teve início ainda no ano de 1878, justamente no *Jornal do Commercio*, onde manteve longo diálogo direto e depois mais esporádico, tendo sido presença registrada também nas páginas d*O Paiz*.

Em 1888, por exemplo, Josefina Álvares de Azevedo[102] fundou, em São Paulo, o jornal *A Família* que, segundo aponta Moura (2020), tinha como objetivo ensinar mães paulistas – e, posteriormente, cariocas, já que o jornal foi transferido para a então Capital Federal no ano de 1889 – a se educarem para a própria vida, a fim de retirá-las da sombra dos maridos, assim, ao veicular esses textos, a autora pretendia difundir suas reflexões acerca da emancipação feminina, a defesa da liberdade das mulheres e equiparação das suas funções com a dos homens.

A primeira edição do jornal, publicada em 18 de novembro de 1888, já anunciava que era preciso estabelecer as bases dos direitos das mulheres e, para dar conta disso, tanto Josefina quanto suas colaboradoras, acreditavam que a educação e a formação intelectual das leitoras do impresso seriam o melhor caminho e isso pode ser corroborado a partir daquelas que compunham o quadro de *jornalistas* da publicação. Suas companheiras de ofício eram, na maioria das vezes, professoras e algumas, inclusive, além de escrever contos e poemas, também eram proprietárias de outros jornais (Moura, 2020).

Josefina Álvares de Azevedo reivindicava outras bandeiras de luta. Era abolicionista, republicana, favorável ao divórcio, ao voto e ao pleito por cargos políticos para mulheres, além de denunciar a dificuldade do desenvolvimento de uma educação feminina; logo, ela fez coro junto a tantas outras personagens que compuseram um dos grandes segmentos da imprensa feminista, composta por mulheres que engajavam suas palavras para lutar em prol de direitos, principalmente, relacionados à instrução (Silva; Santos, 2023).

Um artigo publicado pelo *Jornal do Commercio* trouxe, novamente, notícias sobre a mulher norte-americana, dessa vez apresentando a seguinte indagação: "*as mulheres emancipadas em geral e aquellas que possuem titulos universitarios, em particular, têm probabilidades de encontrar um marido como as que não se dedicão a estudos scientificos?*"[103]

Decerto, não nos dedicaremos a responder tal indagação – pois nem mesmo a coluna conseguiu respondê-la, aqui nos interessa analisar outros dados apresentados pela coluna, especialmente, no que diz respeito às profissões que as mulheres norte-americanas vinham exercendo ainda nos anos 1870. Segundo a notícia, naquele momento, existiam 527 doutoras em medicina, 414 funcionárias, 5.735 músicas e 602 atrizes; já nos anos 1890, os números cresceram de maneira exponencial, eram 4.455 médicas, 4.875 funcionárias, as músicas passaram a totalizar 34.518 e as atrizes totalizavam 3.940.

---

[102] Josefina Álvares de Azevedo nasceu em Recife (PE), no ano de 1851, mas mudou-se para São Paulo em 1878 e para o Rio de Janeiro no ano seguinte. Além do jornal *A Família*, a autora também publicou uma coletânea intitulada *A mulher moderna*, em 1891, além da peça *O voto feminino*.

[103] *Jornal do Commercio*, 21/01/1896, anno. 75, n. 21, p. 2.

A partir desses dados, podemos pensar sobre inúmeras questões, porém, me deterei a dois aspectos elaborados a partir das reflexões de Louro (2017) sobre o cenário da instrução no fim do século XIX. O primeiro deles é o fato de que, na conjuntura na qual a publicação tinha sido feita, havia uma urgência para o desenvolvimento de uma educação voltada para as mulheres e essa demanda estava vinculada a um princípio de modernização da sociedade, higienização da família e a cidadania dos jovens; já o segundo, diz respeito à preocupação vigente de afastar a noção de trabalho como algo degradante – perspectiva que havia sido construída ao longo do período escravagista – e vinculá-lo à ideia de ordem e progresso para toda a população e, no caso das mulheres, realizar o "plantio" de conhecimentos que as tornasse honestas, ordeiras e asseadas, para que pudessem controlar os homens e formassem a força de trabalho do país, afastando qualquer tipo de perturbação de seus lares.

Diante dessa análise, as mulheres deveriam ser boas esposas e boas mães, mantendo-se vinculadas a uma formação sólida e cristã, sendo recatadas, buscando constantemente a perfeição moral e educando seus filhos. Tais urgências, sobre as *mães das famílias brasileiras*, foram expressas na coluna *Associação Promotora da Instrucção*[104], que afirmava que as *mulheres com suas mãos* ***delicadas*** *saberão erguer o movimento no cimo do Brazil, arauto da civilisação, se ostente como a nação privilegiada onde um povo unido, forte e feliz, rende culto aos nobres sentimentos que dignificão o genero humano, – a verdade, a liberdade, a virtude, o bem*.

O artigo, que apresentava as falas de alguns membros da associação, dentre eles Maria Clara da Cunha Santos – poetisa, prosadora, cronista, jornalista, violinista e pintora – que, ao subir ao palco, afirmava que as senhoras que compunham o quadro da associação, *não contentes com seu afan pelo bem, de preparar os proprios filhos para ornamento da Patria e garantia da família, quizerão estender sobre os filhos do povo e sua materna solicitude*.

O discurso do presidente da associação já revelava a importância dada pelos membros da organização à instrução; já o discurso da escritora, tratava da mesma temática, mas lançava luz sobre a importância da formação intelectual para as mulheres, reivindicando a sua urgência para que elas saíssem de um lugar de servidão. Maria Clara da Cunha Santos salientava que se para os homens, a instrução tinha valor, para as mulheres eram observados os mesmos benefícios e, além disso, afirma que

> *outr'ora a mulher era um ser sem autonomia, sem idéas proprias, sem vontade e sem responsabilidade... era uma eterna escrava, sahindo do poder do pai para cahir no poder do marido.*
> *Não é hoje mais esta a concepção da família e o ideal da sociedade moderna.*

[104] *Jornal do Commercio*, 26/09/1896, anno. 82, n. 268, ps. 2 e 3.

> [...]
> ***Uma mulher instruida deve forçosamente ser melhor filha, irmã, esposa e mãi do que a ignorante, a boçal****, aquella que nos seus calculos de felicidade só encontra satisfação em obedecer servilmente, ignobilmente o seu pai, o seu irmão, o seu marido e o seu filho!*

A partir do que foi possível perceber, nas três últimas colunas apresentadas, dentre as quais duas foram assinadas por mulheres, é possível realizar reflexões sobre algumas questões relacionadas à presença feminina na cena pública, principalmente, na cena política e nos debates propostos por elas.

A primeira delas diz respeito àquilo que impacta a vida daquelas que optavam por atuar nos meandros políticos, que enfrentavam – e ainda enfrentam – julgamentos e pressões sociais, dificuldade de conciliar relacionamentos e vida familiar (Biroli, 2018), já que escolheram um caminho diferente daquele "esperado" por parte das mulheres, que envolvia a noção de castidade, glorificava a virgindade ou o cuidado com os filhos, suas responsabilidades com a vida doméstica, ambas disseminadas não só pelas páginas da imprensa, como dentro das associações e pela Igreja (Leonardi, 2022).

Outra questão a pensar diz respeito à necessidade de se performar um certo padrão de feminilidade, inclusive, por aquelas que figurassem no ambiente de militância. Podemos perceber isso, quando os textos afirmam que as mulheres vinculadas aos ideais socialistas inspiravam a mesma noção de zelo e devoção, que se apresentavam como bases de um matrimônio, ligando-as à mesma relação de abnegação que as mulheres não pertencentes à luta tinham ao entrar em um casamento; ou no campo da instrução, quando o artigo sobre as mulheres norte-americanas afirmava que "*a mulher instruida corre outro perigo; casa-se mais tarde do que o restante das mulheres"*.

Essas noções de docilidade propostas pela coluna evidenciam que a importância dada à instrução das mulheres não tinha o intuito de promover sua independência diante dos maridos e a difusão dos ideários de modernidade, mas formá-las para o lar, perpetuando a ideia de que todas elas nascem Eva, a mulher, mas devem, na verdade, perseguir a maternidade de Maria (Leonardi, 2022). Porém, a mulher do paraíso ou a virgem, ambas estavam, de alguma maneira, reivindicando direitos, elas estavam na vida pública, compondo as páginas da imprensa e os debates sobre as mazelas causadas pela dominação masculina.

Assim, dando continuidade ao discurso proferido pela *Associação Promotora da Instrucção*, a escritora dizia que todos os homens deveriam ter piedade de mulheres ignorantes, para aquelas que *passão pela vida sem poder compreender a delicadeza e sublimidade de todo sentir do humano*, enquanto as mulheres intelectuais não precisariam de tamanha compaixão,

para elas era necessário o *respeito dos homens para serem fortes e dignas, e principalmente da virtude,* ***que é a flor mais delicada de alma feminina***.

Esse discurso evidencia outra frente de análise que estabelece uma inquietação, pelo menos para quem escreve este trabalho, que se estabelece na dualidade desse discurso que, ao passo em que enaltece a formação intelectual das mulheres, também valoriza a delicadeza da alma feminina, aspectos que compõem o cenário subsidiado por valores de dominação aceitos e valorizados. Desse modo, quando as necessidades dos homens e da sociedade são geridas a partir de pilares masculinos, o amor e os cuidados com a família passam a entoar os discursos em prol da formação intelectual das mulheres, esses sentimentos assumem uma posição, um domínio simbólico, que passa a ser aceito e a dominação deixa de ser perceptível e praticamente reconhecida como tal (Bourdieu, 2014).

Essa dominação masculina não foi inaugurada hoje ou nos séculos XIX e XX, conforme sugere Miguel (2014), ela pode ser localizada desde a Grécia passando pela Idade Média, quando se afirmava que as mulheres seriam menos capacitadas por não possuírem conhecimentos em áreas distintas como os homens, se dedicando aos cuidados do lar e, por isso, o feminismo se definiria justamente pela construção de uma crítica que relaciona a submissão da mulher na esfera privada à exclusão da esfera pública.

Assim, se considerarmos o discurso proferido por Maria Clara Cunha Santos, as propostas de Nísia Floresta acerca da necessidade da instrução das mulheres, as iniciativas de Josefina Álvares de Azevedo e as questões propostas pelo artigo sobre a problemática que envolvia o "excesso" de estudo para as mulheres que almejassem o matrimônio, as disputas em torno dos princípios feministas eram mais fluidos e profundos do que pura e simplesmente categorizar as mulheres como feministas dentro de um mesmo *balaio*. Havia uma disputa nas representações das mulheres que, durante o século XIX, presenciou o incremento da vida urbana, das atividades femininas e o estabelecimento de uma nova mentalidade burguesa, que impulsionou o desenvolvimento e a reorganização das experiências familiares e domésticas (D'Incao, 2017).

As personagens localizadas ao longo de nossa pesquisa, e que serão apresentadas de maneira mais detalhada no próximo capítulo, estavam envolvidas com essas pautas e sua difusão nos *mundos do trabalho*, inclusive, compondo quadros em associações dedicadas ao movimento de trabalhadores e trabalhadoras de diferentes ofícios. Nesse período, podemos lançar mão de diferentes personagens para reconstruir, ou pelo menos tentar – perquirir algumas dessas experiências já conhecidas pelo público e aquelas que ainda não são tão populares nas pesquisas dedicadas às mulheres e a sua participação na imprensa.

Nas páginas a seguir, esmiuçarei aquilo que as mulheres acreditavam precisar fazer para reivindicar direitos, aquilo que estava em disputa por elas, ainda que se denominando feministas ou não.

2.3. *Temos ainda muito que lutar*: aquilo que era proposto por mulheres e para as mulheres nas páginas da imprensa

> *E' comum ouvir-se lamentar a vida trabalhosa e affectiva das mulheres intellectuaes, em geral. No entanto ninguem lamenta ou manifesta pelas mulheres obscuras, ignorantes e pobres que lutão pela de um modo tão pesado quanto rude, quer nos trabalhos domésticos, aliás pesadíssimos, de lavar, engomar e cozinhar, quer cozendo para arsenais e quer finalmente no mais ingrato e pesado de todos – o de ama de leite – a mulheres desgraçada.*
> [...]
> ***E' necessario acudir á mulher, e acudirlhe de dois modos: pela educação que a prepara para o trabalho remunerador e capaz de a manter de pé***.

Considerando as palavras de Maria Clara da Cunha Santos, a partir da mesma coluna citada anteriormente, daremos mais alguns passos em direção aquilo que vinha sendo escrito por e para mulheres como caminho para transformação de suas condições de vida, seu lugar naquela conjuntura posterior à Proclamação da República e as primeiras décadas do século XX.

Conforme foi elencado ao longo desse capítulo, as mulheres não eram apenas tema das páginas da imprensa, elas foram protagonistas de suas próprias histórias, como intelectuais, como proprietárias de impressos, atuando de maneira efetiva nos mundos do trabalho, inclusive, reivindicando direitos, debatendo os ideais feministas e os feminismos com os quais elas pretendiam dialogar. Agindo por alianças, que contemplavam diversas correntes políticas e ideológicas, as mulheres se afeiçoaram ao liberalismo, ao socialismo, ao protestantismo, ao catolicismo, debateram noções de modernidade e democracia, elas se apresentaram como importantes personagens para a circulação de reivindicações por melhores condições de vida para elas mesmas (Perrot, 2019).

Dessa maneira, embora tenhamos tratado os feminismos nas páginas acima, na medida necessária para desenvolvermos este estudo, e tenhamos percebido que não existiam – e seguem não existindo – pautas únicas e tampouco resolvidas desde as primeiras possíveis manifestações feministas, elas também propunham alguns caminhos para solucionarem suas demandas. Ao longo da pesquisa foi possível perceber que existiam dois caminhos que foram elencados de maneira recorrente, que não se apresentavam somente como demanda, mas também como solução para aquilo que vinculava às mulheres ao atraso e que deu o tom para os princípios

feministas difundidos por aquelas que militavam em prol deles: o direito e a urgência a instrução, a necessidade de uma formação voltada para a emancipação, para o trabalho.

Michele Perrot (2019) ao traçar aquilo que podemos chamar de retrospectiva do que foram os feminismos ao longo da História das Mulheres – a partir do que estava sendo posto em disputa por elas em diferentes partes do mundo, como a França, os Estados Unidos da América e a Inglaterra – nos apresenta o caminho galgado pelas feministas. Porém, ainda que sua obra contribua de maneira bastante significativa também faz com que retomemos um debate fundamental para esta tese: as mulheres trabalhadoras, sua presença e ausências nas páginas dos impressos e do dito *movimento operário*.

Ao trazer as questões referentes às mulheres trabalhadoras, Michelle Perrot reitera a ideia de que elas sempre trabalharam, mas que esses ofícios eram da ordem do doméstico, da reprodução, era algo não remunerado e não valorizado. A autora produz análises cruciais acerca das donas de casa dos meios operários, da dona de casa burguesa, das operárias nas fábricas, mas ela nos lança uma indagação, que algumas autoras já responderam como foi o caso de Davis (2016) – para os Estados Unidos da América – e Gonzales (2020) – pensando a realidade brasileira – sobre as mulheres negras que haviam sido sequestradas no território africano para serem escravizadas em diferentes partes do mundo.

Aqui não pretendemos analisar o fato de as mulheres negras escravizadas serem compreendidas como unidade de trabalho (Davis, 2016), mesmo compreendendo a urgência desse debate e reivindicando que elas não estiveram presentes nas colunas apresentadas até o presente momento, fosse como escritoras, fosse como tema de notícia, mas sim aquilo que estava em debate nas páginas dos jornais. Dessa maneira, nossas análises, pelo menos nesse momento, não vislumbram tratar dessas questões tampouco elucidar aspectos que diferenciassem as mulheres trabalhadoras negras das mulheres trabalhadoras brancas, mas pensar aquilo que vinha sendo apresentado por elas ou sobre elas nas páginas da imprensa[105].

Ao analisarmos os assuntos desenvolvidos nas páginas dos impressos, que abordavam as questões relacionadas aos direitos das mulheres, foi possível perceber que elas eram apresentadas de maneira diversa – como trabalhadoras, donas de casa, detentoras de "vida fácil" – porém, essa multiplicidade não contemplava aspectos relacionados às problemáticas vividas pelas mulheres negras. Esse fato nos chama atenção, reitera que nem todas as mulheres eram

[105] Ao longo da pesquisa analisamos impressos publicados ao longo de pouco mais de três décadas de impressos que circulavam pela cidade do Rio de Janeiro.

compreendidas como tal e reafirma aquilo que bell hooks (2019, p. 17) salienta ao afirmar que "a socialização racista e sexista nos condicionou a desvalorizar nossa condição de mulher e a considerar raça como o único rótulo relevante de identificação".

Sendo assim, fica evidente que a pauta e as problemáticas da população negra, especialmente, das mulheres negras, portanto, suas urgências e as soluções propostas por e para mulheres diziam respeito a uma noção do *existir mulher* generalista e não abarcava aquilo que pululava a antiga Capital Federal com relação a população negra que habitava na cidade do Rio de Janeiro. Por isso, é fundamental abrirmos um parêntese e refletirmos sobre o fato de as mulheres serem analisadas a partir de uma perspectiva pouco racializada, mesmo quando em um período anterior a Proclamação da República, entre os anos de 1871 e 1881, tenha havido uma intensificação de ações na causa abolicionista, contando com a abertura de jornais, agremiações e associações (Lopes, 2022).

Por isso, quando falamos das representações acerca das mulheres, dos feminismos e daquilo que vinha sendo proposto como caminho e motivo de luta para elas, estamos falando de personagens que eram caracterizadas sem considerar sua cor – mesmo quando implicitamente, considerando os debates em torno do branqueamento da sociedade estava em disputa e, por isso, aquelas personagens poderiam ser caracterizadas como pessoas brancas – levando em conta somente seu lugar enquanto mulher trabalhadora. Essa ausência também sinaliza que os debates, de alguma maneira, eram restritos e desiguais e que as soluções propostas – ou não – para as urgências das trabalhadoras compunham um ideário pautado em problemáticas relacionadas ao lema "salário igual, trabalho igual", a paridade nas relações, compreendendo as disparidades imbricadas naquilo que consistia em *ser mulher* e em *ser homem* naquele momento, mas que nem sempre estava preocupada em resolver os problemas de todas as mulheres.

Isso fica explicito, por exemplo, na coluna *As mulheres trabalhadoras na América*[106] que elaborava um breve panorama daquilo que estava acontecendo nos Estados Unidos da América, mais especificamente na cena laboral das mulheres daquele país. A publicação foi elaborada a partir do quarto relatório do comissário do trabalho do país e afirmava que em

> [...]*Buffalo* [era] *um paraiso de boas casas e de vida facil, com trabalho feito em casa – por pouco dinheiro, é verdade; mas isso pouco importa porque as raparigas são sustentadas pelos seus abastados paes*.
> [Já]*Em Charlestown, assim como em muitas cidades do Sul, era, até ha pouco, uma lei social geral que a* ***mulher branca não trabalhasse***.

[106] *Gazeta da Tarde*, 11/12/1889, anno. X, n. 336, p. 2.

A partir da notícia fica evidente que embora as mulheres brancas tivessem a possibilidade trabalhar isso não acontecia, ao contrário disso, o fato delas não trabalharem era aceito, inclusive, como algo institucional, apesar de não constar nas linhas da legislação da Américas.

Considerando tal assertiva e aquilo que vinha circulando nas páginas da imprensa daquele período na cidade do Rio de Janeiro, precisamos destacar que no período em que a coluna foi publicada, a noção de trabalho livre, como algo possível para toda a população que residisse em terras brasileiras, havia completado pouco mais de um ano, mas esse fato não fez com que as colunas que circulavam pela imprensa da cidade durante a década de 1880, cujas temáticas tratavam das mulheres trabalhadoras de maneira diversa, se apresentavam de forma pouco expressiva[107] e, no caso das mulheres negras, essa temática era ainda mais escassa.

Assim, as soluções propostas ao longo das colunas escritas por ou para mulheres se preocupava em apresentar propostas, resoluções, discussões e debates acerca de uma mulher universal – se é que é possível realizar tal afirmação – com origem de classe nem sempre pautada pelo trabalho, como aquelas lavadeiras, mães de família que trouxemos à baila anteriormente, elas se apresentavam sem cor explícita, desse modo, essas soluções estavam pautadas numa certa impessoalidade.

Além da lacuna com relação as problemáticas notadamente vinculadas às mulheres trabalhadoras negras, precisamos sinalizar que não foi só a ausência dos debates em torno delas que nos chamou a atenção. Se por um lado as mulheres estavam propondo soluções para suas demandas, ainda que sem citar todas aquelas que labutavam, por outro, elas também estavam enfrentando críticas pautadas nos ideais valorizados pelas figuras masculinas e, por vezes, se deparavam com a sarcasmo vexatório circulando nas páginas da imprensa, conforme fica evidente na imagem abaixo.

[107] Conforme destacamos anteriormente, nossa palavra de busca no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira para a realização da presente pesquisa foi “mulheres trabalhadoras” e entre as décadas de 1880 e 1889, foram registradas 125 ocorrências, dentre as quais apenas 4 delas compunham um cenário pertinente para analisarmos as indagações para desenvolvimento do estudo.

Figura 3**:** Selecção

Fonte: *O Paiz*, Actualidades – Selecção, 23/05/1910, p.1.

A charge e o texto localizado abaixo da imagem, que trazia a seguinte mensagem:

> *-O' doce povoadora dos meus sonhos!.. Sim, madama, amo-a! Amo-a porque a senhora é a esposa idéal, - a mulher capaz de se entender, sozinha, com o senhorio, com o vendeiro, o açougueiro, emfim com todos os <luctadores>, mais ou menos romanos, que no fim de cada mez vêm desafiar-me á minha propria casa!..*

Como é possível perceber, a esposa é ilustrada como uma figura doce, provedora dos sonhos do homem, uma esposa ideal, responsável por dar conta de problemas que compunham um lar sustentado por um homem, mas gerenciado por uma mulher. Essa figura não era uma figura qualquer, ela era uma figura cheia de dotes para dar conta, sozinha, capaz de resolver problemas com vendeiros, açougueiros e tantos outros "lutadores" que perturbassem ao marido.

Porém, a representação daquela mulher, aquela que resolvia o problema do marido não era de uma figura feminina, pura, recatada, devota de um ideário de feminilidade difundido a época, ela trazia traços masculinizados, era mais alta que o próprio marido, sugerindo que mulheres com tamanhas atitudes poderiam diminuir seus companheiros. Esse fato evidencia, mais uma vez, que as mulheres que se colocassem de maneira efetiva nos debates, nas resoluções de problemas domésticos e externos ao lar, propondo soluções para suas próprias vidas, era encarada como algo negativo e problemático.

Ainda podemos ir além no que diz respeito àquilo que estava sendo apresentado nas entrelinhas da imagem, que foi publicada poucos dias após a publicação da figura 2, discutida

no tópico anterior desse capítulo, que fazia menção ao furor das mulheres feministas, justamente n*O Paiz*. Naquela conjuntura, diferente da que estava em disputa quando a coluna sobre as mulheres trabalhadoras da América foi publicada, as narrativas em torno do papel das mulheres na sociedade estavam ainda mais imbuídas de críticas aos feminismos, aquilo que era coisa de homem e aquilo que era coisa de mulher, enfim, os debates propostos sobre os direitos e as atividades femininas estavam cada vez mais em voga.

Na mesma data da publicação da imagem apresentada acima, *O Paiz* veiculou a coluna *O feminismo no Brazil – A conquista das profissões liberaes*, conforme adiantamos anteriormente, quando citamos a relação da médica Maria Generoso Estrella com as páginas iniciais do feminismo, que além da trajetória da médica também ponderou a existência de dois tipos de feminismo, um que vislumbrava conquistar profissões pela inteligência e pelo trabalho e um outro que era político eleitoral e que aproximava, mais uma vez, aquelas que tivessem qualquer tipo de mudança que não dialogassem com aquilo que fosse aceito pelos homens.

Porém, não foi apenas naquela edição que o jornal se preocupou com aquilo que estava em disputa e que estava sendo reivindicado por elas como solução para as suas demandas, especialmente, daquelas que compunham a cena laboral da cidade. Na edição d*O Paiz* publicado em 29 de setembro de 1919, o jornal apresentou a coluna *Palestra Feminina – o trabalho da mulher* assinada por Chrysanthème, pseudônimo de Cecília Moncorvo Bandeira de Mello Rebello de Vasconcelos[108] cuja temática alertava para o fato de o trabalho feminino ser algo consolidado, mas seu resultado prático despertava dúvida, ironia, exploração e isso fazia com que a desconfiança pairasse em torno da figura das mulheres trabalhadoras.

De acordo com o texto, enquanto na Europa as mulheres já trabalhavam bem ou melhor do que os homens, com energia e com coragem, aqui os homens ainda duvidavam da inteligência e do valor das mulheres e isso resvalava no salário que ambos recebiam para desenvolver a mesma função. Chrysanthème, ao discorrer sobre a questão salarial e as desigualdades que permeavam as trabalhadoras de algumas casas comerciais, afirmou que alguns estabelecimentos substituíam dois trabalhadores, que recebiam cada um 300$, por uma única funcionária, que se tornaria responsável pela realização de todo serviço anteriormente realizado por um maior número de funcionários.

---

[108] Cecília era filha da já apresentada Emília Moncorvo Bandeira de Mello e, além do pseudônimo apresentado nas páginas d*O Paiz*, também se apresentava como Madame Chrysanthème, ambos inspirados no romance homônimo do francês Pierre Loti. Sobre suas atividades no campo da literatura e sua atuação na imprensa, Fortes Maia (2020) afirma que a escritora poderia ser considerada como uma figura ambígua, pois, enquanto jornalista, era muito crítica ao movimento feminista brasileiro, mas como ficcionista ridicularizava as figuras masculinas e afasta suas personagens femininas do ideário sentimental em voga da época.

Embora a coluna escrita por Cecília Moncorvo Bandeira de Mello destacasse a problemática das desigualdades entre trabalhadoras e trabalhadores, advogasse em favor dos direitos femininos, a autora tinha uma opinião controversa sobre quem seria a leitora alvo daquele texto. Ela afirmava que a publicação não era direcionada para mulheres que se dedicassem à *sedução dos homens*, mas sim *ás verdadeiras trabalhadoras, ás professoras, ás costureiras, ás dactylographas, á todas aquellas, enfim, que pálidas, cansadas, esgotadas, encaram o fim do dia como uma hora de libertação*. Ainda nesse sentido, ela afirmava que *o orgulho da mulher não consistir*[ia] *nunca em tornar-se a bonequinha exhibida de um realejo da sociedade, mas, sim, em produzir, em ser util, em ter, enfim, uma vida pessoal e inteligente.*

O que observamos é que mesmo aquelas que estavam preocupadas com os direitos e a igualdade entre a classe trabalhadora não vislumbravam reivindicar, proteger e colaborar para que todas as mulheres tivessem acesso a melhores condições de vida e isso não era uma novidade para as trabalhadoras. Alguns anos antes da publicação, mais precisamente, em 1905, o *Correio da Manhã*[109] publicou uma coluna tratando do Congresso Regional Operário que trazia aspectos relacionados as demandas das trabalhadoras e salientava que a principal causa da exploração exercida sobre as mulheres se dava em virtude da falta de coesão e solidariedade entre elas e que por isso era urgente a organização sindical feminina, pois, tal movimentação havia apresentado bons resultados entre os homens.

Embora as colunas tragam problemáticas parecidas, que dizem respeito a exploração das trabalhadoras, elas nos possibilitam refletir sobre outro aspecto, nesse caso uma das principais propostas para combater as disparidades vividas pelas mulheres, a formação intelectual através da instrução e essa pauta veio à tona novamente através das páginas do jornal *O Paiz* ao longo da coluna *O Feminismo*[110]. A temática do texto girava em torno do fato de que naquele momento a sociedade vinha enfrentando um grave período de remodelação de costumes e transfigurações das atividades civilizadoras.

De acordo com aquela publicação o magistério primário e a aptidão da mulher para essa função como algo maternal, mesmo quando as mulheres se distanciaram das escolas primárias para ingressarem na Escola Normal e isso demonstrava, em primeiro lugar, o fato de o magistério ser algo inerente as figuras femininas e, em seguida, o fato dessa performance ser fundamental para aquilo que estava em voga e em disputa pelo que a própria coluna sinaliza como bom e mal feminismo.

---

[109] *Correio da Manhã*, 20/04/1905, anno: VI, n. 1743, p. 2.
[110] *O Paiz*, 03/04/1909, anno: XXV, n. 8947, p. 1.

Essa pauta era recorrente e não era relacionada apenas o que dizia respeito ao ideal feminista, ela também estava relacionada aos estabelecimentos de ensino, como foi o caso da coluna publicada pelo *Correio da Manhã*[111] que tratava da visita do general Francisco Glycerio ao Lyceu de Artes e Ofícios na qual o militar afirmava que a mulher educada seria a responsável por reformar a sociedade. Assim, mais uma vez, a formação intelectual, moral e a ação civilizatória se apresentam como o caminho para a formação de uma mulher educada, apta para educar tanto a nação quanto a ela mesma, para poder ser inserida de maneira consciente nos debates sociais e econômicas no *mundo do trabalho*.

A partir dessa análise podemos dialogar com as reflexões de Luciano Mendes de Faria Filho, Marcus Aurélio Taborda de Oliveira e Liane Maria Bertucci (2010) quando os autores, a partir das reflexões propostas por Edward P. Thompson, salientam que os sujeitos se formam e se educam de diferentes maneiras e essa formação pode ser construída no seio familiar, em comunidade, e que nesses espaços os trabalhadores, de alguma maneira, se reconhecem como um coletivo e se aproximam por possuírem interesses comuns, próprios daquela classe. Desse modo, os autores reiteram as ideias de que a formação não se encontra circunscrita somente ao ambiente escolar, ela é difusa e está acontecendo no cotidiano de homens e mulheres de maneira diversa e que isto também reafirma a necessidade e importância dada para a escolarização e a noção de cultura escolar como pilares a serem alcançados ainda que fora das instituições de ensino.

A partir das colunas apresentadas até o presente momento e de nossas análises retomaremos alguns pontos com os quais nos deparamos ao longo deste capítulo. Conforme observamos, a construção da História das Mulheres se desenvolveu de maneira ativa, pautada em debates profícuos no campo dos mundos do trabalho, que nos permitem inferir que as páginas do movimento feminista foram escritas de maneira viva, a partir de debates que consideram a instrução como o principal caminho para a conquista de direitos e transformações políticas e sociais. Desse modo, a educação se apresentou como terreno de disputas de um ideal de feminilidade tanto para aquelas que apoiavam o feminismo como para aquelas que vislumbravam ser uma exímia filha, esposa e mãe.

Essas mulheres, que vislumbravam ocupar o lugar de mulheres-mães, conforme sugere Rago (1985), eram responsáveis pela saúde da prole e dos maridos, pela felicidade da família, pelo cuidado com o lar, logo, essas donas de casa se apresentavam como formadoras daqueles que iriam compor a nova força de trabalho do país e por isso, conforme foi possível perceber

---

[111] *Correio da Manhã*, anno: VII, n. 3099, p. 9.

ao longo das colunas apresentadas, elas deveriam ser bem educadas. Já para as trabalhadoras, a educação seria responsável pelo fim da exploração física e econômica, ela seria o caminho palatável para afastá-las da inabilidade intelectual para reivindicação de direitos.

Porém, para além daquelas que fossem tidas como boas mães ou trabalhadoras, precisamos refletir sobre aquelas que não compunham nem o primeiro e nem o segundo grupo, aquelas que não são apresentadas ao longo dos textos com os quais tivemos contato até agora, aquelas que habitavam na sombra das mulheres que figuravam, para o bem ou para o mal, as páginas da imprensa. Será que existiam outras figuras a serem (re)conhecidas por nós? Será que é possível reconstituir, ainda que de maneira preliminar, o percurso dessas mulheres pelas associações de classe? Será que é possível perquirir a trajetória de lideranças femininas em determinadas categorias? Será que essas mulheres discorriam ou atuavam de maneira efetiva sobre e no campo da educação?

Como vocês podem ver, temos muitas indagações. Elas são complexas, amplas e nos guiam para caminhos difíceis que envolvem debates sobre fontes, a presença e, principalmente, a ausência de figuras femininas nesses impressos que, mais uma vez, reforçam a ideia de que embora as mulheres fizessem da imprensa de grande circulação um espaço fundamental para a difusão de ideias, debates políticos, como um campo de trabalho também observamos que esse espaço não estava livre de disputas e que as mulheres eram alvo de sarcasmo, crítica e as noções de feminilidade, na maioria das vezes, eram construídas a partir das urgências masculinas.

Por isso, no capítulo a seguir, caminharemos em direção a personagens pouco conhecidas, mulheres que atuaram nos meandros das páginas do mundo do trabalho, que costurarão nossas reflexões sobre a presença feminina no movimento de trabalhadores e, principalmente, a ação delas em diferentes âmbitos para a conquista de direitos.

- CAPÍTULO 3 -

E não somos nós, mulheres, representantes e parte da classe trabalhadora?

> [...] Quando o movimento de mulheres estava no ápice e mulheres brancas rejeitavam o papel de reprodutora, de responsável por carregar os fardos e de objeto sexual, mulheres negras eram parabenizadas por sua especial dedicação à tarefa de ser mãe, por sua habilidade "nata" de carregar fardos pesadíssimos e por sua disponibilidade cada vez maior como objeto sexual (hooks, 2019, p. 26 e 27).

A partir da assertiva de hooks (2019), começaremos o último capítulo desta tese, que tem como objetivo investigar, através das páginas da imprensa, aquilo que estava em disputa por parte das mulheres trabalhadoras, compreendendo a importância dessa para a formação intelectual de suas leitoras e leitores que labutassem ao longo da última década do século XIX e as primeiras décadas do XX.

Naquela conjuntura, em que a circulação de saberes e práticas sociais estava balizada em ideais patriotas, tanto no campo político quanto educacional, e aspectos como o nacionalismo e a consolidação de marcos cívicos se apresentavam como elementos primazes para a consolidação de princípios republicanos (Silva, 2020), as mulheres também se apresentaram como algumas das porta-vozes daquilo que estivera em voga nos anos que sucederam a Proclamação da República.

A formação de uma memória republicana vislumbrava um possível apagamento daquilo que havia sido realizado nos tempos do Império e essa construção também perpassou pelas mãos das mulheres, especialmente, aquelas que tivessem a voz respeitada na cena pública da cidade, como foi o caso da já apresentada e reconhecida autora, Júlia Lopes de Almeida. Embora ela já tenha sido citada no capítulo anterior, vamos trazê-la novamente à baila, desta vez para desenrolarmos o novelo que permeou a tentativa de [re]construir a trajetória de outras personagens que compuseram as páginas da imprensa feminina.

Márcia Cabral da Silva (2019), ao examinar a obra de Júlia Lopes de Almeida, intitulada *Historias de Nossa Terra*, reitera o destaque da escritora nas páginas da historiografia da imprensa e, além disso, reafirma sua diversificada atuação na cultura letrada, principalmente nas primeiras décadas da República, fato que reitera o investimento feito por ela em educação através da letras.

Por meio dessa análise, podemos refletir que as mulheres vinham compondo um cenário de formação de ideias, fosse no campo das letras, fosse a partir das urgências republicanas, dentre as quais estavam a urgência por instrução, a necessidade da organização de trabalhadoras

e trabalhadores e as transformações políticas já apresentadas anteriormente. Desse modo, no presente capítulo, nos interessa compreender a participação de algumas mulheres nas páginas das associações de classe, reivindicando direitos no seio das organizações, investindo, assim como Júlia Lopes de Almeida, investindo na formação intelectual através das letras.

Cabe destacar, primeiramente, que não nos interessa aqui reconstituir a trajetória das mulheres com a qual nos defrontamos ao longo de nossa pesquisa, pois, perquirir a vida dessas personagens se torna uma missão difícil, tendo em vista a escassez de registro da história de personagens comuns ou até mesmo incomuns, como é o caso da professora, líder e presidente de partido operário, Elisa Scheid.

Ela é uma figura conhecida, reconhecida pela autora deste trabalho e, no mínimo, instigante. Elisa Scheid ainda é uma personagem a ser descoberta por nós, pesquisadoras e pesquisadores do campo da História da Educação, inclusive, pela dita bibliografia clássica que investiga a classe trabalhadora. Claudio Batalha (2009), por meio das páginas do seu fundamental *Dicionário do Movimento Operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações* é um exemplo a ser citado quando falamos sobre a docente.

Nas páginas da obra, conforme o nome pode sugerir, foram apresentados muitos dos personagens responsáveis pela organização do movimento operário e das associações de trabalhadores e trabalhadoras localizadas tanto na região central quanto nos subúrbios da cidade do Rio de Janeiro, porém, as informações sobre Elisa Scheid não expressam a importância dela para os *mundos do trabalho*. De acordo com Batalha e Fraccaro (2009), a professora, cujo ofício não é referenciado no verbete, era operária, socialista, filha de Henrique Scheid, engenheiro da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB), sócia da *União Operária do Engenho de Dentro* (UOED), atuou como relatora da comissão de redação e instrução da organização tendo sido editora do jornal *A União Operária*, em 1904, além de fundar, no ano seguinte, o *Partido Operário Independente* do qual também foi presidente.

O texto não evidencia, por exemplo, o papel de Elisa Scheid nas páginas da imprensa, sua presença recorrente, principalmente, quando o assunto era o operariado da região do Engenho de Dentro e a importância da formação intelectual para os trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil. Suas reflexões e ações em prol da instrução do operariado suburbano podem ser comprovadas não somente através dos jornais, como a partir da sua atuação na Escola Elisa Scheid, que funcionava na sede da UOED e atendia os filhos dos associados e os operários daquela localidade, desse modo, pensando naquilo que Batalha (2009) traz à tona nas páginas do seu dicionário podemos contrapor, por exemplo, o destaque dado ao companheiro de organização da professora, Antônio Augusto Pinto Machado.

De acordo com o verbete, Pinto Machado, além de operário tecelão e gráfico, era repórter e jornalista, tinha participado da organização do 1º Congresso Operário Brasileiro, no ano de 1906, como representante do Centro Artístico Cearense; o texto também apresenta alguns fatos que compuseram sua trajetória na cena política, logo, esmiuçam, de maneira mais expressiva, parte da trajetória do companheiro de Elisa Scheid na UOED. Sabemos que a obra não pretende perquirir o percurso de vida de cada um dos personagens apresentados, tampouco se dedicar de maneira exclusivista aos trabalhadores daquela associação suburbana, mas fica evidente o "desequilíbrio" entre as informações referentes aos personagens da mesma associação e isso não foi uma exclusividade da docente, isso também aconteceu com outra integrante da *União Operária*.

No caso de Appolonia Theresa Leite da Silva, que é apresentada por Batalha (2009) como a única mulher a compor a diretoria da UOED, mesmo quando o mesmo autor destaca que Elisa Scheid também ocupou o cargo de direção da associação, fica evidente que, além de informações desencontradas, o autor também não explicita muito bem qual seria sua função naquela associação. Assim, é possível perceber que faltam informações a respeito da professora e líder do operariado suburbano e que o dicionário não apresenta um dado importante sobre a outra personagem da UOED, ela era bibliotecária da instituição (Gomes, 2019).

A partir dessas análises, é possível afirmar que, diferente de Pinto Machado, que foi apresentado como uma figura relevante para o movimento operário através do seu papel como dirigente e figura pública entre o operariado, Elisa Scheid é apresentada como filha de um engenheiro da EFCB, ou seja, sua própria história não bastava para que ela se tornasse uma figura importante para refletirmos sobre os debates que estavam acontecendo em torno da luta pelos dos direitos dos trabalhadores; enquanto Appolonia é apresentada como uma figura a ser notada, por ser a única diretora de uma organização, mesmo quando ela dividia espaço com outras mulheres.

Nessa perspectiva, tanto Elisa quanto Appolonia são exemplos daquilo que falamos anteriormente e que retomaremos neste capítulo, dessa vez, a partir de personagens com as quais nos deparamos ao longo de nossas pesquisas, que são pouco conhecidas, mas que compuseram as páginas do dito *movimento operário carioca*. Porém, antes de seguirmos em direção a essas mulheres, apresentaremos, de maneira breve, a trajetória da nossa já conhecida professora, líder operária, aquela que, de acordo como o Jornal do Brasil, seria a *Cleopatra do operariado brasileiro*[112].

[112] *Jornal do Brasil*, 15 de janeiro de 1908.

Elisa Scheid é uma figura, no mínimo, instigante e, por isso, foi a responsável por nos desafiar a conhecer ou pelo menos tentar esmiuçar aquilo que as mulheres vinham debatendo e pleiteando no mundo do trabalho. *A priori*, a intensão era perquirir sua trajetória, seus laços familiares, conhecer sua rede de sociabilidade, compreendendo-a como uma mulher de seu tempo que, ainda que advogasse em prol dos trabalhadores dos subúrbios, não propunha nenhuma ideia direta com relação ao voto feminino, que não falava de maneira direta sobre o feminismo – que, conforme apontamos, já estava sendo difundido de maneira expressiva naquele momento –, mas já presidia um partido político.

Nesse contexto, a intensão era tentar compreender, por exemplo, os motivos que fizeram o pai de Elisa ser homenageado, dando nome a uma rua localizada justamente no bairro do Engenho de Dentro, onde sua filha atuou como docente, onde reivindicou a criação de uma creche para receber os filhos das trabalhadoras que precisassem trabalhar, que também anunciou a abertura de um asilo voltado para os cuidados dos operários mutilados da EFCB, sem falar na trajetória substanciosa nas páginas do magistério carioca, cujas primeiras aparições aconteceram ainda em 1899, quando a professora recebeu a concessão de uma subvenção para uma escola situada em Cascadura, localidade que também ficava na freguesia de Inhaúma, assim como o logradouro da União Operária do Engenho de Dentro (Gomes, 2019).

Algum tempo depois, já nos primeiros anos do século XX, ela passa a ser uma figura recorrente no magistério municipal, se tornando professora, no ano de 1902, no mesmo distrito em que havia solicitado a subvenção para a abertura de uma escola. Em 1903, Elisa esteve à frente de um outro estabelecimento municipal de ensino dedicado, exclusivamente, ao sexo feminino; entre os anos de 1910 e 1911, lecionou em outra unidade de ensino, a Collina de Aguiar, localizada na região central da cidade do Rio de Janeiro; já nos anos seguintes, a líder operária voltou a ocupar o cargo de professora elementar, onde se manteve até o ano de 1916, já no ano de 1922, atuou como docente de uma escola masculina, onde permaneceu, ao que parece, até o ano de 1927.

Como podemos perceber, a carreira de Elisa no magistério teve uma ascensão expressiva, ela chegou ao cargo de professora catedrática, ainda na década de 1920, atuou de maneira significativa na imprensa voltada para trabalhadoras e nas folhas de grande circulação, mas ainda é uma personagem que exige certo esforço para ser investigada em virtude da dificuldade de percorrer seus passos através do periodismo e das fontes disponíveis para consulta. Mas essas impossibilidades nos permitiram conhecer outras personagens e *desbravar* outras trajetórias que, apesar de nos mostrarem problemas, ou melhor, nos despertarem outras

problemáticas, talvez pelo fato de estarem alocadas no *campo das ausências*, nos permitiram pensar sobre os espaços ocupados por outras mulheres.

Nas páginas a seguir, refletiremos sobre a presença e as ausências de algumas figuras femininas que circundaram Elisa Scheid, Appolonia, a União Operária do Engenho de Dentro e outros tantos espaços pouco reconhecidos e desbravados por nós, pesquisadoras e pesquisadores dos *mundos do trabalho* e da educação. Para tanto, perquiriremos as ocorrências localizadas ao longo das páginas da imprensa de grande circulação acerca de Albina Quitéria Ribeiro y Gil, Belmira de Campos, Julieta Rodrigues de Almeida e Silva, Maria de Oliveira Pinto Machado, Leonidia Barros, Constança Gutierres dos Santos e Maria do Amparo Esteves.

3.1. Um Rio de mulheres: aquilo que *corria* pelas margens

> Vidas distintas mas que transcorreram num campo comum. Os azares da peste, os sofrimentos da enfermidade e a morte prematura de parentes – tudo isso afetou o destino de Gliklb bas Judah Leib, Marie Guyart de l'Incarnation e Marie Sibylla Merian. As três conheceram a efervescência das vozes urbanas e da palavra impressa (DAVIS, 1997, p. 189).

Conforme aponta a passagem acima, a obra *Nas Margens: três mulheres do século XVII*, de Natalie Zemon Davis (1997), investigou a experiência de três personagens distintas – uma judia negociante, a Glikl bas Judah Leib, uma mística que parte em direção ao Canadá, a Marie de l'Incarnation, e uma pintora e entologista que sai de Frankfurt em direção à América do Sul, Marie Sibylla Merian – que são excelentes exemplos daquilo que compreende o ofício do historiador: o uso da micro-história e da construção de narrativas através de trajetórias de personagens que a *história*, durante algum tempo, *não contou*.

Ao realizar essa *costura*, a autora reitera a potencialidade de que a história de pessoas comuns seja um caminho profícuo para analisarmos aquilo que está acontecendo em uma escala macro que, no caso da pesquisa de Davis (1997), permitiu que a autora investigasse as conexões, imaginárias ou reais, das três personagens com povos não europeus e, além disso, reiterasse a ideia de que cada uma dessas mulheres, a partir de suas virtudes, iniciativas e falhas, experienciavam a Europa no decorrer do século XVII. Dessa maneira, ainda que a obra não se aproxime das pesquisas em torno das mulheres trabalhadoras da cidade do Rio de Janeiro, no período contemplado por esta pesquisa, ela nos auxilia no que diz respeito aos caminhos percorridos para investigar a presença e a experiência femininas na classe trabalhadora, não somente a partir de seus ofícios, como também nos meandros das associações de classe.

Nos interessa analisar aquilo que estava em disputa, de maneira ampla, por parte das mulheres trabalhadoras, considerando aquelas que estivessem atuando de forma direta no dito

movimento operário, a partir de diferentes ofícios, especialmente, aqueles que estivessem relacionados à formação intelectual dos sujeitos. Por esses motivos, aqui compreendemos as trabalhadoras de forma abrangente, a partir de ofícios diversos e, principalmente, considerando aquelas que atuassem enquanto *operárias do pensamento*.

Desse modo, aqui coadunamos com a assertiva proposta por Ciavatta (2012), compreendendo que o conceito *mundo do trabalho* incorpora atividades materiais e produtivas além de todos os demais processos de criação cultural que se estabelecem em torno da reprodução da vida. Assim, nosso interesse é, conforme propõe a autora, lançar mão de um universo complexo e que ultrapassa os limites aparentes, como ofícios, produtos oriundos do trabalho, atividades laborais, e que, infelizmente, exclui a complexidade das relações sociais que estão imbricadas nessas ações.

Mulheres, professoras, bibliotecárias, operárias, todas trabalhadoras. Ainda que possamos compreendê-las "apenas" como intelectuais, tais ofícios também compunham a cena daquelas que labutavam e, mais do que isso, elas foram personagens importantes, inclusive, para a organização e para a luta em prol da emancipação feminina. Nesse sentido, a pesquisa de Marcelo Gomes da Silva (2018) se torna primaz para aprofundarmos nossas análises acerca da importância e da participação dessas figuras no movimento de trabalhadoras e trabalhadores da cidade.

O autor (2018), a fim de analisar o quanto as associações femininas atuaram em prol da elevação moral e intelectual de suas associadas, esmiuça aquilo que compunha a construção de uma identidade docente, da feitura da profissão, principalmente, a partir do século XX, quando este universo passa a ser dominado por mulheres, com o intuito de refletir sobre aquilo que estava em debate por parte das profissionais de ensino em diferentes âmbitos e, mais do que isso, reitera a ideia de que as páginas da imprensa eram espaço fundamental para os debates acerca das demandas da classe trabalhadora.

De acordo com perspectivas trazidas por Silva (2018), a professora Áurea Correa Martinez escreveu um artigo contestando um projeto, lançado no ano de 1913 pelo Conselho Municipal, que vislumbrava taxar os vencimentos das professoras em relação aos recebimentos dos professores. A coluna apontava aquilo que já debatemos no capítulo anterior, o fato de parte das mulheres desejarem se afastar da ideia de dependência das figuras masculinas, fossem pais, irmãos, maridos e filhos, reivindicando salário igual para todos aqueles desempenhassem a mesma função, vislumbrando sua própria emancipação.

A docente também destaca que as mulheres já haviam dado provas suficientes de que tinham as mesmas responsabilidades que os homens, além de possuírem competências

pedagógicas incontestáveis no campo do magistério. Ao analisarmos tal assertiva, podemos afirmar que isso evidencia, mais uma vez, o fato de as mulheres estarem reivindicando não somente melhores condições salariais, mas também estarem reafirmando o seu direito ao trabalho.

Essa discussão não era exclusiva do meio professoral. Na coluna publicada no *Jornal das Moças*[113], no ano de 1916, o texto destacava que havia passado o tempo em que se

> *educava a mulher para a ociosidade e para o simples agrado dos homens*
> *[...]*
> *em todas as profissões que enobrecem o esforço humano, na literatura, na industria, no comercio e, em muitos paizes, na propria politica, o <<eterno feminino>> não é mais o simples motivo inspirador de endeixas aos poetas lyricos. E' a metade da humanidade, mais do que tudo isso laboriosa, duplamente engrandecida pelo amor e pelo trabalho.*

A partir da coluna, fica evidente que a formação da mulher para a vida pública, principalmente para a vida laboriosa, era um dos caminhos para elas alcançarem aquilo que algumas delas diziam faltar entre os homens após a Proclamação da República.

Nesse sentido, a coluna *O Partido Feminino*[114] afirmava que não tinham surgido os desejados homens a partir do advento republicano. De acordo com o texto, os homens que faltavam no Brasil poderiam ser:

> *eficaz*[es] *e bravamente substituidos por mulheres decididas e patriotas – patriotas no sentido real da palavra – que se propõem a resolver senão o problema inteiro do deficit, pelo menos uma parte consideravel do mesmo.* ***Não temos homens. Temos, em compensação, mulheres****.*

Compreendendo o posicionamento da coluna, precisamos esmiuçar de maneira um pouco mais explícita aquilo que compunha as bandeiras de luta do Partido Republicano Feminino (PRF) que, inclusive, já foi visto nas páginas dessa pesquisa. Conforme destacamos anteriormente, a organização foi fundada no ano de 1910 e tinha como uma de suas principais representantes a professora Leolinda Daltro que, inclusive, atuou como presidente da mesma entidade.

Retomaremos, portanto, algumas análises acerca da sua formação, para investigarmos, através *das margens*, o contexto no qual nossas personagens estavam inseridas. Fundado na então Capital Federal, o PRF, era composto por professoras, escritoras e donas de casa que vislumbravam reivindicar a participação feminina na sociedade política e promover a cooperação entre as mulheres em defesa das causas relacionadas ao progresso, a cidadania, o sufrágio feminino e a incorporação das mulheres no espaço público (Melo; Marques, 2008).

---

[113] *Jornal das Moças*, 01/05/1916, anno. II, n. 48, p. 11.
[114] *Correio da Manhã*, 20/12/1916, anno: XVI, n. 6.509, p. 2.

Dentre os parágrafos que compunham os estatutos, alguns nos chamaram à atenção; dentre eles, o parágrafo segundo que propunha a luta pela emancipação da mulher brasileira, pelo talento e pelo trabalho, logo, ideais de progresso vinculados aos ideais republicanos. Já o parágrafo terceiro salientava que as mulheres que compusessem o quadro de associadas ao partido iriam estudar, resolver e propor medidas relativas ao papel da mulher na sociedade, pleiteando as suas causas e as leis em vigor. Por fim, vamos destacar o parágrafo sétimo, que visava evidenciar a necessidade de se combater toda e qualquer exploração relativa ao sexo, fosse por meio da tribuna, fosse através da imprensa.

A partir desses três parágrafos, podemos perceber aquilo que o Daltro e suas companheiras compreendiam como urgência para as mulheres do seu círculo, primeiramente, a inserção das professoras na cena política ao longo das primeiras décadas do século XX – algo que já vinham disputando no decorrer do século XIX, depois evidenciar quais eram as figuras femininas que ocupavam o papel de destaque na cena política da cidade. Porque, enquanto personagens como a professora Elisa Scheid, que liderava o partido operário suburbano, não recebem destaque nas páginas da história das mulheres na política, o mesmo não acontece com a presidente do PRF.

Essa posição de pouco destaque de personagens como Elisa e Appolonia – seja naquela conjuntura ou nas páginas da bibliografia do *mundo do trabalho*, frente àquelas que estavam ocupando espaços de poder, disputando narrativa, compondo os espaços e as brechas – pode estar relacionada ao posicionamento desse grupo frente às diferentes bandeiras de lutas que estavam sendo reivindicadas em prol da classe trabalhadora.

Na coluna *Pelo Operariado*[115], assinada pelo já conhecido Antônio Augusto Pinto Machado, o tecelão destaca que:

> *as mulheres proletarias, as eternas victimas da organização social, as que produzem as belezas com que as damas da classe média ou alta burguezia se enfeitam, são vilmente exploradas, ridiculamente pagas e miseravelmente tratadas. Para essas infelizes estão voltados os nossos olhos, já habituados a vêl-as nas oficinas como companheiras laboriosas, já conhecendo-as nos seus lares cheios de penuria e dôres, sofridas sem queixumes nem lamurias.*

A partir dessas ponderações, o texto, mesmo tendo sido escrito por um homem – fato que pode ser problematizado, já que não se trata de uma trabalhadora contando sua própria experiência de labuta – apresenta certa disparidade entre aquilo que as participantes do PRF propugnavam e a vivência das mulheres que não pertenciam a esse quadro.

---

[115] *Revista Suburbana*, 15/09/1918, anno: I, n. 2, p. 13.

Esse embate – entre aquilo que as mulheres do PRF e as proletárias, que estavam sendo exploradas, vinham demandando – vai ao encontro à assertiva proposta por Federici (2021, p. 97), quando a autora afirma que a análise da posição social das mulheres, a partir da perspectiva da exploração capitalista, também evidencia uma espécie de continuidade da discriminação de gênero e de cor e falha ao confrontar "as forças sociais antagônicas presentes no caminho da libertação das mulheres". Desse modo, tanto Pinto Machado quanto as companheiras de Daltro – dentre elas, a poeta Gilka Machado[116] – se apresentam em lugares distintos, não apenas naquilo que elas compreendiam enquanto bandeiras de luta como as agruras por elas enfrentadas para aquelas que compreendiam o trabalho como meio de sobrevivência e não somente como algo revolucionário.

Aqui, não compreendemos as mulheres brancas burguesas como inimigas daquelas que compunham outro extrato social, mas precisamos explicitar que as disputas e a construção da narrativa das mulheres que compunham o Partido Republicano Feminino são mais plausíveis e compatíveis com aquilo que se esperava de uma mulher republicana, que deveria ser instruída justamente para promover a *ordem e o progresso,* a fim de se descolar do ideário de atraso vinculado aos tempos do Império.

Desse modo, esse discurso acerca da construção e das necessidades da mulher moderna não era uma exclusividade da cena política e laboriosa, logo, não escapava dos pitacos da imprensa. A coluna publicada na revista feminina *A Faceira*[117], intitulada *As Victorias do feminismo*, assinada pura e simplesmente por Risoleta, afirmava que não havia

> *nada tão humilhante para a mulher moderna do que ser obrigada a viver como fardo, ou sempre as expensas de um homem* [...]. *Ter a mulher um meio de vida, honesto, nobre, digno é uma necessidade,* ***não para fazer disso uma afronta ao sexo forte*** *mas, para cumprir um dever que já deveria ter sido cumprido ha muito tempo e que só agora com a evolução patente de todas as nações, é percebido e remediado.*

Ainda de acordo com a publicação, *para todo e qualquer ramo de actividade é necessario a cultura* e *a inteligência educada* e os homens não ofereciam oposição, quando as mulheres perseguiam e alcançavam tais ideais, inclusive, representavam um apoio valioso àquelas que vislumbrassem se tornar verdadeiras profissionais.

As palavras propostas pela revista expressavam aquilo que estava exposto em seu editorial, promoviam um *culto á mulher*, se dedicavam ao público feminino e com quantidade substanciosa de páginas – que, diferente das demais, contava com um número expressivo de

---

[116] Poeta e romancista, Gilka da Costa de Melo Machado nasceu na cidade no Rio de Janeiro, em 1893, e foi uma das pioneiras no campo da poesia erótica feminina, fato que lhe acarretou forte censura por parte da crítica conservadora.

[117] *A Faceira*, 16/06/1917, anno: V, n. 62, p. 11.

fotografias de mulheres ao longo de suas laudas, além das questões publicizadas pela revista, enunciava discussões, veiculava inúmeras pautas e propagandas – inclusive, das lojas *Parc Royal* – relacionadas ao universo feminino, contando não somente com mulheres, mas também com figuras masculinas, que eram maioria entre o corpo editorial, pelo menos conforme fica expresso no número inaugural do impresso, publicado em abril de 1911. Sendo de propriedade de uma associação, ocupava um imóvel na rua do Ourives, nº.: 50, tinha publicação mensal, custando, o número avulso, 1$500 e, a assinatura anual, 15$000.

Embora a coluna contasse com tantas temáticas, coluna assinada por Risoleta, que foi publicada em diversos números da revista, se preocupava em discutir questões que estavam sendo pautadas pelos movimentos feministas, dentre eles, o voto feminino, o fato de a mulher ter nascido para *o movimento, para o exercicio salutar e intelligente; humana, com um cérebro normal,* [e, ao receber] *uma educação verdadeira poderá delinear com segurança, uma vida digna de ser vivida, sendo, acima de tudo, útil á familia e á pátria*[118].

Em outro número daquela mesma coluna, sua autora não se furta sinalizar que *a elevação moral e intellectual jamais será ridícula; o patriotismo da mulher, sómente póde ser verdadeiro quando ela contribue para a elevação da pátria – elevado-se*[119]. Assim, podemos perceber que os debates em torno da elevação moral, especialmente a partir da formação intelectual, era o pilar de edificação para Risoleta e, possivelmente, de suas companheiras de revista.

Dessa maneira, mediante ao que foi exposto, fica explícito que as mulheres, ao longo da história, não ficaram circunscritas apenas à esfera privada e, mais do que isso, que o debate em torno da atuação e da participação delas – em diferentes espaços e debates mais amplos sobre aquilo que elas reivindicavam para a *vida* delas mesmas, com relação à questão do trabalho e à questão da formação intelectual – é indiscutível.

Fosse pautando formação intelectual, buscando direitos no campo político ou reivindicando condições dignas de trabalho, elas estavam atuando na cena pública da cidade. Sendo assim, a presença feminina nesses espaços também viabilizou a consolidação da ação de algumas categorias, como foi o caso das costureiras, cuja categoria era composta majoritariamente por mulheres.

Nesse tocante, o jornal *A Rua*[120] publicou a coluna *A vida das jovens operarias dos ateliers de modas*, algumas semanas após a realização de uma assembleia em 18 de maio de

---

[118] *A Faceira*, 16/07/1917, anno: 64, nº. avulso para a Capital, p. 12.
[119] *A Faceira*, 16/08/1917, anno: 66, s/nº., p. 18.
[120] *A Rua*, 10/06/1919, anno: VI, n. 156, p. 1.

1919, na sede da União dos Alfaiates, com cerca de 200 costureiras de diferentes gêneros de confecções de roupas, fato esse que, por decisão unânime, resultaria na fundação da União das Costureiras e Classes Anexas.

A publicação, que tratava da condição de trabalho das costureiras dos *ateliers* de moda, magazines e oficinas de costura, destacava aquilo que havia levado aquelas trabalhadoras a criarem a associação. De acordo com a publicação, elas estavam

> *fatigadas, constrangidas, illusoriamente nutridas, nesse trabalho de 7 horas consecutivas consistem uma verdadeira barbaridade, que lhes ataca os organismos em formação, depauperando-as, minando-as, inutilizando-as, antecipadamente para as funções de maternidade. E' um verdadeiro attentado, uma vergonha para a sociedade, que permitte tão torpe exploração [...].*

Além disso, a coluna reafirmava aquilo que havia sido pautado ao longo do discurso proferido por Elisa Gonçalves, uma das fundadoras da associação, conforme veiculou o jornal *A Razão*[121] – justamente no dia seguinte à fundação daquela organização – que reiterava que as trabalhadoras precisavam ser altivas, unidas, fortes e compreender seus direitos e deveres, pois, somente assim, a vitória seria incontestável.

Porém, as demandas requeridas pelas costureiras não estiveram circunscritas apenas às lutas no interior dos ateliês de costura. Em 20 de agosto de 1919, a associação lançou um manifesto, que anunciara a criação de aulas noturnas de corte, costura, bordados e confecção de chapéus para que aquelas que tivessem deixado de receber seus salários em virtude da greve (Campos, 2021) que havia agitado a cidade naquele ano.

Embora as costureiras tenham representado lugar primaz na cena das lutas lideradas por mulheres trabalhadoras – não somente lutando pelo fim da *inominável exploração da parte dos seus patrões*[122], mas também em defesa das crianças que, assim como elas, eram aviltadas dentro das oficinas e, ainda hoje, sejam representadas como as *primeiras operárias do Brasil* [que] *deram início a luta por direitos da mulher*[123] – não serão elas as personagens a serem investigas pelas páginas deste trabalho, embora elas tenham atuado de maneira expressiva ao longo das greves ocorridas ao longo da década de 1910, capitaneando, inclusive, um curso de instrução para todas as operárias femininas "por acreditarem que a emancipação da mulher na sociedade seria proveniente da educação e do fim do analfabetismo" (Fraccaro, 2017, p. 83). Interessa-nos esmiuçar, ou pelo menos tentar, a trajetória e a possível presença de outras personagens no movimento de trabalhadoras e trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro.

---

[121] *A Razão*, 19/05/1919, anno: IV, n. 884, p. 4.
[122] *O Imparcial: diário ilustrado*, 18/05/1919, anno: IX, n. B01218, p. 2.
[123] https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/primeiras-operarias-do-brasil-deram-inicio-a-luta-por-direitos-da-mulher.shtml

Por esse motivo, ao longo de nossas buscas, dentre aquelas figuras femininas que circundavam Elisa Scheid, que compunham o quadro da *União Operária do Engenho de Dentro* e até mesmo aquelas que figuravam nas páginas do *Dicionário do Movimento Operário*, algumas personagens foram despertando o interesse desta pesquisadora, que nasceu em chão suburbano e cresceu cercada de mulheres de luta.

A partir desse cenário, lançamos luz sobre algumas *personas* – conforme trazido no quadro abaixo, que se apresentaram, *a priori*, como possíveis protagonistas para esta pesquisa – a fim de investigar não somente a presença feminina que reivindicava direitos para as mulheres, como também a ausência daquelas que estavam atuando entre a luta e a labuta, colocando mulheres e homens em movimento.

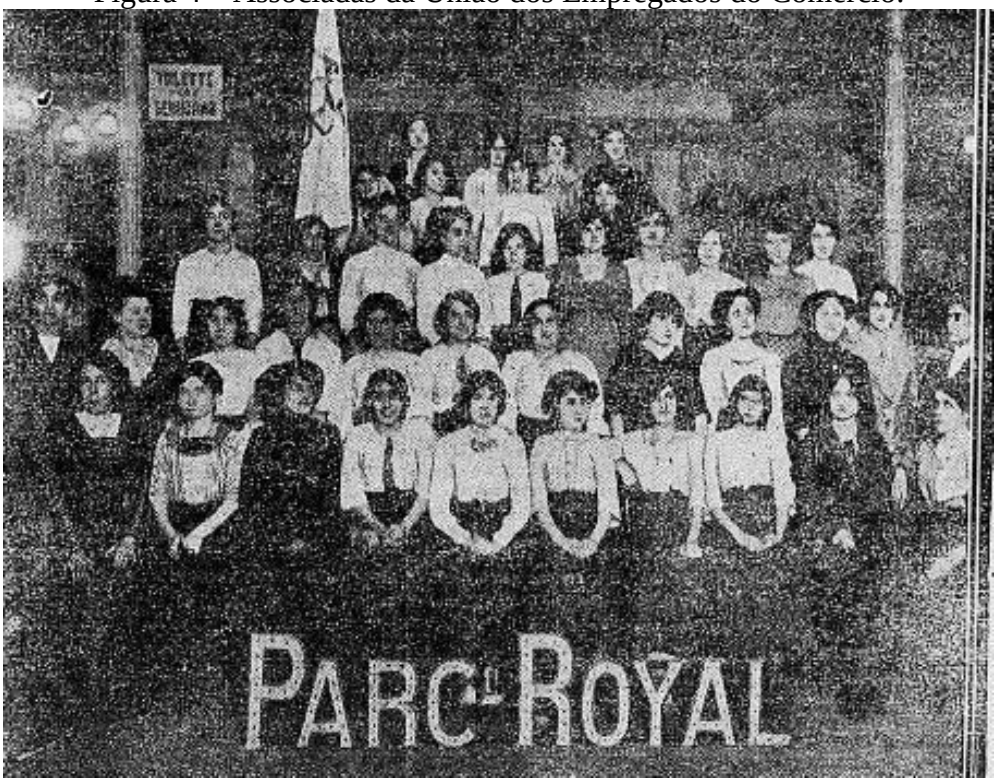
Quadro 3 – Lista nominal de mulheres trabalhadoras que compunham associações de classe

NOME	OFÍCIO	ASSOCIAÇÃO
Albina Quitéria Ribeiro Y Gil	Comissão de contas e bibliotecária da *União Operária do Engenho de Dentro*	União Operária do Engenho de Dentro
Appolonia Thereza Leite da Silva	Doméstica e bibliotecária na *União Operária do Engenho de Dentro*	União Operária do Engenho de Dentro
Belmira de Campos	Diretora, conselheira e procuradora da *União Operária do Engenho de Dentro*	União Operária do Engenho de Dentro
Constança Gutierres dos Santos	Professora da Escola Elisa Scheid	União Operária do Engenho de Dentro
Elisa Scheid*	Professora	Membro e liderança da *União Operária do Engenho de Dentro* e presidente do *Partido Operário Independente*
Julieta Rodrigues de Almeida	?	?
Leonidia Barros	Comissão de festas *União Operária do Engenho de Dentro*	União Operária do Engenho de Dentro
Maria de Oliveira Pinto Machado		União Operária do Engenho de Dentro
Maria do Amparo Esteves	?	?
Rosa Joaquina de Jesus	?	?

Dessa maneira, a partir da construção das páginas da nossa pesquisa, percebemos que algumas dessas figuras estão *invisíveis*, tanto nas *páginas da história* como nas páginas da imprensa – nossa fonte de análise – em virtude disso, foi necessário recalcularmos a rota. Assim, nas páginas a seguir, procuramos fazer ecoar as vozes daquelas que as *páginas da história ainda não contaram*, vamos, ainda que pelas margens, apresentar algumas personagens pouco reconhecidas por nós.

3.2. *Quem vive na margem está exposto, mas não aparece...*[124]

Figura 4 – Associadas da União dos Empregados do Comércio.



Fonte: Jornal *A Epoca*, 06 de setembro de 1913.

A imagem acima foi publicada no jornal *A Epoca* e acompanhava as linhas da coluna *As mulheres triumpham*, que apresentava uma das grandes conquistas das trabalhadoras do comércio: a participação feminina no quadro de associados da *União dos Empregados do Commercio*. De acordo com a publicação, *tendo em vista o elevado numero de moças que trabalha*[v]*am no commercio* do Rio de Janeiro, a organização – do tipo sindical e assistencial

[124] A frase compõe o trabalho do artista visual, fotógrafo, diretor criativo e criador de memória viva, Gilberto C. Oliveira, intitulado *Sobre as bandeiras margem do rio*. As obras retratam a experiência do artista com o território amazônico a partir da fotografia, considerando as comunidades que vivem à margem dos Rios daquela região. O título se aproxima das linhas que compõem a nossa pesquisa em virtude dos debates propostos por Gilberto pois, conforme ele mesmo salienta, suas reflexões pretendem trazer à tona aqueles sujeitos que são importantes, mas que não estão no centro das discussões.

– fundada no ano de 1908, elas passariam a ser admitidas naquele grêmio, *como associadas, as senhoras e sonhoritas que se dedi*[cass]*em á vida comercial*[125].

Embora a presença feminina nos *mundos do trabalho* não seja uma novidade ou algo incomum, já que elas ocuparam não só os meandros da vida laboriosa, mas também os espaços de protagonismo da cena associativa da cidade do Rio de Janeiro na virada do século XX, elas ainda não são figuras amplamente conhecidas pelas páginas da imprensa, logo, não são personagens reconhecidas pelas páginas da história. Por isso, a imagem acima, das trabalhadoras do comércio, funciona como um importante disparador para pensarmos sobre quem são as pessoas que chamam atenção dessa pesquisadora? Quem são aqueles sujeitos que viabilizaram a feitura dessa pesquisa, seja pela presença, seja pela ausência ao longo das colunas aqui apresentadas?

As mulheres que aparecem na foto acima, dedicadas *á vida comercial*, apresentam aquilo que, de certa forma, é raro para nós, pesquisadoras e pesquisadores, o rosto dos personagens que estão longe do nosso tempo, fato que nos permite trazer alguma pessoalidade para aquelas mulheres que labutavam, vendo aquilo que elas vestiam, observando seus rostos. Agora, no caso da feitura da nossa pesquisa isto, infelizmente, não aconteceu, já que as personagens aqui pesquisadas estão perto de nós, na margem, mas não aparecem.

Porém, ainda que não saibamos seus nomes, a quais correntes ideológicas elas estariam filiadas, onde elas residiam, enfim, embora saibamos muito pouco sobre suas vidas, podemos fazer algumas elocubrações sobre aquilo que as imagens nos revelam, considerando aquilo que Ciavatta (2012, p. 36), “um universo sedutor e ambíguo de onde podem ser depreendidos múltiplos significados”. Desse modo, aqui podemos lançar alguns questionamentos que poderão, inclusive, não ser respondidos, mas que podem nos levar a certas reflexões sobre aquilo que a fotografia acima nos revela, ainda que a partir dos *fios soltos* das trajetórias dessas e de outras mulheres.

Assim, a partir da imagem acima, podemos refletir sobre as circunstâncias em que elas nos foram apresentadas, mais precisamente, na terceira página do jornal *A Época*, publicado naquele dia 06 de setembro de 1913. A coluna, que dava destaque para a foto, ocupava o canto inferior direito da publicação e contava com sete parágrafos, fotografia e legenda da imagem, o que nos revela que aquelas eram trabalhadoras da loja *Parc Royal*, estabelecimento que comercializava além de acessórios, presentes e artigos femininos, roupa feminina, masculina e infantil (Gorberg, 2013).

---

[125] *A Epoca*, 06/09/1913, anno: II, n. 403, p: 3.

De acordo com Gorberg (2013), a *Parc Royal* existiu entre os anos de 1873 e 1943 e experienciou seu ápice, sob o comando do empresário português, José Vasco Ramalho Ortigão, nas primeiras décadas do século XX – mesmo período em que a cidade do Rio de Janeiro vivenciava transformações urbanísticas, políticas e sociais – e passou a compor a evolução da moda e os hábitos da elite, nutrindo o imaginário coletivo como um estabelecimento que promovia elegância, qualidade, requinte e modernidade. Suas lojas ocupavam endereços no Largo de São Francisco e na Avenida Central, ambos na região central da então Capital Federal, também possuía filiais em Minas Gerais, mais precisamente, em Belo Horizonte e Juiz de Fora, e um escritório localizado em Paris.

Com esse prestígio e importância entre aqueles que estiveram transitando pelas ruas da cidade, a imagem publicada pelo jornal trazia junto a ela uma legenda, com o nome da loja, que podemos compreender como uma espécie de propaganda para o estabelecimento que, de alguma maneira, trazia certo arrojo para a cena comercial da cidade, além de trazer o nome de seu proprietário, fato que reiterava a importância de Vasco Ortigão no meio empresarial e entre a elite, já que além de ser apresentado como empresário, também carregava o título de comendador.

Assim, embora aqui não tenhamos o interesse de perquirir a trajetória do proprietário da *Parc Royal*, ela, de alguma maneira, nos ajuda a refletir sobre os motivos pelos quais ele teria apoiado o movimento associativo por parte das trabalhadoras do comércio de funcionárias de suas lojas. O empresário era filho de José Duarte Ramalho Ortigão[126], era uma figura importante para o associativismo português, além de participar de manifestações de cunho cultural, artístico e musical em diferentes espaços da cidade do Rio de Janeiro (Gorberg, 2013).

Porém, a partir das perspectivas apresentadas por Marissa Gorberg (2013), a relação de José Vasco Ramalho Ortigão com as trabalhadoras de seu empreendimento ultrapassava o campo profissional, ela também passou a ser estabelecida no campo afetivo. Após separar-se de sua esposa, iniciou um relacionamento com Amélia Marques, funcionária da loja, com quem teve dois filhos e esse fato, de alguma maneira, pode ter colaborado para suas ações com relação às trabalhadoras do *Parc Royal*.

Sabemos que não podemos afirmar que o empresário português passou a se preocupar com as funcionárias de suas lojas em virtude do seu matrimônio, mas talvez esse fato tenha relação direta com o papel que Vasco Ortigão passou a ocupar para aquelas mulheres; talvez uma homenagem daquela magnitude reflita o olhar daquelas trabalhadoras com relação ao

[126] José Duarte Ramalho Ortigão era escritor e integrante da Geração de 1870, movimento de intelectuais portugueses em prol de transformações políticas e culturais em seu país (Gorberg, 2013).

empresário que, conforme sugere a coluna, seria *progressista e generoso*. Além disso, a imagem nos revela a indumentária daquelas mulheres, que pareciam vestir roupas parecidas, podendo ser, inclusive, um uniforme e o fato de aquela imagem ter sido produzida especialmente para o impresso, cuja redação e administração ficavam localizados na Avenida Rio Branco, nº.: 151, logo, nos arredores dos logradouros das lojas *Parc Royal* localizadas na região central do Rio de Janeiro.

Se por um lado a fotografia nos revela alguns aspectos relacionados com o empresário e as trabalhadoras, também nos aproxima do impresso no qual a imagem foi publicada, cujos ideais estiveram vinculados aos debates operários – a partir da *Columna Operaria*, que noticiava greves, reivindicações proletárias, associações sindicais – e a oposição dos ditos ideais provincianos – em oposição ao governo de Hermes da Fonseca. De acordo com os dados coletados na Hemeroteca Digital, o jornal *A Época*, de caráter matutino e circulação diária, foi lançado no ano de 1912 – cujos números avulsos custavam 100 réis e a assinatura mensal totalizava 3$000 – era uma sociedade Anônima, cujos diretores eram Vicente de Toledo de Ouro Preto, doutor em Direito[127]; Vicente Ferreira da Costa Piragibe, jornalista e bacharel em Letras; e J. B. Câmara Canto.

A folha também se dedicava às demandas suburbanas, através da coluna *Nos Subúrbios* e lançava mão de informações que podem nos apresentar um pouco mais de seus diretores, sendo Vicente de Ouro Preto simpático à monarquia e Vicente Piragibe um republicano sincero, e que representam um pouco daquilo que temos demonstrado ao longo de nossa pesquisa, a amplitude dos debates, inclusive por parte da classe trabalhadora sobre as tomadas de decisões e estratégias de luta para trabalhadoras e trabalhadores em defesa de melhores condições de vida.

Nesse caminho, conforme destaca Del Roio (2017, p. 22), em uma tentativa de desenhar o perfil de alguns personagens que participaram da Greve de 1917, foi possível perceber a existência de uma lacuna bastante expressiva acerca das mulheres, mesmo elas possuindo papel decisivo para a vitória daquelas mobilizações. Nas fábricas, que contavam "com maioria de mão de obra feminina, que suportava entre 10 e 12 horas de trabalho diário, inclusive aos sábados", aconteceram mobilizações aguerridas e, ainda assim, eram *eles* que apareciam.

Naquela conjuntura, as mulheres que estavam educando seus filhos, realizando trabalho doméstico e familiar, também estavam nas assembleias, nas marchas, em passeatas, estavam atuando na linha de frente das mobilizações e não se furtavam dos embates com a polícia (Del

[127] *Almanak Laemmert*, 1905, anno.: 65, p.: 634.

Roio, 2017). Assim, nossas personagens estão entre essas figuras, elas eram mulheres atuantes nos meandros de associações, costuravam as ideias e as páginas de algumas delas, ocupando, inclusive, os cargos de direção, como conselheiras, nas organizações de eventos sociais, na formação intelectual da classe trabalhadora, enfim, elas eram figuras ativas na cultura associativa.

Nossa primeira personagem, Albina Quitéria Ribeiro y Gil, é um importante exemplo desse protagonismo feminino nas páginas do *movimento de trabalhadoras*. No caso de Albina, ela foi reeleita para o cargo de conselheira na União Operária do Engenho de Dentro[128], assim como seu marido Manoel Alonso y Gil, no ano de 1905, mas essa não foi a única função exercida por ela nessa associação. Segundo coluna publicada nos jornais *O Século*[129] e *O Paiz*[130], Albina também teria sido nomeada bibliotecária, assim como Appolonia Thereza.

A vida de Albina, assim como a das demais personagens que serão apresentadas posteriormente, não puderam ser costuradas como a da professora Elisa Scheid, mas os fios de sua trajetória, ainda que curtos e incipientes, podem ser alinhavados e nos permitem caminhar em direção à indagação proposta no título deste capítulo, ao indagarmos se as mulheres compunham e/ou se apresentavam como representantes da classe trabalhadora. Por isso, ao longo da investigação, fizemos alguns cruzamentos entre outros dados, também apresentados ao longo das páginas da imprensa, fato que nos permitiu localizar, além de sua movimentação na UOED, os proclamas de seu casamento[131] com Manoel Alonso y Gil, lidos na *Capella Imperial*, e a notícia de seu matrimônio[132], ambos no ano de 1885.

Embora tenhamos perquirido, inicialmente, os passos do cônjuge de Albina, para investigar os caminhos percorridos por ela enquanto integrante do quadro de direção da UOED, não por acreditarmos que, de alguma maneira, o casamento seria a única possibilidade para descobrir aquilo que as mulheres vinham realizando ao longo de sua trajetória, já que concordamos com aquilo que afirma Kolontai (1921), que as trajetórias femininas não se reduzem às suas experiências com seus parceiros, como se eles se completassem em absoluto. Dessa maneira, fizemos esse percurso por compreendermos que este seria o caminho possível para descobrirmos mais pistas de nossas *protagonistas*.

---

[128] *A Notícia*, 18/07/1905, anno: XII, n. 173, p: 2.
[129] *O Século*, 09/07/1907, anno: I, n. 275, p. 3.
[130] *O Paiz*, 09/07/1907, anno: XXII, n. 8.314, p. 4.
[131] *O Apóstolo*, 14/08/1885, anno: XX, n. 91, p: 3.
[132] *O Apóstolo*, 06/09/1885, anno: XX, n. 100, p: 2.

Assim, a feitura de nossa pesquisa utiliza os passos de Manoel Alonso para encontrar alguns fatos que apontam para as ações de Albina – mãe de José Alonso Ribeiro y Gil[133] – que, além de ter sido esposa e exercer a maternidade[134], ter sido bibliotecária, conselheira da UOED, também atuou na comissão de contas[135] e foi procuradora da organização[136]. Esse movimento de Albina demonstra que as mulheres estavam ocupando diferentes espaços, não somente aqueles restritos à servidão dos demais companheiros de associação, elas estavam circulando nos quadros administrativos das organizações, desenvolvendo trabalhos direcionados à formação dos trabalhadores e reiterando a importância da formação intelectual para a classe trabalhadora.

Isso fica explícito não somente pelo fato de ela ter ocupado a função de bibliotecária, mas quando ela também atua de maneira efetiva na homenagem à professora Elisa Scheid que, naquele episódio, receberia o título de sócia benemérita. Nesse evento, ela não foi a única a estar presente, de acordo com a publicação veiculada na *Gazeta de Notícias*[137], além de Albina, estavam presentes a nossa já conhecida Appolonia Thereza Leite da Silva e outra personagem que ainda não conhecíamos, Belmira de Campos

Belmira de Campos[138], assim como Albina, também esteve inserida nos cargos de direção da União Operária do Engenho de Dentro, atuou como conselheira e procuradora em uma comissão composta por 20 outras mulheres e 30 sócios[139], mas aquilo que mais nos chamou atenção foi o fato de ela estar diretamente relacionada com a criação do também já conhecido *Asylo Henrique Scheid* – que se deu a partir do convívio de Elisa Scheid com seu pai, o engenheiro Henrique Scheid, durante suas visitas aos operários enfermos. Essa ação desenvolvida por parte da professora, e de suas companheiras de subúrbio e de lutas por direitos, evidencia outra questão: a presença expressiva de mulheres nesta ação de promoção ao cuidado dos trabalhadores.

De acordo com Gomes (2019), com o intuito de angariar recursos para a criação do asilo, foi realizada uma quermesse em um terreno doado por Sabina Scheid, mãe de Elisa e esposa de Henrique Scheid. Além desses dados fornecidos pela autora, através de nossas

---

[133] José era engenheiro da Estrada de Ferro Central do Brasil, também foi praticante e, posteriormente, condutor de 4ª classe.
[134] *Jornal do Brasil*, 24/03/1902, anno: XII, n. 88, p. 2.
[135] *Gazeta de Notícias*, 15/10/1905, anno: XXXI, n. 238, p. 7.
[136] *Gazeta de Notícias*, 15/05/1906, anno: XXXII, n. 145, p. 3.
[137] *Gazeta de Notícias*, 23/07/1905, anno: XXXI, n. 204, p. 7.
[138] Ao longo da pesquisa, ao longo do cruzamento de notícias, mais uma vez, sobre o casamento e sobre a participação de Belmira na União Operária Engenho de Dentro, foi possível elucubrar que seu nome, na verdade, seria Marcelina Belmira de Campos, casada com José Bernardes de Campo, e sua morte se deu em 28 de setembro de 1908.
[139] *Gazeta de Notícias*, 25/05/1906, anno: XXXII, n. 145, p. 3.

pesquisas, também foi possível perceber que, além de Albina, Belmira e as Scheid, outras 25 mulheres também estiveram envolvidas nessa iniciativa. Essas informações, acerca do número expressivo de mulheres envolvidas na criação do Asilo, vão ao encontro do que vinha acontecendo, no transcorrer dos séculos XIX e XX, em instituições nos moldes daqueles propostos pelas companheiras oriundas dos subúrbios de Cascadura e Engenho de Dentro[140], espaços repletos de figuras femininas.

Na perspectiva apontada por Ferreira (2020), esse cenário se dava em virtude de, naquele momento, a profissão de enfermeira estar vivendo uma espécie de ascensão, muito em função de as práticas e os cuidados com doentes internados em hospitais e instituições asilares terem deixado de ser confiados às irmãs de caridade e passando a ser exercidos por mulheres com mão de obra qualificada.

A importância dada à enfermagem e o protagonismo feminino nessa profissão não estavam circunscritos apenas ao universo do cuidado, já que, conforme vimos anteriormente, quando a imprensa propôs um debate sobre os pontos positivos de as mulheres acompanharem seus maridos, pais e filhos em conflitos da guerra, atuando como enfermeiras, também estava no bojo das novas profissões possíveis para as mulheres.

Isso fica evidente quando Luiz Otávio Ferreira (2020), a partir da coluna *O que virá a ser a nossa filha?*, publicada nas páginas do *Jornal do Commercio*, em 16 de novembro de 1897, destaca as profissões que, segundo a publicação, as mulheres estariam aptas a exercer. De acordo com a coluna, existiam cerca de 32 profissões possíveis e elas poderiam ser divididas entre profissões públicas, domésticas, comerciais, científicas e industriais, variando entre diferentes ofícios como dama de companhia, inspetora de jardim de infância, costureira, professoras, empregadas de caminhos de ferro, médica, advogada, filósofa, jornalista, pintora de porcelana, florista, mestre de dança, dentre outras.

Assim sendo, observar a presença maciça das mulheres em torno da criação de um asilo, de certa forma, vai de encontro as assertivas do autor (2020), que demonstra que as mulheres, embora pudessem ocupar espaços diversos – inclusive nas associações de classe, como vimos a partir das costureiras, das trabalhadoras do comércio e das associadas da UOED – a presença feminina, ainda assim, estaria atrelada aos espaços de formação, aos cuidados e à criação. Decerto, pode ser que o contingente feminino expressivo frente à quantidade diminuta de homens – que eram apenas Henrique Scheid e Carlos Pedro Barbosa, respectivamente, diretor de obras e secretário – naquele projeto represente um grande engajamento das mulheres naquela

[140]*Gazeta de Notícias*, 17/06/1905, anno: XXXI, n. 168, p. 3.

ação, por poderem desenvolver o cuidado, algo vinculado às noções de feminilidade, mas pode ser que também represente um espaço forjado por elas para encampar algumas de suas bandeiras de luta.

Dessa maneira, embora não possamos inferir que existe algum tipo de diferença entre aquilo que as mulheres poderiam fazer ou não no interior das organizações de classe, assim como não podemos dizer se essa dicotomia, entre os postos ocupados por homens e mulheres nessas associações, estaria circunscrita somente às ações voltadas para a instrução dos trabalhadores, já que assim como Elisa Scheid, Belmira de Campos foi diretora da associação pluriprofissional do Engenho de Dentro e atuou ao lado de figuras masculinas, reconhecidas nas páginas do *mundo do trabalho*, como Antônio Augusto Pinto Machado, que se tornou presidente da UOED no ano de 1903. Porém, a presença expressiva de mulheres em ações voltadas para o cuidado e a educação nos leva a acreditar que, de fato, alguns espaços estavam relacionados direta e exclusivamente com as figuras femininas.

É importante apontar que a União Operária do Engenho de Dentro foi fundada justamente no fim do século XIX, mais precisamente em 14 de julho de 1899, por 71 sócios, empregados das Oficinas da Estrada de Ferro Central do Brasil e operários da Companhia de Tecidos de Seda Brasileira e estava localizada, *a priori*, na região de Piedade e, em seguida, fixou o logradouro na região do Engenho de Dentro; mas em ambas as situações, suas sedes circundavam a linha férrea e estiveram localizadas em terras suburbanas (Batalha, 2009).

Nos anos que sucederam a sua fundação, a quantidade de associados àquela organização passou a ser ilimitado, não havendo diferença entre nacionalidade, gênero, religião, cor ou perspectiva política, era exigido apenas que eles fossem operários ou proletários e que tivessem mais de 15 anos de idade. Já no que tange suas mensalidades, elas variavam entre os homens e as mulheres, enquanto para elas custava $500 e 1$000 e, dentre os direitos dos associados, estava a proteção com relação à acidentes de trabalho, perda de emprego e episódios de prisão (Batalha, 2009).

Essa diferenciação nos faz pensar sobre os motivos que levava as mulheres a pagarem uma mensalidade de valor menor com relação aos homens, salutarmente, tudo nos leva a acreditar que elas pagavam um valor menor em virtude da questão salarial, que era desigual, já que as trabalhadoras recebiam salários mais baixos do que os homens, conforme destacamos anteriormente. Porém, esse aspectos não puderam ser confirmados ao longo das pesquisas acerca daquela associação que , *a priori*, era caracterizada como mutualista[141] e, posteriormente,

[141] De acordo com Nomelini (2014), as associações mutualistas poderiam ser fundadas por grupos sociais e agentes históricos diversos, além de possuírem um quadro de membros diversificados, podendo ser frequentadas e

em agosto de 1904 – ano em que foi publicado o único número do impresso intitulado *União Operaria*, que ainda circulou outras duas vezes no ano seguinte – a partir da publicação de seus estatutos, no Diário Oficial, ela passou a se dedicar à defesa dos associados e da classe operária, logo, não poderia mais ser enquadrada como havia sido em sua fundação.

E, por falar nas páginas iniciais da União Operária do Engenho de Dentro, ao longo da nossa investigação, localizamos outra figura feminina daquela organização, Maria Oliveira Pinto Machado que, conforme o nome pode sugerir, se tratava da companheira de Antônio Augusto, não somente na vida matrimonial como na vida associativa. Ela, diferente das demais companheiras, tem uma trajetória marcada por aparições que duraram pouco tempo – em virtude de seu falecimento, que aconteceu em 10 de maio de 1905 – e que aconteciam, principalmente, nas colunas acerca da vida social do operariado.

Nas nossas buscas, localizadas entre os anos de 1889 e 1919, Maria foi uma figura presente nas páginas da imprensa, especialmente na primeira década do século XX, justamente no período em que seu companheiro se tornou presidente da associação e esta sofreu um crescimento exponencial, chegando, no ano de 1905, a contar com cerca de 7.500 associados que realizavam diferentes ofícios. Porém, se as personagens anteriores não estiveram atreladas às imagens de seus maridos, a companheira de Pinto Machado teve não só o nascimento de seus três filhos, Laura[142], Valentim[143] e Christina[144] noticiados, como seu aniversário, além de suas enfermidades, seu falecimento e as missas em virtude de seu óbito, que não escaparam das páginas da imprensa, ao contrário, foram notícia em outros jornais.

Além dessas ocorrências, localizamos uma única aparição de Maria de Oliveira Pinto Machado relacionada à União Operária do Engenho de Dentro: a coluna intitulada *Operariado*[145], que apresentava três notícias sobre a associação. A primeira delas dizia respeito à entrega de uma mensagem por parte do operariado da Estrada de Ferro Central do Brasil ao presidente da República que, naquele momento, era Francisco Rodrigues Alves, através do Capitão Américo de Albuquerque, que foi sócio benfeitor da organização e proprietário do jornal *O Subúrbio* (Gomes, 2019); já a outra notícia tratava da doação de um terreno para Julieta Rodrigues de Almeida e Silva; e, por fim, é noticiada a doação de um crochê por parte de Maria para a associação.

---

organizadas por diferentes grupos, e não exclusivamente por trabalhadores, mas, ainda assim, se apresentam de maneira relevantes para investigar a experiência associativa dos trabalhadores e trabalhadoras além de influenciar na formação da solidariedade e nos debates em torno dos conflitos e demandas por parte da classe trabalhadora.

[142] *Jornal do Brasil*, 26/04/1901, anno: XI, n. 116, p. 2.

[143] *Jornal do Brasil*, 26/10/1903, anno: XIII, n. 299, p. 3.

[144] *O Fluminense*, 15/06/1907, anno: 30, n. 6.666, p. 2.

[145] *Jornal do Brasil*, 31/12/1903, anno: XIII, n.365, p. 4.

Assim, o que se observa é que, diferente das outras personagens apresentadas até aqui, Maria de Oliveira Pinto Machado, que também estava inserida na criação do *Asylo Henrique Scheid*, figura como uma mulher mais dedicada aos afazeres públicos e à vida social da organização, o que nos leva a refletir sobre o fato de ela poder ser encarada como uma "*primeira-dama*" da UOED e não uma mulher vinculada à luta e ao enfrentamento das desigualdades pautadas pela organização suburbana.

Isso nos faz retomar aspectos já discutidos anteriormente, a representação das mulheres, como cada uma delas pode ou não ocupar um lugar social, como o fazer-se de cada mulher implica o papel socialmente exercido por elas e, mais do que isso, o papel que a rede de sociabilidade em que as figuras femininas estão inseridas espera que elas exerçam.

Se, por um lado, Maria de Oliveira Pinto Machado pode ser compreendida como alguém que se dedicava às relações sociais da UOED, outras personagens atuaram em espaços públicos e organizacionais da associação suburbana, junto a Elisa, Appolonia e Albina, como foi o caso de Leonidia Barros que, de acordo com algumas das ocorrências localizadas ao longo das páginas da imprensa, teria exercido o magistério público[146] na cidade do Rio de Janeiro[147] e, no ano de 1906[148], foi nomeada como membro da comissão de festas da associação, porém, assim como Albina Quitéria Ribeiro y Gil, Appolonia Theresa Leite da Silva e outras figuras femininas, sua presença não ficou circunscrita apenas a esse espaço.

Nesse sentido, de acordo com a coluna *O Operariado*[149], Leonidia Barros secretariou, junto à José Pinto de Oliveira, a assembleia geral realizada pela UOED, que nomearia Antônio Augusto Pinto Machado, Benjamin Moyses Prins[150] e José Roberto Vieira de Mello como os delegados nomeados encarregados de participar do *Congresso Operario Regional Brasileiro*, atualmente conhecido como Primeiro Congresso Operário Brasileiro. Já numa edição posterior, publicada em 30 de abril de 1907[151], aquela mesma coluna noticiava os festejos do 1º de maio organizados pela associação, que contaria, inclusive, com banda de música, onde Leonidia

---

[146] Foram localizadas 3 ocorrências relacionadas a Leonidia em duas colunas publicadas sob o título *Na Instrucção – exigências da 3ª secção*, publicadas no *Correio da Manhã*, e em uma coluna referente à Diretoria Geral da Instrução Pública, veiculada pelos jornais *O Paiz*, *Jornal do Brasil* e *O Jornal*.

[147] Em virtude da ausência de maiores informações sobre a trajetória de Leonidia no magistério, nos deteremos às ocorrências relacionadas as suas ações na União Operária do Engenho de Dentro.

[148] *Jornal do Brasil*, 06/03/1906, anno: XVI, n.: 65, p: 3.

[149] *Jornal do Brasil*, 16/02/1906, anno: XVI, n.: 75, p. 2.

[150] Benjamin Prins era membro da União Operária do Engenho de Dentro, porém, sua trajetória na associação durou entre os anos de 1904 e 1907, quando ele foi expulso por assembleia geral em virtude de uma acusação de malversação de fundos. Após a acusação, ele iniciou uma ação judicial contra a UOED, que foi julgada como imprópria na 13ª pretoria cível e, pouco tempo depois, deixou o país (Batalha, 2009).

[151] *Jornal do Brasil*, 30/04/1907, anno: XVII, n.: 120, p. 3.

atuou na comissão de recepção dos festejos junto com Veira de Mello e Bernardo Gomes de Almeida[152].

Ao analisarmos essas aparições de Leonidia, fica perceptível que ela ocupava espaços importantes naquela organização, inclusive, em ocasiões importantes para o movimento de trabalhadoras e trabalhadores naquela conjuntura: o Congresso Operário Brasileiro e os festejos do Primeiro de Maio. Cabe destacar que ambos estão intrinsicamente relacionados, já que, entre os fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX, ocorreu a difusão e a consolidação de associações aos moldes da UOED e foi em virtude dos debates realizados no Congresso, que aconteceu em 1906, que no ano seguinte, foram encampadas lutas em prol de jornadas de oito horas de trabalho – pauta reincidente por parte da classe trabalhadora – que culminariam em greves vitoriosas para várias categorias e que passariam a incorporar a conquista de maneira definitiva em seu cotidiano – e as mulheres também estiveram compondo esse cenário (Batalha, 2004).

Candido (2020), ao analisar a presença das mulheres manauara nas mobilizações do Primeiro de Maio na década de 1910, salienta que a presença feminina nos cortejos foi pouco sinalizada pela historiografia nacional, mas afirma que as páginas da imprensa local confirmam a presença delas. Os estudos do autor apontam que a primeira evidência da atuação feminina no Primeiro de Maio naquela região se deu no ano de 1905, quando o Centro Operário solicitou a cooperação das mulheres operárias e trabalhadoras; mas foi apenas em 1914 que a presença feminina se deu de maneira mais efetiva.

Assim, podemos perceber que a participação de Leonidia nos festejos do Primeiro de Maio e ocupando também o cargo de diretora[153] da UOED não é um fato isolado, que estava acontecendo somente no então Distrito Federal; essa participação feminina estava pululando em diferentes regiões do país, e reitera a assertiva de que as mulheres estavam assumindo também os espaços de protagonismo, inclusive nos movimentos de greve, como foi o caso das trabalhadoras de Manaus, e nas organizações que lutavam em prol da classe trabalhadora.

Desse modo, até aqui, foi possível perceber que as mulheres estiveram atuando em várias frentes, fosse na imprensa, conforme apresentamos no capítulo anterior, fosse nas associações, elas estavam exercendo funções diversas, mas a presença delas nos espaços de formação intelectual das associações reitera a ideia de que classe se forma a partir de suas

---

[152] Bernardo Gomes de Almeida ocupou o cargo de 1º Secretário da União Operária do Engenho de Dentro, em agosto de 1904, data em que foi solicitado o registro no 1º Ofício de Títulos e Documentos e que seus estatutos foram publicados no Diário Oficial.

[153] *Gazeta de Notícias*, 17/07/1908, anno: XXXIV, n.: 197, p. 3.

experiências e que, naquela conjuntura, ao participar de espaços como bibliotecas, jornais e ao organizar festejos, estavam diretamente relacionados a ideia de transformação da educação, que desde meados do século XIX, conforme explicita Costa (2012), deixou de ser compreendida como uma dádiva e passou a ser reivindicada como um direito.

Após conhecermos mais sobre Albina Quitéria Ribeiro y Gil, Belmira de Campos, Maria de Oliveira Pinto Machado e Leonidia de Barros, todas companheiras de Elisa Scheid e Appolonia Thereza Leite da Silva na *União Operária do Engenho de Dentro* e vamos seguir em direção às mulheres que de alguma maneira nos ofereceram pistas, mas poucas informações concretas acerca de suas trajetórias.

3.3. O avesso do mesmo lugar: as histórias que a História não conta

Figura 5 – Mulheres na Confederação do Trabalho

Fonte: Jornal *Correio da Noite*, 01 de dezembro de 1913

Escolher trazer uma imagem para construir os encaminhamentos finais desta pesquisa pode promover algum tipo de expectativa nos leitores, já que o uso da fotografia em pesquisas históricas coopera para o desenvolvimento da visão acerca dos *mundos do trabalho* (Ciavatta, 2012), principalmente, pelo fato de, ao longo da história, conforme sinalizamos anteriormente, a maioria das personagens apresentadas até o presente momento terem se perdido nas *páginas do tempo*, não recebendo grandes holofotes sobre sua vida e obra e sobre a sua participação em espaços de ação, direta e indireta, para o desenvolvimento do movimento dos trabalhadores e trabalhadoras em prol de direitos, em especial, aqueles que circulavam na então Capital Federal.

Diferentemente da figura 4, o registro das mulheres da figura 5 nos leva a crer que elas não teriam posado para a fotografia, na verdade, a partir do enquadramento da imagem, elas parecem estar mais preocupadas com aquilo que estava sendo dito pelo orador do evento, Antônio Augusto Pinto Machado. Além desse aspecto, outro fato diferencia as mulheres que

compõem esses registros: enquanto na primeira, temos mulheres vestidas de maneira parecida e sendo protagonistas da imagem; na segunda, elas estão acompanhadas das figuras masculinas que estavam presentes no mesmo evento, a festa de comemoração do primeiro aniversário[154] da Confederação Brasileira do Trabalho.

De acordo com a coluna, o evento contou com a presença de, ao menos, dezessete homens – ao menos, pois, de acordo com a publicação alguns dos participantes escaparam às lentes do fotógrafo – e cerca de vinte e três mulheres em um *salão* [que] *apresentava*[m] *um bello aspecto* para celebrar a *vida* da organização fundada a partir do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, no ano de 1906, cujas teses reivindicavam aspectos em torno das lutas em favor da limitação do trabalho de mulheres e menores, proibição do trabalho daqueles que tivessem menos de 14 anos, estabelecimento de seguros contra doenças, além de indenização no caso de acidentes e redução de jornada de trabalho (Almeida, 2022).

Dentre as mulheres presentes no evento, estava Maria do Amparo Esteves, que nos foi apresentada em uma outra coluna veiculada pela imprensa, intitulada *O Operariado*[155]. Assinada por Elisa Scheid, em nome do Partido Operário Independente, a publicação sinalizava a *tristíssima realidade* dos trabalhadores que, segundo o texto, só seria modificada quando o obstáculo das trevas fosse iluminado através da formação intelectual, através de um *bello incentivo na campanha do levantamento moral do nível operario*.

É importante destacar, antes de esmiuçarmos as linhas da coluna, que não era um mero acaso o fato de a professora Elisa Scheid *falar* em nome do Partido Operário Independente (POI), na verdade, mais do que assinar em nome da organização, a docente era também a sua presidente. Fundado em 1905, ano anterior à publicação daquela coluna, o POI tinha seu programa inspirado no Independent Labour Party britânico e propunha pautas como: jornada de trabalho de 8 horas; instrução para os trabalhadores; garantias legais do contrato de trabalho; dentre outros direitos (Batalha, 2009).

Já nas linhas seguintes, a seção que trazia textos publicados por outras associações de classe, como a União Operária do Engenho de Dentro, relatava diversas pautas, dentre elas as más condições de trabalho dos operários da Estrada de Ferro Muzambinho, a adesão de membros da associação suburbana ao Congresso Operário Regional Brasileiro. Além disso, também foram publicados, nominalmente, os associados que viriam a compor a comissão responsável pela realização dos festejos do trabalho e a entrega de um ofício para o prefeito,

---

[154] *Correio da Noite*, 01/12/1913, anno: VIII, nº.: 278, p. 1.
[155] *Jornal do Brasil*, 06/03/1906, anno: XVI, nº.: 65, p; 3.

pedindo favores para as escolas que funciona[v]*am na séde social* da UOED, as Escolas Operárias Elisa Scheid.

Essa urgência em torno de iniciativas relacionadas à educação de trabalhadores e trabalhadoras, de acordo com Gomes (2019), não está isolada; na verdade, essas iniciativas compõem o processo de desenvolvimento e ampliação do número de escolas nos subúrbios do Rio de Janeiro, não somente a partir da iniciativa estatal – como foi o caso da *Escola Prática dos Aprendizes* e a *escola de primeiras letras* da Estrada de Ferro[156], estando a primeira dedicada à formação prática dos operários das Oficinas e a segunda voltada para a prole dos trabalhadores – mas também particulares, como foram o *Lyceu Popular de Inhaúma* e a *Escola do Povo*.

Embora a coluna apresentasse pautas diversas, relacionadas às condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras, aquela que estava vinculada ao funcionamento de uma escola, nos chamou atenção, principalmente, por apresentar uma iniciativa que ecoava aquilo que vinha sendo propugnado pelo Primeiro Congresso Operário Brasileiro, datado no mesmo ano de publicação da coluna: a necessidade da educação voltada para o operariado (Pinheiro; Hall, 1979). Porém, essa não foi a única iniciativa, em torno da instrução e da escolarização voltada para o operariado que residia e trabalhava no entorno da Estrada de Ferro Central do Brasil, especificamente, nas proximidades da estação do Engenho de Dentro.

Alinhada aos debates propostos pelo evento que marcaria a cena do movimento operário, a associação da qual Maria do Amparo era membro – e pela qual havia sido nomeada para compor a comissão de festas em prol do trabalho – estava se propondo a instruir a classe trabalhadora e seus herdeiros, por isso, os "favores" vislumbravam garantir recursos para a instituição de ensino, vinculada a UOED, cujo programa compreendia aulas diurnas, dedicadas às crianças, e aulas noturnas, voltada para os trabalhadores.

Nesse sentido, a associação e suas ações em prol da formação intelectual do operariado reiteram a assertiva de Silva (2012) proposta a partir das reflexões de E. P. Thompson, acerca da importância do autorreconhecimento dos trabalhadores enquanto classe e da formação das organizações operárias como algo fundamental para o desenvolvimento de novas relações entre aqueles que exercem o papel do capital e aqueles que compõem a classe trabalhadora, onde aqueles que labutam passam a se organizar de maneiras diversas e promovem, justamente por isso, ações que amplificam suas vozes a partir de espaços de formação de caráter variado.

---

[156] Entre os anos de 1882 e 1906, a professora Maria Amélia esteva à frente da *escola de primeiras letras* da Estrada de Ferro, e de acordo com o que aponta a obra *Memória Histórica da Estrada de Ferro Central do Brasil* (1908), pode ter sido, por algum tempo, a única mulher a compor o quadro de funcionários da ferrovia.

Conforme destaca Costa (2012), essas associações de trabalho se configuravam como espaço primaz para outras formas de aprender para homens e mulheres pertencentes às classes populares entre meados do século XIX e início do século XX.

Porém, ainda que essas mulheres ocupassem espaços importantes, principalmente nas ações educativas propostas por essas organizações, conforme foi possível perceber, ao longo das nossas investigações, elas apareciam de maneira reduzida quando o assunto era a tomada de decisões no interior daquelas. Nessa perspectiva, embora tenhamos observado um registro considerável de mulheres trabalhando, reivindicando seus direitos e atuando de forma direta nas organizações, elas ainda são elementos a serem desvendados, com trajetórias que imputam grande dificuldade àqueles que desejam perquiri-las.

Isto ficou evidente ao longo das buscas por maiores informações sobre Maria do Amparo Esteves, que pode ser uma das mulheres retratadas na imagem acima, já que estava presente naquele evento, porém, infelizmente, não podemos inferir tal assertiva. A respeito de sua vida, as páginas da imprensa não nos deram tais informações, nem mesmo pistas sobre matrimônio, maternidade ou nascimento foram encontradas, localizamos somente uma notícia, além daquela que acompanhava a fotografia, a publicação tratava de seu sepultamento, cujo cortejo fúnebre aconteceu no ano de 1917[157].

Ainda que nos interesse investigar a trajetória de mulheres que a *História não conta*, existem algumas figuras que, infelizmente, nos deixam apenas com o desejo de refletir sobre sua importância e a participação das mulheres trabalhadoras e de seus companheiros de luta nos *mundos do trabalho*, já que os rastros deixados por elas não viabilizam nossas buscas, mas acendem alguns faróis para aquilo em que elas estiveram envolvidas, como foi o caso de Constança Gutierres dos Santos que, além de ter atuado como *habil professora na Escola Operaria Elisa Scheid, na sede da União Operaria do Engenho de Dentro*[158], também ocupou o posto de secretária[159] em uma das assembleias realizadas pela associação.

Embora a trajetória de Constança apresente sua relação com a cena da instrução voltada para o operariado, não foi possível ter acesso a outras informações sobre ela. Porém, a partir da atuação da docente e de suas companheiras Elisa Scheid, Appolonia Thereza Leite da Silva e Albina Quitéria Ribeiro Y Gil, em iniciativas em prol da formação intelectual da classe trabalhadora, evidencia que elas estavam consolidando o terreno para que outras iniciativas capitaneadas por mulheres emergissem, inclusive, em períodos posteriores às informações

[157] *A Noite*, 21/02/1917, anno: VII, nº.: 1.859, p. 4.
[158] *A Imprensa*, 03/05/1909, anno: VI, nº.: 510, p. 2.
[159] *A Imprensa*, 17/07/1908, anno: V, nº.: 220, p. 4.

levantadas por essa pesquisa. Isto fica explicito, por exemplo, em estudos como de Silva (2018), que localizou a presença de professoras em organizações associativas e na disputa por educação e pela emancipação feminina através do associativismo.

Dentre as iniciativas investigadas pelo autor (2018), temos o Grupo Feminino de Estudos Sociais, que havia sido fundado em 1920, com o intuito de associar mulheres emancipadas, em especial aquelas que labutassem, fossem elas professoras, costureiras, floristas, operárias em fábricas, trabalhadoras em artes domésticas, sob o argumento de que suas propostas, desenvolvidas através de conferências, congressos, escolas além de cursos de ciências e arte ampliariam o nível intelectual e moral de suas associadas. Ainda nessa mesma conjuntura, o Centro Cosmopolita também se apresentava como espaço associativo feminino e tinha o intuito de promover o afastamento dos ideais impostos pela sociedade com relação às mulheres, a partir da educação e da moral administradas por agentes religiosos e pelo Estado.

Tanto essas ações promovidas pelo Grupo Feminino de Estudos Sociais e o Centro Cosmopolita quanto aquelas capitaneadas pelas mulheres associadas a UOED, que não era uma associação exclusiva para o público feminino – e, por isso, não é o foco de investigação dessa pesquisa – demonstram que, embora essas personagens fizessem parte de uma "composição social diferenciada com objetivos imediatos muitas vezes diversos, mas com problemáticas comuns" (Souza-Lobo, 2011) elas estavam demandando direitos. Não por acaso, embora elas estivessem atuando a fim da emancipação feminina, a partir de reivindicações e bandeiras de luta distintas, suas ações de maneira direta ou não, vislumbravam formar trabalhadores e trabalhadoras críticas e conscientes.

Assim, coadunamos com Thompson (1987, p. 10), quando o autor salienta que "a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus", pois, as mulheres, se organizavam em prol de lutas significativas para sua própria realidade. Esse aspecto pode ser visto entre aquelas que compunham as fileiras da UOED, quando uma delas advogava em favor da criação de uma creche voltada para os filhos das trabalhadoras que atuassem fora de casa, em fábricas e/ou estabelecimentos de costura[160].

A coluna, intitulada *A Créche*, escrita pela já [re]conhecida Elisa Scheid, reitera a ideia de que aqueles estabelecimentos seriam responsáveis pela suavização da miséria, que permeava muito lares, pelo fato de permitirem que as mães de família buscassem trabalho cotidiano e,

[160] *Jornal do Brasil*, 07/07/1901, anno: XI, nº.: 188, p. 2.

assim, pudessem promover algum tipo de conforto para sua prole. As reflexões da professora, em torno da urgência do desenvolvimento de tal iniciativa, se aproxima das discussões que estavam acontecendo acerca da importância e do processo de expansão de uma educação voltada para crianças pequenas, no cenário nacional, desde as últimas décadas do século XIX[161], em virtude da urgência da criação de instituições que viabilizassem a minimização de alguns dos problemas sociais como a exploração de menores de 14 anos e a miséria das mulheres trabalhadoras (Guimarães, 2017).

Nesse sentido, embora houvesse uma dicotomia entre aquilo que compunha os jardins de infância e as instituições voltadas para a população menos abastada – onde nos primeiros, estariam as crianças filhas da burguesia, e, nos demais, os filhos da classe trabalhadora (Guimarães, 2017) – as reflexões e as iniciativas no campo da instrução que estavam sendo propostas por Elisa e suas companheiras, reiteram, principalmente, o fato de as mulheres estarem atuando em prol da formação intelectual e da assistência da classe trabalhadora, seja por meio de ações formais, como creches e escolas, seja por meio de ações informais, como bibliotecas e asilos, e, mais do que isso, elas estavam reivindicando seus direitos a partir de ações organizadas.

Por isso, essas personagens, não por acaso, aparecem de maneira mais ou menos discreta, à margem ou como água do Rio de mulheres que estava correndo. Elas faziam e contavam história, mesmo quando parecem fechar nossos caminhos, como foi o caso de Julieta Rodrigues de Almeida e Silva e Rosa Joaquina de Jesus, respectivamente, sócia benemérita e sócia honorária[162] da União Operária do Engenho de Dentro, elas abrem preâmbulos de análises para nós.

Embora a UOED, que estava localizada nos *subúrbios da Central*, não seja nosso ponto de partida ou o nosso objeto de análise, ela nos trouxe até aqui e nos apresentou a essas personagens, algumas com informações mais ou menos esparsas, mas todas representando um pouco da cultura associativa que estava sendo consolidada nos anos que sucederam a Proclamação da República e que permeava o cotidiano de homens e mulheres trabalhadoras na então Capital Federal.

---

[161] De acordo com Guimarães (2017, p. 99), os debates e as iniciativas pedagógicas em torno da educação e dos cuidados de crianças, principalmente àquelas voltadas para a primeira infância, aconteceram ainda na década de 1870. Porém, a partir do ano de 1899, "são verificados progressos, impulsionados por grupos interessados em envolver esferas governamentais com o problema das crianças, nos campos da higiene infantil, médico e escolar" e dentre eles estava o médico Arthur Moncorvo Filho, que liderou a fundação de Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Brasil (IPAIB), com sede localizada no Rio de Janeiro, com o intuito de criar creches e jardins de infância e atender crianças menores de oito anos de idade.

[162] *Jornal do Brasil*, 08/01/1904, anno: XVI, nº.: 8, p. 2.

Foi através desses meandros que Gomes (2019) se aproximou daquilo que seus associados e simpatizantes estavam discutindo ao longo das páginas da imprensa, fosse por meio do impresso veiculado pela própria organização – a folha *A União Operaria* – fosse por meio da imprensa de grande circulação, a UOED era pauta dentro e fora dos limites das estradas de ferro, mesmo ela estando distante da efervescência da região central da cidade do Rio de Janeiro. Naquela conjuntura, em que a luta por direitos estava em disputa, aquilo que estava em debate era a tomada da consciência de classe, que "surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes" (Thompson, 1987, p. 10), mas nunca exatamente da mesma maneira.

No caso das iniciativas apresentadas até aqui, por meio da veiculação das mazelas das mulheres trabalhadoras ou da circulação de notícias sobre o *existir mulher*, as ações partiam da cultura letrada e encampavam bandeiras de lutas bastante distintas. Assim, as personagens que protagonizaram nossas páginas – com ou sem seus nomes reconhecidos – nos deram pistas sobre aquilo que as mulheres estavam pautando em um período anterior àquele que muitos concebem como marco temporal para os movimentos feministas e que já davam sinais de existência antes dos anos 1920, com debates acerca do trabalho através de organizações como a Liga Feminista Brasileira e a Liga Comunista Feminina.

Ambas foram analisadas por Silva (2018), que salienta que não é possível afirmar se elas eram organizações diferentes ou se mudaram de nome ao longo do *tempo*, mas que reiteram o fato de que as mulheres estavam circulando pela cidade e promovendo seus ideais de luta, de maneira significativa, ainda no fim da década de 1910 e que as docentes estavam entre aquelas que capitaneavam essas organizações, como foi o caso da Liga Comunista, liderada pela professora Maria de Lourdes Nogueira[163].

Dessa maneira, embora estivesse em outros meios, a professora esteve envolvida em organizações de caráter político, assim como Albina, Elisa, Apollonia, Constança e as demais, mas diferentemente de nossas personagens, Maria de Lourdes participou de grupos declaradamente preocupados e voltados exclusivamente para as questões femininas, e isto as aparta e coaduna com a indagação feita anteriormente, sobre quem seriam as mulheres que estavam escrevendo nas páginas da imprensa. Quem poderia ocupar espaços de liderança e disseminação de ideias no periodismo de grande circulação?

Dentre as personagens apresentadas ou convidadas para participar da nossa incursão por esse *Rio de mulheres* somente Elisa Scheid esteve nesse espaço, somente ela que esteve

[163] A docente vinculada à bandeira anarco-sindicalista esteve envolvida em movimentos libertários, atuou em redações de jornais e revistas, além de haver registros de sua participação em atos grevistas e ser a única a exercer o magistério naquela organização (Silva, 2018).

advogando em favor de diferentes pautas, incluindo, questões indigenistas (Garzoni, 2012), apenas ela esteve em espaços análogos àqueles ocupados por mulheres como Leolinda Daltro, por exemplo, que esteve à frente do Partido Republicano Feminino e que foi responsável pela fundação da Escola de Ciências Artes Orsina da Fonseca, no ano de 1910, uma instituição voltada para o ensino técnico profissional de mulheres.

O estabelecimento de ensino, que funcionava nos períodos diurno e noturno, assim como a Escola Operária Elisa Scheid, era gratuita e tinha como logradouro uma casa cedida pela Prefeitura (Silva, 2018), compunha uma das ações de Daltro e de outras professoras, como Lucília Guimarães Villa-Lobos e Zaíra de Oliveira, no campo da instrução, já que, além da criação da escola, elas estiveram envolvidas com o desenvolvimento do Instituto Profissional Feminino Orsina da Fonseca (IPFOF). Conforme destacam Sepulveda e Alves (2021), o trabalho de Leolinda no IPFOF recebe destaque pelo fato de a professora transgredir performances esperadas daquelas que carregam a *natureza feminina*, propondo, por exemplo, atividades como treinamento de tiro na Praça da República e uma marcha feminista até o Palácio do Catete, a então residência dos Presidentes da República.

Além dessas iniciativas, outros fatos chamam a atenção no que diz respeito à preocupação do corpo docente daquela instituição em transgredir certos limites. Nesse tocante, a professora e pianista Lucília Villa-Lobos – casada com o maestro Heitor Villa-Lobos – e Zaíra de Oliveira – casada com o compositor Donga e musicista formada pelo Instituto Nacional de Música – foram responsáveis pela instituição das aulas de Canto Orfeônico[164] como disciplina obrigatória para as estudantes do Instituto; e isso demonstra que a formação voltada para as suas alunas propunha uma formação ampla, que valorizasse não somente o ler, o escrever e o contar, mas também os aspectos artísticos. Porém, de acordo com Sepulveda e Alves (2021), ainda que Lucília e Zaíra tenham ocupado um lugar importante e significativo em virtude de suas carreiras enquanto professoras e/ou musicistas e de suas atuações na cena da instrução pública da cidade do Rio de Janeiro, é notório que elas não são figuras de destaque em estudos que discorrem sobre o Instituto Profissional Feminino Orsina da Fonseca, diferentemente do que acontece com Leolinda Daltro.

Conforme já havíamos citado anteriormente, é notória a presença de Leolinda Daltro na cena política, principalmente, em virtude do seu protagonismo nas páginas do Partido Republicano Feminino, fato que possivelmente despertou maior interesse sobre ela e sobre o próprio PRF, que também representava inspiração para os ideais propagados pela Escola de

[164] Sobre a institucionalização do ensino musical profissionalizante ver Albuquerque (2022).

Ciência e Artes Orsina da Fonseca, que, inclusive, disponibilizava seu espaço para a realização de palestras, que eram amplamente difundidas nas páginas da imprensa (Silva, 2018).

Dessa maneira, o que se observa é que as mulheres estavam reiteradamente desenvolvendo ações e iniciativas, a fim de reivindicar seus direitos, principalmente, a partir de projetos coletivos, que se ampliavam à medida que o movimento feminista avançava, e agiam em confluência com aquilo que um determinado grupo acreditava ser primaz para aquelas que faziam parte dele. Por isso, naquela conjuntura, de acordo com Silva (2018), foram surgindo, dentre elas, a Legião da Mulher Brasileira (1919), a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, instituição fundada por Bertha Lutz, que posteriormente seria conhecida como Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1922), dentre outras.

Esse processo nos faz inferir dois aspectos, o primeiro deles é que o debate em torno do feminismo estava em diálogo com o cenário internacional, devido ao processo de ascensão das organizações dedicadas exclusivamente aos debates voltados para as mulheres e, o outro, é o fato de a educação se apresentar como fio condutor e, de alguma maneira, uma solução para que elas "triunfassem" naquilo que estavam reivindicando. Nesse sentido, suas ações, que estavam circunscritas não somente ao chão das escolas, mas também a associações e partidos políticos, reforçam o fato de a imprensa ser um importante caminho para compreendermos aquilo que estava posto na *arena de combate imprensa diária* em prol da libertação das mulheres (Garzoni, 2012).

No caso das personagens apresentadas ao longo de nossa pesquisa, que versaram, principalmente, sobre as mazelas dos mundos dos trabalhos e acerca do papel que elas vinham desenvolvendo em associações de classe, foi possível perceber que elas estavam refletindo, propondo e demandando aquilo que outras mulheres também estavam reivindicando, mas a partir de suas próprias experiências de classe, compreendendo que esta é "determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que homens nasceram – ou entraram involuntariamente" (Thompson, 1987, p. 10). Assim, embora não tenhamos uma profundidade de informações sobre suas trajetórias, sendo algumas delas figuras que nos forneceram poucas possibilidades para perquirirmos seus caminhos de vida, elas comprovaram que a presença das mulheres nas teias dos *mundos do trabalho* precisa ser desnovelada, principalmente, quando a imprensa se apresenta como *o início, o fim e meio*, pois, é inegável não somente a presença de algumas como a ausência de outras.

É fundamental reiterarmos que nosso anseio não se tratava de fazer um trabalho de busca em fontes diversificadas, nosso desejo era pensar sobre aquilo que a imprensa poderia nos apresentar, assim, diferentemente da investigação proposta por Silva (2022), que ao pesquisar

a trajetória de Eugênia Luíza Gumes (Gomes) Ferreira, moradora do bairro do Jacarezinho, que veio a óbito no ano de 1957, acessou fontes diversas. Nós, no entanto, aqui nos dedicamos exclusivamente às ocorrências dedicadas às mulheres trabalhadoras e àquilo que o periodismo tinha deixado registrado, a partir de informações mais ou menos esparsas.

Porém, ainda que nossa intenção não seja perquirir fontes diversas para conhecer nossas personagens, nosso interesse primaz é responder à indagação feita por nós, se nós, mulheres somos, de fato, representantes e parte da classe trabalhadora. Desse modo, a partir das personagens apresentadas até aqui, incluindo aquelas que estavam ocupando os postos de trabalho, aquelas que estavam dirigindo associações, que estiveram ocupando postos no magistério, escrevendo colunas em jornais, ou seja, as mulheres que estavam circulando, atuando em diferentes redes intelectuais, é inegável que elas compunham as fileiras dos *mundos do trabalho* e da formação da classe trabalhadora em sentido amplo, a partir de ações diretas, como organização de eventos e espaços educativos, se tornando figuras fundamentais para consolidação daqueles espaços de luta.

Dessa maneira, embora elas não se apresentassem sempre como filhas, esposas e mães, as páginas da imprensa nos permitiram conhecer um pouco mais daquilo que estava em disputa por parte dos seus companheiros e companheiras de luta; mais do que isso, os impressos nos permitiram inferir e afirmar que essas mulheres estavam ocupando espaços em que a presença masculina era bastante expressiva, fosse no ofício jornalístico, fosse na universo associativo, se apresentando como espaço de diálogo, de apresentação de ideias e reivindicação de ideias (Rizzini; Schueler, 2018).

Por tudo isso, é possível que tenhamos deixado algumas lacunas a serem descobertas ou tenhamos inflamado a curiosidade nas veias dos pesquisadores e pesquisadoras que lerão este trabalho, mas é preciso saber a hora de parar, principalmente, por compreendermos que o ponto final quase sempre nos instiga a continuar investigando outros capítulos daquilo que permeará as páginas da nossa própria história. Aqui, nosso anseio foi lançar luz sobre aquelas que não circularam em outras páginas, aqui nos interessou apreender sobre personagens que ainda precisam ter suas vidas reconhecidas e esmiuçadas, como uma colcha de retalhos que ainda precisa ser costurada.

Assim, chegamos ao fim deste mergulho nas águas de um rio a ser percorrido por nós, por aquelas que nos permitiram chegar até aqui, que nos fizeram lançar dúvidas sobre aquilo que, em algum momento, nos disseram que compunha um ideal de mulher, mas que nossas personagens nos fizeram compreender que precisávamos reinventar e que o *existir mulher* é um exercício profícuo de luta e resistência.

- CONCLUSÃO -

> Nem o feminismo brasileiro, liderado por mulheres que eram sobretudo ricas e brancas, nem o movimento negro, que estava ativamente engajado em reivindicar uma identidade negra coletiva que identificava o racismo como uma força social, poderiam por si sós abordar de maneira adequada as questões das afro-brasileiras. Mulheres negras que participavam do movimento negro tinham aliados combativos quando se tratava de ativismo negro antirracista, mas encontravam muito menos compreensão a respeito do fato de que os problemas enfrentados pela população negra possuíam formas específicas de gênero (COLLINS; BILGE, 2021, p.: 43)

Esse excerto de texto, acerca do movimento das mulheres negras no Brasil, possui importante significado para as conclusões da autora deste texto, que aqui preferiu assumir a palavra em primeira pessoa do singular para poder dialogar com as leitoras e os leitores do seu texto.

Ainda que não seja comum haver essa mudança, ela se tornou imprescindível para quem escreveu este trabalho atravessado por sua própria história, a história de uma jovem mulher, que se compreendeu como preta somente após o ingresso na Universidade. Com a travessia entre Abolição e Niterói, viu sua trajetória mudar através das páginas da História da Educação, viu as lutas feministas emergirem na sua vida enquanto descobria o valor do trabalho reprodutivo doméstico, aquele que ninguém percebe, mas que permite que filhos, filhas e maridos ganhem asas e tragam a remuneração até os lares da classe trabalhadora.

Foi assim, com uma mãe dedicada ao labor do lar e um pai que nunca teve a oportunidade de tirar férias, mesmo tendo direito a elas, já que sempre trabalhou “de carteira assinada”, nunca gozou desse “privilégio”. Meus pais são o retrato daquilo que a História me contou, um homem e uma mulher que também percebem a questão do colorismo quando a filha ingressa na Universidade Federal Fluminense, se constitui pedagoga, se torna a primeira Mestre da família e a partir desta pesquisa alcança aquilo que nem eles mesmos sabiam que existia, o Doutorado.

Sou filha de uma mulher que chegou ao Ensino Médio e um homem que concluiu o Ensino Técnico entre os anos de 1970 e 1980 e que giraram seus esforços em prol da formação intelectual, social e cultural de sua filha, uma jovem mulher que lhes apresentou obras de artistas internacionais a partir do momento em que teve sua vida laboral atravessada pelas instituições museais e, por conta disso, precisou aprender a desbravar a cidade do Rio de Janeiro e passou a desejar conhecer as páginas da história da antiga Capital Federal.

O desejo da infância, de saber os motivos pelos quais as ruas recebiam seus nomes me devoraram, o desejo pelos conhecimentos históricos me *corroía* e História passou a ser um

lugar de encontro. Me constituí fotógrafa, poeta, amante do samba, uma estudiosa da classe trabalhadora, me forjei intelectual, me constitui como não imaginava e a percepção da cor e da classe, emergiu um desejo profundo de analisar a presença e a participação das mulheres no movimento de trabalhadores no Rio de Janeiro entre os anos de 1889 e 1919.

Compreendendo que naquela conjuntura em que o que se encontrava em jogo não era somente a consolidação de um novo regime de trabalho, que teve sua consolidação após a promulgação da Lei Áurea, no ano de 1888, a partir do movimento daqueles que lutavam em prol da causa abolicionista, mas sobretudo a consolidação de um regime que não contava com apoio da maioria majoritária da população e que precisava apagar qualquer resquício dos *tempos do Império* além de aprovar uma nova Constituição, fato que aconteceria, dois anos após a Proclamação da República, logo, no ano de 1891.

A partir disso, aquilo que estava em disputa era a consolidação da máxima *ordem e progresso* e aquilo que, desde o período imperial estava em pauta: a necessidade de afastar as classes populares do ócio. Fosse a partir do trabalho e/ou da instrução, era fundamental que homens e mulheres pobres estivessem ocupados, afirmando aquilo que era fundamental para a República se manter firme e colhendo frutos.

Porém, se os defensores dos ideais republicanos estavam esperando que a formação da classe trabalhadora não se organizaria, assim como os escravizados se organizaram, eles estavam enganados, já que as mobilizações em favor de mudanças nos *mundos do trabalho* não era uma exclusividade daqueles que vislumbravam e reivindicavam o trabalho sem o açoite, elas também partiam dos trabalhadores livres, como foi o caso da greve dos tipógrafos, que ocorreu no ano de 1858.

Desse modo, aquilo que estava sendo posto era que a formação intelectual da classe trabalhadora que naquele momento seria de grande valia não apenas para o regime republicano, mas significaria um dos diversos caminhos possíveis para a reivindicação e a garantia de direitos por parte daqueles que labutavam, conforme observamos ao longo das páginas do capítulo inicial dessa tese, que se preocupou em discorrer sobre os movimentos realizados pelos trabalhadores que experimentavam, também, a inserção no cenário político, muito em virtude da então capital Federal apresentar uma estrutura social diversificada (FAUSTO, 2016).

A partir desse cenário de luta e reivindicações por pautas que passavam por direito à moradia, condições dignas de trabalho, limites para a jornada de trabalho até a igualdade salarial que fazem emergir as perguntas que conduzem esta tese: e não são as mulheres parte e representantes da classe trabalhadora? E não são elas tão protagonistas quanto os homens nos quadros das associações de classe?

Conforme ficou explícito nas páginas acima, as mulheres atuaram como parte e como representantes da classe trabalhadora e faziam parte dos quadros da diretoria das associações, organizaram as festas do Primeiro de Maio, data importante para a classe trabalhadora, porém, também ficou evidente que fosse a partir de organizações coletivas ou individuais, localizá-las nas páginas da imprensa de grande circulação não foi uma tarefa simples.

Escolher os impressos como fonte de análise nos possibilitou ampliar nossos debates, viabilizou, inclusive fazer uma discussão acerca do feminismo e, principalmente, nos permitiu afirmar que a imprensa se configurou como espaço de disseminação de ideias e de formação política, moral e intelectual para a classe trabalhadora, mesmo se avaliarmos os índices de analfabetismo, que apresentam números expressivos, mas não se configuravam como um impeditivo para que a população que não soubesse ler, escrever e contar não estivesse inserida na cultura letrada que permeava a cidade. Desse modo, concordamos com Barbosa (2010), quando a autora destaca que a leitura passara a ser um hábito pela cidade em virtude da circulação dos impressos e da propagação coletiva de informações a partir da imprensa.

Assim, podemos responder outra indagação, que diz respeito ao que se pensava e o que se escrevia sobre os feminismos, que não estavam circunscritos apenas às figuras intelectualizadas e amplamente disseminadas ao longo da história do movimento feminista – conforme problematizaram Collins e Bilge (2021) – preocupado com o direito ao voto, as mulheres estavam reivindicando a emancipação, a igualdade salarial e o direito ao trabalho ao longo de todo o período pesquisado. Mais do que isso, as mulheres estiveram atuando em greves, aqui e em outras partes do mundo, não somente a partir da das Greves de 1917.

Ainda sobre os feminismos, fica evidente que embora as páginas da História remontem a ideia de que podemos dividir o movimento das mulheres em ondas, a luta em prol dos ideais feministas é contínua e não adormece entre uma década, pois, o fato de *existir mulher*, reitera que não podemos deixar de reivindicar e lutar em favor da garantia de direitos já conquistados. Por tanto, a utilização dos impressos para a disseminação de debates daquilo que era considerado o bom ou o mau feminismo reitera, mais uma vez, que os jornais foram fundamentais para a consolidação de debates e a apresentação de pautas que dividiam opiniões, como a questão da formação intelectual e quanto isso poderia atrapalhar a promoção de matrimônios ou as funções que as mulheres estariam autorizadas e habilitadas a desenvolver.

Sendo assim, a partir das análises realizadas nos impressos, foi possível perceber que a relação entre o matrimônio e o ideal de feminilidade que estava atrelado ao *existir mulher* naquele contexto, não estava cristalizado. Enquanto para algumas o casamento se apresentava como instrumento de mobilidade e reconhecimento dentro e fora da cena operária, conforme

fica explícito a partir da trajetória de algumas das personagens apresentadas ao longo do trabalho – como é o caso de Maria de Oliveria Pinto Machado, figura importante na cena social da União Operaria do Engenho de Dentro e companheira de Antônio Augusto Pinto Machado – ele não ocupava a centralidade na vida de outras.

Desse modo, dialogo com as análises de Venancio (2001), quando a autora salienta que a história das mulheres não se desenvolve nas entrelinhas da história masculina e, por isso, fizemos a opção de priorizar a trajetória das mulheres a partir de suas próprias experiências, ainda que estivesse evidente que as personagens presentes ao longo do estudo não estavam apartadas daquele contexto histórico e, por isso, também estavam experimentando o debate em torno dos papéis masculinos e femininos no âmago familiar e no universo laboral.

Assim, o periodismo se apresentou como uma fonte fundamental para o reconhecimento das trajetórias apresentadas ao longo do trabalho através da atuação dessas figuras no universo associativo, evidenciando que ainda que as mulheres estivessem diretamente presentes nesses espaços, inclusive, em cargos de direção e em inciativas relacionadas à instrução dos trabalhadores e de sua prole, elas ainda são personagens a serem investigadas em outros acervos, já que as informações sobre suas *vidas* são limitas, conforme percebemos, nas páginas finais da pesquisa, através das histórias não contadas. Por esses motivos, foi necessário renunciar a outras figuras que embora estivessem presentes em algumas ocorrências, não foram mais localizadas, como foi o caso de Zenobia Bósten, Elvira Martha Gutierres dos Santos e Elvira Lacerda Boni.

Dessa maneira, embora a presente pesquisa tenha ampliado o quadro de análises ancoradas na História das Mulheres, especialmente, acerca daquelas que labutavam, é preciso salientar que *temos ainda muito que lutar* para investigar a *presença, reivindicações e demandas das mulheres trabalhadoras nas páginas da imprensa da cidade do Rio de Janeiro* com o intuito de tomar conhecimento de trajetórias pouco conhecidas, para afastar a ideia construída de que o *movimento operário* é masculino, branco, estrangeiro e estava circunscrito apenas na região central da então Capital Federal. E, mais do que isso, precisamos aprofundar as análises em torno de personagens femininos para além daqueles já [re]conhecidos pelas páginas da história a fim de afastar uma visão universalizante de mulher, considerando os aspectos raciais, econômicos e sociais.

Precisamos sinalizar que as teias da *cultura de classe* estavam permeadas por toda a cidade, que as mulheres estavam compondo esses espaços e os *mundos do trabalho* e, por fim, que a história dos movimentos feministas precisam ampliar seus debates em torno do processo das lutas das mulheres, compreendendo que os debates em torno das pautas femininas são

amplos, que eles abarcam as mulheres de cor e que as reivindicações em torno da emancipação ultrapassam os limites do sufrágio e da liberdade sexual, eles estão encampados em aspectos relacionados à sobrevivência, a autonomia financeira e a equiparação salarial.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C. F. Filhas do Conservatório": A atuação de professoras premiadas com medalha de ouro pelo Conservatório de Música e a construção de suas identidades pessoais e profissionais. n. 7 (2022): ***Anais do VII SIMPOM***, pp. 141-152, 2022.

BATALHA, C. ***O movimento operário na Primeira República***. Rio de Janeiro. Zahar, 2000.

BATALHA, C. Cultura Associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, C.; SILVA, F. T. da; FORTES, A. ***Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado***. Campinas: Editora UNICAMP, 2004, pp. 95-120.

BATALHA, C. (Org.). ***Dicionário do movimento operário na cidade do Rio de Janeiro do século XX aos anos 1920, militantes e organizações***. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.

BATALHA, C. A geografia associativa: associações operárias, protesto e espaço urbano no Rio de Janeiro da Primeira República. In: AZEVEDO, Elcine; CANO, Jefferson; CUNHA, Maria. C.P.; CHALHOUB, Sidney. (Orgs). ***Trabalhadores na Cidade:*** **cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

BATALHA, C. H. de M. (2010). Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. ***Cadernos AEL***, *6*, pp. 41-67, 2010.

BARBOSA, Marialva. ***História Cultural da Imprensa***. Brasil – 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BELLO, Mateus Silveira; MORAIS, Argus Romero Abreu de. A retórica lulista e o Nós político sindicalista nas greves de 1979. Cadernos de Linguagem e Sociedade, Brasília, v. 24, n. 2, p. 251-268, jul./dez. 2023.

BERTUCCI, L. M.; FARIA FILHO, L. M.; TABORDA, M. A. ***Edward P. Thompson: história e formação***. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

BIELINSKI, A. C. ***Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro – dos pressupostos aos reflexos de sua criação – de 1856 a 1900***. 2003. 215f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da Universidade do Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003

BIROLI, F. ***Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil***. São Paulo: Boitempo: 2018.

BLOCH, M. ***Apologia da história ou O ofício do historiador***. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. (orgs.). ***Usos & abusos da história oral***. 8.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BOURDIEU, P. ***A dominação masculina***. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

CANDIDO, R. K. N.. "Também eram exploradas!": as mulheres e o Primeiro de Maio em Manaus na década de 1910. ***Revista Mundos do Trabalho***, Florianópolis, v. 12, p. 1–22, 2020.

BRASIL, E.; L. F. NASCIMENTO. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. ***Estudos Históricos***, Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, p. 200-219, jan./abril, 2020.

CERTEAU, M. de. **A Escrita da. História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHALHOUB, S. ***Trabalho, lar e botequim:*** **o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

CIAVATTA, M. O mundo do trabalho em imagens: memória, história e fotografia. ***Rev. Psicol., Organ. Trab.***, Florianópolis , v. 12, n. 1, p. 33-45, abr. 2012.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. ***Interseccionalidade***. São Paulo: Boitempo, 2021.

COSTA, A. A. A.; SARDENBERG, M. B. (Orgs.). ***O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas***. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 411p., 2008.

COSTA, A. L. J. da. ***À Luz das Lamparinas. As escolas noturnas para trabalhadores no Município da Corte (1860-1889)***. 2007. 174f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

COSTA, A. L. J. da. ***O educar-se das classes populares oitocentistas no Rio de Janeiro entre a escolarização e a experiência***. 2012. 274f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

COSTA, A. L. J. da. (2016). Educação e formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro entre as últimas décadas do século XIX e os primeiros anos do século XX. ***Revista Brasileira De História Da Educação***, *16*(4[43]), pp.123-154, 2016.

COSTA, R. M. de C. Instrução de trabalhadores e abolição no Rio de Janeiro. In: PESTANA, Marco Marques; COSTA, R. M. de C.; OLIVEIRA, T. B. (Orgs.). *Subalternos em movimento: mobilização e enfrentamento à dominação no Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

DAVIS, A. ***Mulheres, raça e classe***. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, N. Z. ***Nas margens: três mulheres do século XVII***. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DIAS. L. P. A Trajetória de Nísia Floresta em defesa da educação feminina nos oitocentos Contraponto - ***Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI***. Teresina, v. 8, n. 1, jan. – jun., 2019.

D'INCAO, M. A. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary. ***História das mulheres no Brasil***. São Paulo, Contexto, 2017.

DOMINGUES, P.. Associativismo Negro. In: SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio. (Orgs.). ***Dicionário da Escravidão e Liberdade*****: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FARIA FILHO, L. M. de. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectiva de análise. FONSECA, Thais Nivia de Lima e; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). In: ***História e Historiografia da Educação no Brasil*.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FAUSTO, B. ***Trabalho Urbano e Conflito Social***. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FEDERICI, S. ***Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva***. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, S. ***O patriarcado do salário*: notas sobre Marx, gênero e feminismo**. Volume 1. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.

FERREIRA, J. A República proclamada e o povo nas ruas. In: FERREIRA, Jorge**. *O Rio de Janeiro nos jornais*: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1889-1930).** Rio de Janeiro: 7 Letras – Faperj, 2017.

FERREIRA, L. O. As guardiãs da saúde: representações e características socioculturais de enfermeiras domésticas do Rio de Janeiro, 1880-1910. ***Revista Mundos do Trabalho***, v. 12, pp. 1-17, 2020.

FRACCARO, G.. ***Morigerados e revoltados. Trabalho e organização de ferroviários da Central do Brasil e da Leopoldina (1889-1920)***. 2008. 127f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

FRACCARO, G. Mulheres, sindicato e organização política nas greves de 1917 em São Paulo. ***Revista Brasileira de História***, 37 (76), pp. 73-90.

FRACCARO, G. ***Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)***. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho/Editora FGV; 2018.

FRASER, N. Feminismo, capitalismo e astúcia da história. In: HOLLANDA, H. B. de. ***Pensamento feminista: conceitos fundamentais***. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

GARZONI, L. de C. ***Arena de Combate:* gênero e direitos na imprensa diária (Rio de Janeiro, início do século XX)**. 2012. 291f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

GIGLIO, C. M. B. ***Imprensa operária e educação nos inícios do século XX: O jornal A Voz do Trabalhador*.** São Paulo: Alameda, 2019.

GOLDMACHER, M. ***A "Greve Geral" de 1903: O Rio de Janeiro nas décadas de 1890 e 1910***. 2009. 181f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

GONZALES, L. ***Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos***. RIOS, L.; LIMA, M. (Orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOMES, A. de C.. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, A. M.. Monarquistas restauradores e jacobinos: ativismo político. ***Estudos Históricos***. Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, p. 284-302, jul./dez. 2008.

GOMES, C. E. D. ***"Instruam o operário"*: Projetos, disputas e demandas por instrução para trabalhadores na imprensa do Engenho de Dentro (1890-1905)**. 2019. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

GOMES, C. E. D. *Existir mulher*. In: Ventres – Coletivo de Mulheres Poetas de Niterói. Bragança Paulista: Hecatombe, 2021.

GONDRA, J. G.; SCHUELER, A. F. M. ***Educação, poder e sociedade no império brasileiro***. São Paulo: Cortez, 2008.

GORBERG, M. ***Parc Royal: um magazine na modernidade carioca***. 2013. 148 f. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2013.

GUIMARÃES, C. M. A história da atenção à criança e da infância no Brasil e o surgimento da creche e da pré-escola. ***Revista Linhas***. Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 80-142, set./dez. 2017.

HAHNER, J. E. (2011). Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX. ***Revista Estudos Feministas***, *19*(2), 467.

HARTOG, F. ***Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo***. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

HASENBALG, C. (1979), **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil Rio de Janeiro**, Graal.

HOOKS, B. ***E não sou eu uma mulher?: mulheres negras e feminismo***. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

JURT, J. O Brasil: Um Estado-Nação a ser construído. O papel dos símbolos nacionais do Império à República. ***Revista Mana***, Rio de Janeiro, v. 18, n.3, p. 471-509, dez. 2012.

KARAWEHCZYK, M.. "O voto e as saias": as repercussões do projeto Lacerda sobre o alistamento feminino (1917). ***Autos & Baixas: revista da Justiça Federal do Rio Grande do Sul***, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 67-84, 2015.

KOLONTAI. A. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2011

LACERDA, D. P. Mutualismos, trabalho e política: a seção do Império do Conselho de Estado e organização dos trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro (1860-1882). In: MAC CORD, M.; BATALHA, C. H. M. (Orgs.). ***Organizar e proteger*: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX).** Campinas, SP: Editora Unicamp, 2014.

LEONARDI, P. Não seriam as freiras mulheres? A pesquisa historiográfica sobre religiosas e formação. In: SILVA, A. L. da; LIMEIRA, A. de M.; LEONARDI, P. ***Pontos de vista: histórias na educação***. Rio de Janeiro, 2022.

LIMA CALEIRO, R. C. O positivismo e o papel das mulheres na ordem republicana. ***Revista Unimontes Científica***, *[S. l.]*, v. 4, n. 2, p. 41–48, 2020

LONZA, G. B. ***Nísia Floresta e educação das mulheres no Brasil: e experiência do Colégio Augusto (1838 – 1849)***. São Paulo, 2019. 88f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2019.

LORDE, A. Não existe hierarquia de opressão. In: HOLLANDA, H. B. de. ***Pensamento feminista: conceitos fundamentais***. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

LOURO, G. Uma leitura da história da educação sob a perspectiva de gênero. ***Teoria e Educação***, 6, p.53 - 67,1992.

LOURO, G. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary. ***História das mulheres no Brasil.*** São Paulo, Contexto, 2017.

MAC CORD, M.; BATALHA, C. H. M. (orgs.) ***Organizar e Proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX).*** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

MARQUES, J. de S. ***O fio e os rastros da escolarização do Distrito Federal (1890-1906)***. 2015. 233f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

MACIEL, L. A. De "o povo não sabe ler" a uma história dos trabalhadores da palavra. In: MACIEL, L. A.; ALMEIDA, P. R. de; KHOURY, Y. A. (Orgs.). *Outras histórias*: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d'Água, 2006, pp. 273-298.

MACIEL, L. A. Cultura letrada, intelectuais e memórias populares. In: CORRÊA, Maria Letícia; ENGEL, Magali Gouveia; SANTOS, Ricardo Augusto dos (Orgs.). ***Os intelectuais e a cidade: séculos XIX e XX.*** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012, pp. 53-81.

MACIEL, L. A. Imprensa, esfera pública e memória operária – Rio de Janeiro (1880 – 1920). *Revista de História* (São Paulo), n. 175, pp, 415-448.

FORTES MAIA, M. Enervadas, de Mme. Chrysanthème: um simulacro autobiográfico. *Revista de Letras - Juçara, [S. l.]*, v. 4, n. 1, p. 59–75, 2020.

MATTOS, M. B. **Escravizados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca.** Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MATTOS, M. B. Trajetórias entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro. ***Revista Mundos do Trabalho***, v.1, n. 1, pp. 52-64, jan-jun, 2009.

MARX, K. *O Capital*. Volume 1. **1867**. 1ª Edição: **1867**. Centelha - Promoção do Livro, SARL, Coimbra, 1974.

MARQUES, T. C. de N. Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil em 1916 e 1962: ou como são feitas as leis. ***Rev. Estudos Feministas.*** 16(2), pp. 463-488, 2008.

MIGUEL, L. F. O feminismo e a política. In: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. ***Feminismo e Política***. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOTTA, M. ***Rio, cidade-capital***. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

MOURA, N. A.. *A Família*: Análises e questionamentos sobre o movimento feminista de Primeira Onda no Brasil. ***Equatorial***, Natal, v. 7, n. 12, jan./jun. 2020.

NAPOLITANO, M. ***História do Brasil república: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo***. São Paulo: Contexto, 2016.

NEGRO, A. L.; GOMES, F.. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. ***Tempo Social, revista de Sociologia da USP***, São Paulo, vol. 18, n. 1, pp. 217-240, jun., 2006.

NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio dos Santos. As greves antes da "grève": as paralisações do trabalho feitas por escravos no século XIX. ***Ciência e Cultura***. São Paulo, v. 65, n. 2, p. 56-59, jun., 2013 .

PAIXÃO, A. H.; SILVA, A. C. S.; LUCA, T. R (Orgs.). ***Maria Amalia Vaz de Carvalho: conversas lisbonenses & outros escritos (1884-1889)***. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2022. 509 p.. (Coleção As mulheres no jornal O Paiz; 1), 2022.

PEDRO, J. M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. ***História***, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PERROT, M. ***Minha História das Mulheres***. São Paulo: Contexto, 2019.

PINHEIRO, P. S.; HALL, M.. ***A classe operária no Brasil***. São Paulo, Brasiliense, 1979.

PINTO, C. R. J. . Feminismo, história e poder. ***Revista de Sociologia e Política***, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PERROT, M. ***Os excluídos da história*: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução de Denise Bottmann. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PRADO, M. L.; FRANCO, S. S. Participação feminina no debate público brasileiro. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, J. M. (Orgs.). ***Nova História das mulheres no Brasil*.** São Paulo: Contexto, 2018.

RAGO, M. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2017.

REIS, João José. A greve negra de 1857 na Bahia. ***Revista USP***, São Paulo, Brasil, n. 18, p. 6–29, 1993.

RIZZINI, I.; SCHUELER, A. Entre o mundo da casa e o espaço público: um plebiscito sobre a educação da mulher (Rio de Janeiro, 1906). ***Revista de História e Historiografia da Educação,*** Curitiba, v. 2, n. 4, pp. 122-146, jan./abr, 2018.

RIZZINI, I.; SCHUELER, A.. “O feminismo transborda”: docência, produção escrita e atuação política de Aurea Corrêa na cidade do Rio de Janeiro. ***Revista Práxis Educacional***, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil, v. 16, n. 38, pp. 42-65, jan./mar. 2020.

ROCHA, E. P. Vida de professora: ideias e aventuras de Leolinda de Figueiredo Daltro durante a Primeira República**. *Revista Mundos do Trabalho***, Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 29–47, 2017.

ROCHA, O. P. ***A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920*; CARVALHO, Lia de Aquino. *Habitações Populares***. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento geral de Documentação e Informação Cultural, 1986.

ROIO, J. L. D. ***A greve de 1917: os trabalhadores entram em cena***. São Paulo: Alameda, 2017.

SAFFIOTI, H.. ***A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Y. L. dos. ***Racismo brasileiro: uma história da formação do país***. São Paulo: Todavia, 2023.

SILVA, M. H. ***Nem mãe preta, nem negra fulô*: histórias de trabalhadoras domésticas em Recife e Salvador**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.

SILVA, N. F. O conceito de gênero em Scott, Butler e Preciado, aproximações, distanciamentos e a contribuição para o ofício do historiador. ***Revista Homium***, v. 5, p. 153-171, 2016

SILVA, Marcelo Gomes da. ***"Operários do pensamento": trajetórias, sociabilidades e experiências de organização docente de homens e mulheres no Rio de Janeiro (1900-1937)***. 2018. 304 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

SILVA, M. C. da. (2020). "Historias da nossa terra": sobre o projeto cívico de construção da nação brasileira por meio do impresso. ***Revista Brasileira De História Da Educação***, *20*(1), e128, 2020.

SILVA, A. L. Pelas mãos de Eugênia: experiências de mulheres em uma família no Rio de Janeiro (1897-1957). ***Revista Brasileira de História***, 42 (90), pp. 383-403, 2022.

SILVA, R .C.; SANTOS, L .D. . Cacos para um vitral: feminismos no Brasil do século XIX. **Aedos**, v. 15, n. 33, p. 106-119, jan.– jun., 2023.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS de São Bernardo e Diadema, História da greve de 89. 30 anos de luta. São Bernardo, Ed. FG, s/d.

SEPULVEDA, D. A.; ALVES, T. V. F. Três mulheres, três vidas em uma escola: a trajetória de docentes do instituto profissional feminino Orsina da Fonseca (IPFOF)/ Three women, three lives in one school: the trajectory of teachers at the Orsina da Fonseca women's professional institute (IPFOF). **Brazilian Journal of Development**, *[S. l.]*, v. 7, n. 7, p. 72038–72049, 2021.

SCHUELER, A.. Trajetórias cruzadas e ação docente em luta por educação: André Rebouças, José do Patrocínio e Manuel Querino In: FONSECA, M. V.; BARROS, S. A. P. de. ***A História da Educação dos Negros no Brasil***. (Orgs.). Niterói: EdUFF, 2016.

SCHUELER, A.; MAGALDI, A. M. B. de M. Educação escolar na primeira república: memória, história e perspectivas de pesquisa. ***Tempo***, Niterói, v. 13, n. 26, p. 32-55, 2009.

SCHUELER, A. F. M.; PINTO, R. Imaginação histórica, evidência e narrativa: contribuições de Natalie Zemon Davis para a história da educação. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. (Org.) ***Pensadores Sociais e História da Educação***. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, v. 2, pp. 171-192.

SCHUELER, A. F. M.; RIZZINI, I. Myrthes de Campos (1875-1965): a “mulher advogado” na luta pelos direitos das mulheres. ***Revista Communitas - Políticas públicas e igualdade de gênero: estratégias de resistência*** - v. 5, N. 9, jan. mar., 2021.

SCHUELER, A.; RIZZINI, I. Myrthes de Campos (1875-1965): a “mulher advogado” na luta pelos direitos das mulheres. ***Communitas***, *[S. l.]*, v. 5, n. 9, p. 24-38, 2021.

SCHWARCZ, L. M. ***As barbas do imperador:*** **D. Pedro II: um Monarca dos Trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. ***Educação & Realidade***, Porto Alegre, v. 20, n. 2, pp. 71-99, jul./dez., 1995.

SENRA, N. de C. ***O Censo de 1906 do Rio de Janeiro***. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2012.

SILVA, L. S. Professoras negras e a classe professoral no rio de janeiro da primeira república. In: Carloni, Karla. In: CARLONI, K.; FORTES, C. C. (Orgs.). ***Mulheres tecendo o tempo: experiências e experimentos femininos no medievo e na contemporaneidade.*** Curitiba: CRV, 2020.

SOIHET, R. Comparando escritos: Júlia Lopes de Almeida e Carmen Dolores. ***Caderno Espaço Feminino***, v. 9, pp. 85-94, 2003

SOIHET, R.. A conquista do espaço público. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Orgs.). ***Nova História das mulheres no Brasil***. São Paulo: Contexto, 2018.

SOUZA-LOBO, E. ***A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência***. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

TELES, N. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, M. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2017.

UEKANE, M. N. ***"Com o bom professor tudo está feito, sem elle nada se faz"*** **- uma análise da conformação do magistério primário no Distrito Federal (1892-1912)**. 2016. 275f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

THOMPSON, E. P. ***A Formação da Classe Operária Inglesa***: A árvore da liberdade. Vol. I 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

VEIGA, C. G.. História Política e História da Educação. FONSECA, T. N. de L. e; VEIGA, C. G. (orgs.). In: ***História e Historiografia da Educação no Brasil***. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VENANCIO, G. M. Lugar de mulher é... Na fábrica; estado e trabalho feminino no Brasil (1910-1934). ***História: Questões & Debates***, Curitiba, n. 34, p. 175-200, 2001.

YOSHIOKA, A. P.; CLARET, E. F. O Negro No Mundo Do Trabalho: Descontentamentos e Luta. ***Rev. Sem Aspas***, n. 3, pp. 118-127, 2015.

FONTES:

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL

Almanak Laemmert (1905)

A Imprensa (1908; 1909; 1911)

A Rua (1917; 1919)

A Epoca (1913)

A Razão (1917; 1919)

A Noite (1917; 1919)

A Faceira (1917)

A Notícia (1905)

Brazil Operario: órgão das classes proletarias (1903; 1904)

Carbonario: órgão do povo (1881)

Correio da Manhã (1901; 1905; 1907; 1909; 1913; 1916)

Correio da Noite (1913; 1917)

Diario do Commercio (1890; 1891)

Gazeta de Notícias (1892)

Gazeta da Tarde (1895; 1899)

Jornal das Moças (1916)

Jornal do Brazil (1892)

Jornal do Commercio (1896; 1897)

O Apóstolo (1896)

O Auxiliador da Industria Nacional (1883)

O Fluminense (1904; 1907; 1910; 1913)

O Imparcial: diário ilustrado (1919)

O Paiz (1907; 1908; 1909; 1910)

O Século (1907)

Puritano (1919)

Revista Contemporânea (1918)

Revista da Semana (1917)

Revista Suburbana (1918)